

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras
Estudos da Linguagem
Lexicografia, Terminologia e Tradução:
Relações Textuais

Luciana da Silva Cavalheiro

Tomada de Notas na Tradução Consecutiva:
Referenciais e Análise de Métodos

Porto Alegre
2015

Luciana da Silva Cavalheiro

Tomada de Notas na Tradução Consecutiva:
Referenciais e Análise de Métodos

Dissertação, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem / Lexicografia, Terminologia e Tradução: Relações Textuais.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Chittoni
Ramos Reuillard

Porto Alegre
2015

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva Cavaleiro, Luciana
Tomada de Notas na Tradução Consecutiva:
Referenciais e Análise de Métodos / Luciana da Silva
Cavaleiro. -- 2015.
115 f.

Orientador: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa
de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS,
2015.

1. Interpretação Consecutiva. 2. Competência
tradutória. 3. Memória. 4. Tomada de notas. 5. Métodos
de Anotação. I. Chittoni Ramos Reuillard, Patrícia,
orient. II. Título.

Luciana da Silva Cavalheiro

Tomada de Notas na Tradução Consecutiva: Referenciais e Análise de Métodos

Dissertação, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem / Lexicografia, Terminologia e Tradução: Relações Textuais

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

APROVADA: Porto Alegre, 10 de abril de 2015.

Prof. Dr. Tito Lívio Cruz Romão
(UFC)

Profa. Dra. Alena Ciolla
(UFRGS)

Profa. Dra. Cleci Regina Bevilacqua
(UFRGS)

Profa. Dra. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard
Orientadora (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Leomar e Clélia por terem me criado em um ambiente de amor e respeito, dando-me condições emocionais para enfrentar desafios.

Ao meu irmão, Leandro, pelo espírito empreendedor que me inspira a avançar na busca de novos rumos.

À minha orientadora, professora Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, pela confiança no meu projeto e o apoio ao longo de sua realização.

Ao professor Tito Lívio Cruz Romão, pelas referências proporcionadas, a possibilidade de interlocução e a disposição de contribuir também como membro da banca examinadora deste trabalho.

Às professoras Alena Ciulla e Cleci Regina Bevilacqua, por terem aceitado compor a banca examinadora desta dissertação.

À professora Rosa Maria de Oliveira Graça pelo estímulo na busca da qualificação profissional.

À Dulce Maria Nunes, à Ieda Gutfreind e à Maria Stephanou, pela amizade generosa, pelo suporte emocional e por partilharem sabedoria.

Ao Isaque Gomes Correia, ao Armando Silveira, ao Sérgio Brenner e à Patrícia Cavallo, pelas sugestões de referências, pelas ideias e o auxílio na busca de material bibliográfico.

Aos intérpretes que colaboraram com esta pesquisa, respondendo ao questionário.

Aos familiares de Luis Edegar de Oliveira Costa, na pessoa do Seu José e da Dona Mariza, pela carinhosa acolhida.

À Carolina Fernandes Alves Pastoriza, à Clarissa Brunet, à Isabela Beraldi Esperandio, à Márcia Dornelles e à Raquel Brum, por terem deixado o percurso mais leve.

Ao meu companheiro Luís Edegar de Oliveira Costa, pelo apoio e cumplicidade em todos os momentos.

RESUMO

O ponto de partida deste trabalho é a relevância da Interpretação Consecutiva (IC), em particular da Interpretação Consecutiva Monológica (ICM) no meio universitário, onde ela é requisitada e tem seu espaço preservado e valorizado. Considerando que essa modalidade de interpretação traz desafios para a sua execução, mesmo para os intérpretes mais experientes, faz-se necessário o correto dimensionamento e a valorização de recursos que auxiliam as subcompetências tradutórias envolvidas na atuação do intérprete. A Tomada de Notas (TN) é um dos recursos que auxilia o uso da memória nessa modalidade de interpretação. Assim, este trabalho propõe-se a investigar a TN, por entender que se trata de uma etapa decisiva para o êxito da interpretação. Para isso, esta pesquisa se debruça sobre os estudos de importantes autores da área, com o propósito de conhecer a metodologia de TN que propõem e compreender melhor a especificidade e o lugar da TN na IC. Para alcançar esse propósito, este trabalho apresenta uma revisão teórica sobre a TN, propondo um repertório sobre ela, e revisa as Competências Tradutórias preconizadas por Hurtado Albir, confrontando seus resultados com a prática de intérpretes. A pretensão dessa aproximação entre teoria e prática é atribuir a devida importância à TN e auxiliar a instrumentalizar o intérprete para que este alcance melhores resultados na sua atuação. A análise realizada aponta para a importância de uma preparação do intérprete para a atuação em IC, que se sirva da TN como um auxílio à memória, qualificando ainda mais a atuação do profissional.

Palavras-chave: Interpretação Consecutiva. Competência Tradutória. Memória. Tomada de Notas. Métodos de Anotação.

RESUMÉ

Le point de départ de ce travail est l'importance de l'Interprétation Consécutive (IC), en particulier de l'Interprétation Consécutive Monologique (ICM) dans le milieu universitaire, où elle est requise et a son espace préservé et valorisé. En considérant que cette modalité d'interprétation apporte des défis pour son exécution, même aux interprètes les plus expérimentés, il faut établir la juste dimension et la valorisation des ressources qui sont utiles aux sous-compétences traductives qui font partie du rôle de l'interprète. La Prise de Notes (PN) est une des ressources qui aident l'utilisation de la mémoire dans cette modalité d'interprétation. Ainsi, ce travail se propose d'investiguer la PN, une fois qu'il comprend qu'il s'agit d'une étape décisive pour la réussite de l'interprétation. Pour cela, cette recherche se penche sur les études d'auteurs importants de ce domaine, dans le but de connaître la méthodologie de la PN qu'ils proposent et mieux comprendre la spécificité et la place de la PN dans l'IC. Pour atteindre ce propos, ce travail présente une révision théorique sur la PN, en proposant un répertoire sur elle et revise les Compétences en Traduction recommandées par Hurtado Albir en comparant ses résultats avec la pratique des interprètes. La prétention du rapprochement entre théorie et pratique est d'attribuer la juste importance à la PN et d'aider à équiper l'interprète pour qu'il ait de meilleurs résultats dans son rôle. L'analyse réalisée souligne l'importance d'une préparation de l'interprète pour le travail en IC, qui se sert de la PN comme une aide à la mémoire, en qualifiant encore plus le rôle du professionnel.

Mots-Clés: Intérpretation Consécutive. Compétences en Traduction. Mémoire. Prise de Notes. Méthodes de Notation.

LISTA DE SIGLAS

TN - Tomada de Notas

TM - Texto Meta

TB - Texto Base

TF - Tradução Funcional

IC - Interpretação Consecutiva

IS - Interpretação Simultânea

ICM - Interpretação Consecutiva Monológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 TRADUÇÃO: ESCRITA E ORAL	13
2.1 INTERPRETAÇÃO	17
3 TOMADA DE NOTAS	23
3.1 JEAN HERBERT	23
3.2 JEAN-FRANÇOIS ROZAN	28
3.3 HENRY VAN HOOF	33
3.4 DANICA SELESKOVITCH	34
3.4.1 Sobre <i>A Teoria do Sentido e a Máquina de Traduzir</i>	42
3.5 MARIANNE LEDERER	44
3.6 HEINZ MATYSSEK	46
3.7 DANIEL GILE	48
3.8 TITO LÍVIO CRUZ ROMÃO	53
3.9 MARIA SANTA MONTEZ	59
3.10 ASPECTOS REITERADOS	61
4 O INTÉRPRETE E A COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA	65
4.1 COMPONENTES PSICOFISIOLÓGICOS PRESENTES NA ICM	71
4.1.1 Memória de trabalho	71
4.1.2 Funcionamento da atenção dos falantes bilíngues	74
4.1.3 O foco de atenção no uso da TN na IC	75
4.1.4 O Modelo dos Esforços na Interpretação	77
5 A PRÁTICA DOS INTÉRPRETES	82
5.1 OS INTÉRPRETES E A SUA PRÁTICA: O QUESTIONÁRIO	83
5.1.1 Tabulação das respostas	86
5.2 COMPARANDO A TEORIA E A PRÁTICA DOS INTÉRPRETES	91

5.3 A TN EM UMA ATUAÇÃO EM ICM: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	96
5.3.1 Relato da experiência do uso de metodologia de TN na IC	98
5.3.2 A utilização da metodologia de TN na IC	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

1 INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre Tradução e Interpretação que se concentra, de modo mais particular, na Interpretação Consecutiva, sobretudo na modalidade conhecida como Interpretação Consecutiva Monológica (ICM). A ICM é a modalidade mais solicitada pelos meios acadêmicos no sul do Brasil, lugar privilegiado de nossa atuação profissional como intérprete de conferências, de cursos e de aulas magistrais. Trata-se de uma modalidade que apresenta uma série de dificuldades e desafios para os profissionais de interpretação. Dentre essas dificuldades e desafios, destaca-se a exigência de um apelo intenso à memória. A Tomada de Notas (TN) aparece, então, como auxiliar e como uma das etapas da ICM. Embora haja outros aspectos relevantes nessa modalidade da atividade do intérprete, entendemos que a TN, como hipótese desta pesquisa, é uma etapa fundamental e decisiva para o êxito do intérprete na ICM. Nesse sentido, propusemo-nos a investigá-la. Este trabalho é o resultado dessa investigação. Esse estudo refere-se somente à ICM oral, não tendo nenhum desdobramento sobre a modalidade de línguas de sinais.

A prática da interpretação está inserida na tradução oral, que é parte importante da história da humanidade desde que povos diferentes passaram a se comunicar, necessitando a mediação de um falante que dominasse as duas línguas, ou seja, um intérprete. Nesse sentido, ela é anterior à tradução escrita. Ao menos desde o Egito antigo, há registro da presença do intérprete na hierarquia social, tendo essa atividade conhecido diferentes estatutos nas mais diversas sociedades em que a interpretação se fez necessária. Um registro importante em nossa própria história é a presença de intérpretes nos navios da expedição de Cabral ao Brasil, de acordo com o diário de bordo escrito por Pero Vaz de Caminha. Entre seus primórdios e hoje, a interpretação se desenvolveu e a atuação do intérprete profissional alcançou um marco importante, no século XX, no contexto das relações internacionais, com sua presença primordial na Liga das Nações e nas Conferências de Paz depois da Primeira Guerra Mundial. Podemos dizer que foi nesse momento que a profissão começou a ser reconhecida, na atuação de intérpretes como Paul Mantoux, que se destacou na interpretação de conferências ocorridas nas negociações do Tratado de Versalhes, logo após a Primeira Guerra.

No entanto, embora a Interpretação, ou tradução oral, seja anterior à tradução escrita, os primeiros estudos sobre essa área começaram a surgir somente nos anos 1950. A partir dessa data, vão ser desenvolvidos muitos trabalhos sobre esse tema, nos quais predomina uma preocupação com a nomeação e a classificação dos tipos de tradução oral, ficando em segundo plano os estudos mais aprofundados sobre cada categoria, como a Interpretação Consecutiva (IC). As pesquisas em IC têm origem, sobretudo, nas práticas dos intérpretes. Exemplo disso é a aparição, a partir dos anos 1970, de teses defendidas por autores como Danica Seleskovitch (1975), a primeira a escrever uma tese específica sobre IC. A contribuição desses trabalhos é significativa para a compreensão das especificidades da IC, pois abrem caminho para a busca de análises mais aprofundadas sobre esse tema. Entre essas análises que demandam desenvolvimentos mais aprofundados, destaca-se o uso da referida TN, necessária na modalidade de ICM e parte importante no auxílio à memória para permitir ao intérprete reproduzir o discurso do conferencista.

A partir da nossa atuação como intérprete, pudemos constatar que muitos oradores não estão familiarizados com a interpretação, o que faz com que enunciem blocos de fala longos e desestruturados, criando dificuldades para sua reprodução pelo intérprete. Isso faz com que a TN, particularmente nesse tipo de interpretação, seja um auxílio importante, um instrumento de subcompetência instrumental de grande utilidade no âmbito das capacidades tradutórias exigidas do profissional da interpretação. Portanto, como antecipamos acima, partimos da hipótese de que a TN é fundamental para a ICM, interpretação que ainda tem um espaço representativo em conferências. E entendemos que aprofundar o conhecimento de instrumentos como a TN, que muito auxiliam o intérprete, representa uma contribuição para esse profissional. Nesse sentido, o elegemos como o objetivo geral desta pesquisa.

Para alcançar esse objetivo – aprofundar o conhecimento sobre a TN na ICM e melhor avaliar seu papel na interpretação –, elegemos como um dos objetivos específicos desta pesquisa o estudo das definições e metodologias de TN apresentadas pelos principais autores que se dedicaram ao tema, preconizaram o seu uso ou estabeleceram um lugar para ela a partir de suas reflexões e práticas interpretativas. Com isso, no âmbito dos objetivos específicos, pretendemos conhecer o percurso desses intérpretes, como práticos e teóricos, aproximar-nos do lugar do qual eles falam, identificar a relação dos seus estudos com a atividade do intérprete. Desse modo,

pretendemos valorizar o percurso desse profissional, valendo-nos também da nossa experiência como fonte para as reflexões aqui desenvolvidas, no contexto do tema escolhido para esta pesquisa.

Nosso objeto de estudo é a TN na ICM, interpretação que requer do profissional da tradução muito esforço e concentração para a apreensão e restituição do discurso. Ao definir tal objeto de estudo, também é nosso propósito, objetivo específico deste trabalho, contribuir para instrumentalizar o intérprete e auxiliar para qualificar seu trabalho.

Era nossa hipótese, de início, que as metodologias existentes para a TN não são adequadas para a interpretação consecutiva do francês para o português, e pretendíamos propor uma metodologia de TN para ajudar o profissional da interpretação, instrumentalizá-lo para obter melhores resultados na tradução oral quando o referido par de línguas estivesse envolvido.

Nosso projeto inicial previa desenvolver a pesquisa em duas etapas, iniciando com a análise de pressupostos teóricos para a tradução de notas na ICM. Depois, partiria para a verificação desses pressupostos junto a intérpretes experientes, avaliando se as propostas existentes poderiam ser aplicadas na interpretação de um discurso da língua francesa para a língua portuguesa. Portanto, reiteramos, nossa hipótese de partida era que as propostas metodológicas de TN desenvolvidas por autores destacados não eram suficientes para suprir as necessidades de registro na ICM quando se trata do par francês/português, o que demandaria uma metodologia de TN específica para o referido par, considerando-se suas particularidades. Porém, ao analisar os estudos existentes, percebemos que nem todos propunham uma metodologia específica para a TN. Alguns autores se restringiam a reconhecer e indicar as metodologias disponíveis, recomendar variações ou fazer ponderações sobre elas. Além disso, ao nos aprofundarmos sobre o tema, compreendemos que não se tratava de pensar em metodologia específica para um par de línguas, pois o que já é proposto não se aplica a este ou aquele sistema linguístico ou cultural específico. Logo, abandonamos esta hipótese e continuamos com a verificação da validade das metodologias existentes para a TN na ICM.

Após essas constatações, deparamo-nos com a grande dificuldade de aplicar testes nos intérpretes, uma vez que as situações de atuação em ICM não são abundantes. Optamos então por alterar essa etapa da pesquisa. Fizemos isso aplicando um questionário para 21 intérpretes brasileiros (apenas 7 responderam), sem nos

preocuparmos com o par de línguas de atuação, visando saber o tipo de atuação profissional de cada um deles. Quando se tratava de intérprete que atua na IC, o questionário previa uma segunda etapa, relacionada especificamente à TN. Também refletimos através da nossa prática como intérprete sobre uma metodologia de TN, quando atuamos em ICM. Com essa alteração, pretendíamos, na perspectiva de um dos objetivos específicos deste trabalho, verificar a validade das metodologias de TN existentes, analisá-las e contrapô-las ao que o questionário e nossa experiência proporcionaram como dados para este estudo.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. Começamos discorrendo sobre a tradução a partir dos teóricos mais significativos nessa área. Ainda nesse capítulo, discorremos sobre tradução escrita e oral, para depois tratarmos, em um subcapítulo, da interpretação, a mais antiga das traduções. Nesse subcapítulo, introduzimos a ICM. Posteriormente, dedicamos um capítulo à TN na ICM. Nele, apresentamos as principais definições e reflexões sobre a TN, assim como as metodologias existentes, de acordo com o que pensaram sobre ela destacados autores. A seguir, ocupamo-nos da competência tradutória, com o propósito de fazermos referência ao que são as habilidades necessárias para a prática do intérprete profissional. Por fim, propomos um capítulo sobre a prática dos intérpretes, através de uma breve pesquisa sobre essa atuação, em particular na IC. Ainda nesse capítulo, incorporamos como elemento para nossa reflexão nossa própria prática como intérprete, analisando uma experiência em ICM, priorizando na TN uma das metodologias preconizadas pelos teóricos estudados. Nas considerações finais, refletimos sobre o objetivo geral desta pesquisa, contribuir para o intérprete na prática do ato interpretativo, o que as metodologias e as reflexões sobre a IC trazem de atual e pertinente para a formação desse profissional e para a sua atuação.

2 TRADUÇÃO: ESCRITA E ORAL

Tradução é uma prática que envolve os processos de transposição de um texto de origem a um texto de chegada, na qual o tradutor se confronta muitas vezes com os entraves provocados pelas diferenças linguísticas e culturais das sociedades envolvidas nos textos. Compreende-se por tradução com T maiúsculo o hiperônimo que recobre a tradução oral e a tradução escrita, ou seja, a tradução e a interpretação (GILE, 1995). É um *saber fazer* que se diferencia do *como fazer*, que então se denomina Tradutologia, disciplina que estuda a tradução em sua prática tradutória (HURTADO ALBIR, 2013, p. 25). Nesse sentido, a tradução é um ato de comunicação, uma operação textual e uma atividade cognitiva. Ela é também um ato social, uma vez que tem por função a comunicação entre duas línguas e culturas diferentes, com o objetivo de transmitir uma mensagem:

...em primeiro lugar, a tradução é feita com uma finalidade comunicativa, para que um destinatário que não conhece a língua em que está formulado um texto possa compreender esse texto. Na hora de reproduzir em outra língua e cultura esse texto, o tradutor deve considerar que não se trata de dar forma à cobertura linguística, e sim as intenções comunicativas que estão por trás dela, considerando que cada língua as expressa de maneira diferente e considerando as necessidades dos destinatários e as características da incumbência. (HURTADO ALBIR, 2013, p.40-1, tradução nossa)¹

Portanto, para o ato de comunicação e a complexidade comunicativa tradutora, é importante que o tradutor e o intérprete levem em conta o contexto no qual se insere o ato tradutório, a variação linguística, as diferenças de uso e de usuário.

No que tange à operação textual, seja o texto oral ou escrito, na interpretação e tradução, respectivamente, de terminologia especializada ou não, é preciso que se verifique o gênero textual em questão, assim como os elementos constitutivos do texto, a saber, a coerência, a coesão e a progressão temática. Traduzir é, então, um duplo ato comunicativo: a) leitura e compreensão do texto de partida, que estabelece uma interação entre seu emissor e o tradutor (receptor); b) produção do texto de chegada, que

¹ “...en primer lugar, que se traduce con una finalidad comunicativa, para que un destinatario que no conoce la lengua en que está formulado un texto pueda comprender ese texto. A la hora de reproducir en otra lengua y cultura ese texto, el traductor debe considerar que no se trata de plasmar la cobertura lingüística sino las intenciones comunicativas que hay detrás de ella, teniendo en cuenta que cada lengua las expresa de una manera diferente y considerando las necesidades de los destinatarios y las características del encargo.”

estabelece uma interação entre seu emissor (tradutor) e o receptor (leitores do texto traduzido).

No entanto, é preciso considerar que este ato comunicativo deve levar em consideração uma concepção em que:

A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, a *organização da sociedade*. Isso porque a própria língua mantém complexas relações com as representações e as formações sociais. Não se trata de um espelhamento, mas de uma funcionalidade em geral mais visível na fala. (Marcuschi: 1997, p.134)

Segundo essa concepção sobre a língua, o trabalho do intérprete envolve uma interação mais complexa do que a simples decodificação de um texto oral de partida em um texto oral de chegada. Por isso, a TN assume um lugar de destaque no processo de interação que envolve a interpretação, como vamos demonstrar nesse trabalho.

Quanto à atividade cognitiva, aspecto mais delicado, complexo e, de certa forma ainda pouco esclarecido no que concerne ao funcionamento do cérebro, Hurtado Albir destaca a complexidade do ato tradutório, assim como as competências tradutórias necessárias para a atividade do tradutor e do intérprete:

...a tradução é uma atividade de um sujeito (o tradutor) que necessita de uma competência específica (a competência tradutória) e que, para traduzir esses textos, deve efetuar o complexo processo mental que consiste em compreender o sentido que eles transmitem, para logo reformulá-los com os meios de outra língua, levando em conta as necessidades do destinatário e a finalidade da tradução. Trata-se de interpretar primeiro (o texto, o contexto, a finalidade da tradução), para comunicar depois. (HURTADO ALBIR, 2013, p.41, tradução nossa)²

Nesse sentido, a noção de competência tradutória diz respeito à competência comunicativa e à aquisição do conhecimento especializado, que integram um processo contínuo e dinâmico. Nessa perspectiva, é fundamental considerar o funcionamento dos textos em cada língua, suas relações com o contexto e os processos mentais envolvidos. Destes, destacamos, de um modo geral, a atividade cognitiva no processo interpretativo da ICM, uma vez que tentaremos entender como ela se dá nessa modalidade de interpretação e, principalmente, no processo de TN, particularmente no que este traz para o auxílio da memória, quando do registro de elementos essenciais da audição e consulta na subsequente restituição do discurso.

² “...la traducción es una actividad de un sujeto (el traductor) que necesita de una competencia específica (la competencia traductora) y que éste, para traducir esos textos, debe efectuar un complejo proceso mental que consiste en comprender el sentido que éstos transmiten, para luego reformularlo con los medios de otra lengua, teniendo en cuenta las necesidades del destinatario y la finalidad de la traducción. Se trata de interpretar primero (el texto, el contexto, la finalidad de la traducción), para comunicar después.”

Confrontando a TN, enquanto recurso para a restituição do discurso, com os princípios básicos da Tradução Funcional (TF), na qual os objetivos determinam o método a ser aplicado na tradução (NORD, 2010), quando o TM e o TB possuem as mesmas condições de funcionamento, é possível que se traduza literalmente.. No entanto, conclui-se que isso é bastante raro, porque dificilmente as línguas têm equivalências semânticas e estruturais.

No caso de diferenças muito significativas entre os textos, segundo a mesma teoria, o tradutor pode adotar os recursos de explicações, glossários, notas, prólogo ou epílogo. Utilizando-se, assim, de um metatexto anexado à tradução. Pode ainda, conforme os objetivos tradutórios, suprimir informações contidas no TB desnecessárias ao TM.

Pensamos que os princípios básicos da TF podem ser também aplicados pelo intérprete na preparação do seu glossário para atividade da interpretação. Todavia, como bem sabemos, texto oral e texto escrito não possuem a mesma estrutura: contrariamente à língua falada, a escrita possui uma formalidade maior, uma responsabilidade de manter a unidade linguística, ainda que em gêneros textuais da atualidade, que utilizam a internet como suporte, muitas vezes o registro oral seja o de maior incidência.

Comparando-se a transcrição de um texto oral com a escrita de um texto, vê-se claramente a diferença entre as duas modalidades textuais. O texto oral é feito e reformulado diante do seu interlocutor enquanto o texto escrito se apresenta como um processo pronto diante do seu leitor. O texto escrito não revela o seu processo de criação, enquanto o oral se mostra em construção permanente diante do ouvinte. Na língua falada, o texto oral é construído e reorganizado no momento de sua produção, através de uma constante atividade mental do orador para expressar o seu querer dizer. No caso da interpretação de conferência, porém, o discurso tende a ser mais estruturado e muitas vezes iniciado pelo roteiro a ser seguido. O que aproxima a modalidade de texto oral à do texto escrito, no que tange à organização do discurso e ao seu encadeamento, facilitando o trabalho do intérprete.

A nosso ver, no entanto, tanto texto oral quanto texto escrito possuem propriedades intrínsecas que se apresentam conforme as práticas específicas da tradução. Nesse sentido, recorreremos mais uma vez a Marcuschi para esclarecer nossa posição:

Por outro lado, tanto a fala como escrita refletem formas de *organização da mente*, através das próprias representações mentais. Podemos observar que a construção de categorias para a reflexão teórica ou para a classificação são tanto um reflexo *da* linguagem como se refletem *na* linguagem. *Seria útil ter presente, desde logo, que, assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas.* São modos de representação cognitivo e social que se revelam em práticas específicas.” (1997, p.134)

Dito isso, considerando-se as diferenças entre texto oral e texto escrito, entende-se por interpretação ou tradução oral o ato de traduzir um discurso oral de um orador de uma determinada língua para um público receptor em outra, seja espontâneo ou não.

Dessa forma, convencionou-se entre teóricos e profissionais que tradução é o trabalho desenvolvido com o texto escrito, enquanto a interpretação é o trabalho desenvolvido na oralidade. No entanto, no senso comum há uma certa confusão na diferenciação de tais práticas, assim como na nomeação de seus profissionais. Diz-se muitas vezes um tradutor-intérprete, como se as duas atividades fossem a mesma, o que contraria fortemente muitos dos práticos desses fazeres.

Jean Herbert (1952) distingue a prática do tradutor e do intérprete, afirmando que as duas atividades são radicalmente diferentes e em grande medida inconciliáveis. Para ele, o tradutor busca tranquilamente a palavra precisa e o estilo mais elegante e correto; pode inúmeras vezes revisar seu texto e reformular o que foi escrito, encontrando auxílio no dicionário, em textos de cunho especializado e consultas aos colegas ou profissionais do domínio do texto. O intérprete, por sua vez, tem um tempo de reflexão muito breve, o que não lhe permite consultar nenhum documento ou pessoa, e deve se fazer compreender rapidamente na reformulação do que foi dito pelo orador. Entretanto, pode fazer uso de perífrases, retomadas ou explicações, se notar que o público não o entendeu.

Herbert (1952, p.7) classifica o intérprete como um profissional muito nervoso, que é submetido a tensões muito longas, ininterruptas e difíceis. Segundo esse autor, tradução e interpretação são disciplinas opostas, que se “destroem” mutuamente. Para ele, o profissional capaz de executar as duas atividades é muito raro.

Ao contrário de Herbert, pensamos que tradução e interpretação podem ser complementares, uma vez que a reflexão sobre um texto, na tradução, pode servir de preparação ao intérprete, no desenvolvimento de sua habilidade linguística. Entendemos, no entanto, que as práticas das duas atividades são bastante diferentes e que envolvem competências específicas a cada uma. É preciso salientar que o o trabalho

do intérprete se diferencia do trabalho do tradutor, demandando do primeiro habilidades diferentes das do segundo profissional. . Afirmamos isto retomando a diferenciação que faz Herbert sobre a prática do intérprete, pois este, ao contrário do tradutor, tem um tempo de reflexão muito breve e deve fazer compreender, de imediato e da forma mais exata possível, o que disse o orador, sem recorrer para isso a nenhum documento ou outro recurso do gênero (HERBERT, 1952, p.6).

2.1 INTERPRETAÇÃO

A prática da tradução oral faz parte da história da humanidade em todos seus contextos civilizatórios, antecedendo a da tradução escrita. Segundo Stelling-Michaud (1952), professor na Université de Genève e administrador da École d'Interprètes nos anos cinquenta, a profissão de intérprete data do momento em que grupos humanos de idiomas diferentes começaram a interagir. Tal afirmação pode ser verificada em registros em hieróglifos sobre a atuação do intérprete, referentes à dinastia do Faraó Horemheb (1343-1315 a.C.), assim como em textos do historiador Heródoto, em *História* (1988).

Stelling-Michaud comenta no prefácio do *Manuel de l'Interprète* de Jean Herbert (1952) que o apóstolo Paulo recomendava aos Coríntios buscarem intérpretes para o caso de haver pessoas falando duas ou mais línguas diferentes em suas assembleias, acrescentando que, se não os encontrassem, era melhor não haver assembleia. Stelling-Michaud (1952) diz ainda que, no início do século XIV, Pierre Dubois, legista francês no tratado de reconquista da Terra Santa pelo rei da França, preconizou a criação de uma escola formadora de intérpretes cultos, para serem capazes de convencer os Infiéis pelo discurso, convertendo-os pela persuasão.

Em *Brasil – Uma História* (2012), o historiador Eduardo Bueno refere-se à vinda de intérpretes nos navios da expedição de Cabral no descobrimento do Brasil, registrada no diário de bordo redigido a partir do relato de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. Conforme o diário, intérpretes faziam parte da tripulação de aproximadamente 1.500 homens, segundo o seguinte registro, que não especifica o número deles: “**Tripulação:** aproximadamente 1.500 homens, entre os quais 1.200 homens de armas, pilotos portugueses, árabes e indianos, intérpretes, degredados,

marujos, grumetes, além de oito frades e oito clérigos franciscanos.” (BUENO, 2012, p.31)

Sobre outro evento histórico, Stelling-Michaud (1952) comenta também que Cristóvão Colombo, interessado em catequizar os índios na conquista do Novo Mundo, enviou jovens nativos para a Espanha para que aprendessem a língua espanhola e se tornassem proficientes intérpretes.

Mais um exemplo dessa prática antiga é a atuação de La Malinche, índia que atuou junto a Hernán Cortés na conquista do México, como intérprete, nas primeiras décadas do século XVI. Nascida em 1500, de pais nobres em uma cidade próxima à capital do império asteca, filha do governante da cidade de Painala, parecia ter um futuro promissor, até que seu pai faleceu. Em seguida, foi vendida por sua mãe e padrasto, que se aproveitaram da morte de uma menina da mesma idade para explicar o seu desaparecimento do seio familiar. Vendida ainda mais algumas vezes como escrava por mercadores, terminou incorporando o grupo de vinte donzelas dado a Hernán Cortés como um costume asteca para cozinhar, desempenhar tarefas domésticas e servir como concubinas. Entretanto, essas donzelas precisavam ser batizadas, conforme a lei espanhola, que determinava que as concubinas deviam ser solteiras e cristãs, passando Malinche a se chamar Dona Marina. Ao longo de expedições, descobriu-se que Marina dominava a língua náhuatl, passando então a servir de intérprete em importantes negociações. Tal atuação se dava da seguinte maneira: Hernán Cortés falava para Jerónimo Aguilar em espanhol, Aguilar falava para Marina em maia, Marina falava para os índios em náhuatl. Esse sistema de comunicação foi de fundamental importância para os avanços da conquista do México por Cortés e rendeu notoriedade e riqueza à índia escrava, que então tornou-se livre (ESQUIVEL, 2006).

No quadro europeu, já no século XX, ainda que a língua francesa fosse o idioma da diplomacia, outros idiomas também protagonizavam a cena das relações internacionais. No entanto, a interpretação era uma atividade realizada por profissionais de outras áreas, em geral diplomatas, até o final da Primeira Guerra Mundial. Os grandes intérpretes internacionais não eram permanentes, mas “independentes” e exerciam outras atividades intelectuais, como o ensino. A partir da criação da Liga das Nações, a profissão de intérprete passou a ser regulamentada. As primeiras atuações se deram na Liga das Nações, nas Conferências de Paz, entre outros eventos oficiais de grande importância, sendo a Interpretação Consecutiva (IC) a praticada então. A

primeira Interpretação Simultânea (IS) em cabine foi oficialmente realizada nos Julgamentos de Nuremberg, mas há registros de que já havia sido praticada em 1928, em uma conferência da Organização Internacional do Trabalho (PAGURA, 2010).

Apesar de a tradução oral ou interpretação preceder a tradução escrita, os primeiros estudos sobre essa área começaram a surgir somente nos anos 1950. A partir desse período, muitos trabalhos acerca desse tema são desenvolvidos. Porém, verificamos através da literatura sobre o tema, uma preocupação maior em nomear e classificar os tipos de tradução oral do que propriamente aprofundar os estudos em cada categoria.

Os caminhos de pesquisa sobre a Interpretação de Conferência não foram lineares, muito provavelmente pelo fato de serem oriundos da prática dos intérpretes e não de uma disciplina científica. O que se observa é uma variedade de trabalhos conduzidos por centros de formação (entre os quais se destacam escolas em Paris, Heidelberg, Trieste e Viena), pesquisadores individuais e circuitos de comunicação. A partir dos anos 1970, verifica-se o surgimento de teses defendidas, sendo a primeira, a de Danica Seleskovitch (1975), assim como a publicação do importante artigo de D. Gerver (apud GILE, 1995). Porém, segundo Gile (1995), essas seriam sínteses parciais sobre a IC, sem que se tenha uma análise global aprofundada.

Mais antiga das traduções, pelo fato evidente de a oralidade anteceder a escrita, a interpretação começou a ser objeto de estudo somente nos anos cinquenta, como dissemos anteriormente através das pesquisas de Herbert (1952) e Rozan (1956). A partir das publicações desses dois teóricos e intérpretes francófonos, várias outras reflexões foram desenvolvidas para essa modalidade de tradução. A seguir, vamos retomar essas reflexões para demonstrar como a interpretação é definida teoricamente por alguns dos principais autores sobre ela.

Tradicionalmente a tradução oral é dividida em “interpretação de conferências (interpretação simultânea e consecutiva), tradução à vista, sussurrada e interpretação de enlace (chamada também bilateral)” (HURTADO ALBIR, 2013, p.81, tradução nossa³). Além dessas, também são mencionadas e merecem destaque a interpretação de tribunais e a interpretação comunitária, que diz respeito à interpretação em serviços públicos e privados. O que essa divisão demonstra, ou a concepção que está na sua base, é que há

³ “interpretación de conferencias (interpretación simultánea y consecutiva), traducción a la vista, susurrado e interpretación de enlace (llamada también bilateral)”.

uma sobreposição das modalidades de tradução, que não se delimitam em si mesmas, resultado da prática profissional, quando os intérpretes recorrem a mais de uma modalidade (HURTADO ALBIR, 2013, p.81).

Segundo Herbert (1952), um dos responsáveis pelos primeiros trabalhos sobre a tradução oral, a interpretação pode ser feita ao mesmo tempo em que o orador é traduzido, quando ele emite seu discurso, ou após ele tê-lo terminado total ou parcialmente. No primeiro caso trata-se da IS, no segundo, da IC. Para esse teórico e intérprete, a IS é uma prática que só pode ser considerada de qualidade se ambos os envolvidos, orador e intérprete, forem muito competentes em suas atuações e se a reconstituição do discurso não tomar mais tempo do que o discurso original. Diferentemente de Hurtado Albir, classifica a IS em três tipos: a) sussurada: na qual o intérprete traduz diretamente no ouvido do interlocutor do discurso, que eventualmente pode ser mais do que um; b) IS com equipamentos, na qual o intérprete geralmente recebe o discurso original por fone e o reproduz por microfone; c) tradução à vista, na qual o intérprete lê um texto que lhe era desconhecido e, diretamente ou por microfone, o lê em outra língua, em ritmo de leitura normal.

Quanto à IC, é definida por Herbert (1952) como uma prática que toma um tempo variável, dependendo da qualidade do intérprete e de situações em que lhe é permitido ou pedido que resuma o que foi dito. Esse autor ressalva que a IC apresenta quase que somente inconvenientes se o discurso for lido, mesmo que tenha sido dado ao intérprete antecipadamente. O autor afirma que a IC pode ser feita diretamente, quando o intérprete fala da mesma sala que o orador, ou por aparelhos. Neste caso é considerada “semi-simultânea”, utilizada em situações onde há vários intérpretes realizando interpretações em línguas diversas. A IC feita diretamente da sala pode ser feita à condição de que o número de línguas envolvidas seja de duas, no máximo três. Caso contrário, é preciso que se faça uso de uma instalação como a da IS, com fones e microfone. Enquanto a IS é normalmente completa, a IC é integral ou mais ou menos resumida. Mas Herbert (1952) salienta que é preciso ter em mente que os métodos podem, às vezes, concorrer ao longo de uma mesma sessão.

De certa forma, Jiménez (1999) também faz essa ponderação quando diz que há uma sobreposição na distinção de interpretações em seu caráter situacional, ou seja, do lugar onde elas se produzem, assim como da categoria de temporalidade. Tal sobreposição pode igualmente ser verificada na prática do profissional da Interpretação,

no momento de sua atuação, conforme a demanda situacional se apresenta. Ela propõe, então, uma classificação das modalidades de tradução oral contemplando a temporalidade entre o momento da reformulação do texto de partida e o texto de chegada. Nessa perspectiva, distingue a IC da IS, que corresponde à definição estabelecida acima:

a) IS: interpretação na qual um orador é traduzido pelo intérprete ao mesmo tempo em que fala. Esse tipo de tradução oral é realizado por meio de equipamentos como fones de ouvido e microfones. O intérprete normalmente fica alojado em uma cabine.

b) IC: interpretação na qual um orador pode falar durante um período de até dez minutos, sendo traduzido pelo intérprete em seguida. Normalmente o intérprete faz anotações enquanto ouve, que podem servir-lhe de apoio à memória e auxiliá-lo a reproduzir o discurso em outra língua.

A partir dessa categorização, Jiménez (1999) propõe as seguintes modalidades de traduções orais consecutivas e simultâneas:

a) Interpretação de Enlace (consecutiva e dialógica) – Entrevista, Debate, Negociação, Treinamento esportivo ou militar, Cursos, Exame Oral, Interrogatório, Cerimoniais, etc.

b) Interpretação Consecutiva (monológica) – Discurso político, Discurso Militar, Discurso Religioso, Discurso Cerimonial, Intervenção Parlamentar, Conferência, Comunicado Oficial, Informe Pericial, Cursos, Aulas Magistrais, etc.

c) Interpretação Simultânea (monológica) – Discurso Político, Discurso Militar, Discurso Religioso, Discurso Cerimonial, Intervenção Parlamentar, Conferência, Comunicado Oficial, Informe Pericial, Cursos, Aulas Magistrais, Entrevistas (TV e rádio), Debate (TV e rádio), Filmes, Documentários, etc. A autora inclui as modalidades “sussurrada” e “à primeira vista” na IS. Não fala, porém, da Interpretação Comunitária, interpretação realizada nos contextos sociais como o jurídico e o hospitalar, em situações imigrante não consegue se expressar no país em que se encontra. Entendemos que esta modalidade de interpretação se insere na modalidade interpretativa de enlace.

Em nosso estudo, pretendemos nos concentrar na modalidade de Interpretação Consecutiva Monológica (ICM), tendo em vista que é a mais demandada no meio acadêmico e local. Além disso, o nosso interesse é sobretudo pela IC que se refere à

Conferência, aos Cursos e Aulas Magistrais. Acreditamos também ser a modalidade mais problemática para os profissionais da interpretação, visto que, ao que nos parece, exige maior uso da memória e que a TN, em uma de suas etapas, requer do profissional uma alta especialização.

A ICM caracteriza-se por reproduzir um texto oral em forma de monólogo em língua alvo, enunciado em blocos de fala de até dez minutos, sem interrupção em língua de origem. Jimenez (1999) classifica os tipos de ICM em:

Completa – quando o intérprete reproduz integralmente o discurso de uma língua à outra;

Resumida – quando somente as ideias fundamentais são reproduzidas;

Descontínua ou semi-consecutiva – quando o orador interrompe a sua fala para trazer cada unidade de sentido para a tradução oral.

Hurtado Albir (2013, p.83) destaca a necessidade do uso da TN para essa terceira modalidade de ICM, por tratar-se, segundo ela, de um discurso “não espontâneo”. De nossa parte, acreditamos que o uso da TN é um auxílio à memória em qualquer uma das modalidades descritas acima. Além disso, segundo nossa prática, nem sempre o orador tem a experiência de ser traduzido, o que o leva a emitir blocos de fala muitas vezes longos ou estruturados de forma desorganizada, dificultando assim a reprodução completa de seu discurso. A partir disso, vamos tratar a seguir, em capítulo específico, a TN.

3 TOMADA DE NOTAS

Partindo do pressuposto de que a ICM ainda tem espaço em conferências (pelo menor custo apresentado ao contratante, já que normalmente não demanda o uso de equipamentos eletrônicos nem instalações específicas) e que exige um grande esforço de memória por parte do intérprete, além das capacidades tradutórias normalmente requeridas ao profissional, acredita-se que a aquisição da TN constitui um instrumento da subcompetência instrumental, preconizada por Hurtado Albir (2013) – das quais vamos tratar no próximo subcapítulo, destinado a esse tema. Por entender que a TN é fundamental para a ICM, buscamos verificar suas principais definições, assim como as metodologias existentes apresentadas pelos principais autores que sobre ela pensaram.

A partir dos anos 1970, particularmente, surgem vários estudos de autores que dedicaram esforços para investigar a TN na IC. Não pretendemos aqui dar conta de todos eles. Escolhemos tratar aqueles que trouxeram as melhores e mais relevantes contribuições para o nosso tema, uma vez que os princípios que eles estabelecem são retomados pelo demais teóricos, melhor definem e problematizam a TN. Nesse sentido, vamos expor a seguir o que preconizam sobre a TN os autores Jean Herbert (1952), Jean-François Rozan (1956), Henry Van Hoof (1962), Danica Seleskovitch (1975), Marianne Lederer (1981), Daniel Gile (1995), Hanz Matyssek (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b), Tito Lívio Cruz Romão (1998, 2015a, 2015b) e Maria Santa Montez (2010). Ao realizar esta exposição, pretendemos verificar também o percurso que fizeram, como práticos e teóricos da interpretação, para podermos nos situar igualmente no lugar do qual eles falam, em sua relação com a atividade do intérprete.

3.1 JEAN HERBERT

Jean Herbert começou sua carreira como professor de francês em uma grande escola em Edimburgo, no início da Primeira Guerra Mundial. Em situações de conflito, serviu como oficial de artilharia nos exércitos francês, inglês e americano. Em 1917, em Londres, começou a atuar como intérprete de conferência. Publicou em 1919, em Paris, o “Léxico francês-inglês-americano de artilharia e de balística”. Herbert foi intérprete em muitas conferências internacionais de organizações como a Sociedade das Nações,

as Nações Unidas, a UNESCO e a OMS. Para auxiliar a prática do intérprete, criou em 1952 o *Manuel de l'Interprète*, um clássico texto didático e normativo, no qual o suíço afirma que a TN constitui um fator essencial da técnica para a IC, pois dela depende a qualidade do trabalho, podendo também remediar deficiências. Herbert preconiza fortemente que a compreensão do discurso pelo intérprete vá além da palavra. Princípio que desenvolverão mais tarde Gile (1995) e Dillinger (apud ALBIR, 2013).

Quanto às metodologias propostas para a TN, Herbert salienta que a preparação do tema é importante. Lembra as competências necessárias ao profissional – conhecer bem a língua, ser passivamente receptivo e ter uma boa memória (HERBERT, 1952, p.4-5), assim como os conhecimentos imperativos para tal prática, e afirma que desconhece o intérprete que não tenha necessidade do apoio das notas na IC. Herbert estrutura sua metodologia nos seguintes princípios (1952, p. 33-8):

- a) Generalidades: o intérprete deve começar a anotar desde o começo do discurso. Isto porque o que parece ser dispensável de ser anotado pode se desenvolver e fazer com que o profissional se perca se não estiver atento. Concordamos com essa premissa, pois o discurso do orador se constrói diante do ouvinte, o que quer dizer que não se tem a percepção do que virá e é preciso estar atento desde o princípio para o que pode parecer generalidades.
- b) Natureza das notas: as notas são diferentes das tomadas pelo aluno em formação, assim como as do redator de tribunais, registradas por estenografia, pois não servem para serem lidas tempos depois da interpretação. O trabalho do intérprete é diferente do de um profissional que atua em uma audiência. Se ele for convidado a fazer essa atividade, vai ter que sacrificar a sua técnica em benefício da outra atividade, que não é a sua. Essa observação nos parece pertinente, uma vez que o estenógrafo não restitui o discurso na oralidade, mas o registra rapidamente, para reconstituí-lo por escrito.
- c) Análise lógica: é preciso que o intérprete faça a análise lógica do discurso à medida que ele se desenvolve, anotando enquanto ele se estabelece. Nem sempre a classificação e as subdivisões são aparentes, pois somente os melhores oradores são capazes de organizar de forma clara seu discurso. É mais prático usar um sistema sinóptico, principalmente através de margens e

larguras diferentes. Essa análise, segundo o autor, é difícil de ser feita e o intérprete deve treinar sozinho essa prática, como preparação à atividade de interpretação.

Pensamos que esse princípio complementa o que foi dito no primeiro, quando ele afirma que não se tem a dimensão do que virá e que o intérprete precisa estar atento desde o princípio à fala do orador. O complemento ao primeiro princípio vem da análise do conjunto, que já deve ter sido registrado de alguma forma no começo.

- d) Escolha da língua: para que a leitura das notas seja fácil e que a elocução seja fluida, é preciso eliminar todos os problemas de tradução. Para tanto, é melhor que na TN seja anotada na língua da interpretação feita, o que deverá ser regra geral, à exceção dos casos de grande cansaço ou tensão mental, ou, ainda, em casos em que seja mais fácil anotar a expressão na língua de partida. O uso de uma terceira língua pode ser excepcionalmente útil, em caso de expressões mais simples e abreviadas.

Não concordamos, porém, com a afirmação de que a língua registrada deva ser a de chegada. Acreditamos que o intérprete deve circular igualmente nas duas línguas envolvidas e, para tanto, não deverá fazer diferença para ele se o registro é em uma ou outra. Pensamos que a escolha da língua deva ser feita em função do registro mais simples no momento da interpretação.

- e) Visualidade: as notas devem, antes de tudo, ser fáceis de serem lidas. Para tanto, a grafia deve ser clara e sem ambiguidades. O conjunto das ideias do discurso deve igualmente estar na mesma página, considerando o tamanho da letra, as entrelinhas e as margens. O uso de símbolos estenográficos é descartado, uma vez que os estenógrafos não conseguem ler várias linhas rapidamente, o que é necessário na leitura das notas para a interpretação. Outro inconveniente da estenografia é o fato de ser complicado corrigir um símbolo, caso o orador reorganize o seu discurso enquanto a frase não foi terminada ou que ele mude de assunto entretanto. Como argumento final para a não utilização da estenografia, há o fato de ela não permitir uma leitura fluida, necessária à interpretação. Entretanto, um ou outro símbolo estenográfico pode ser usado na TN, se for conveniente.

Pensamos que esse princípio é fundamental para a TN, uma vez que se sabe que as notas são um auxílio para a memória, um instrumento de apoio e não um elemento central da IC. Ou seja, devem ser um facilitador e não um complicador no momento da restituição do discurso.

- f) Símbolos e abreviações: a grande vantagem, segundo Herbert (1952), do uso de símbolos é que eles não pertencem a nenhuma língua em particular e podem representar algo nas duas línguas envolvidas na interpretação por uma linguagem cifrada. O intérprete deve fazer uso, entretanto, de símbolos que lhe permitam o resgate rápido da ideia que eles expressam. O emprego das notas é uma garantia e pode ocorrer que sejam usadas parcialmente, fazendo o intérprete uso da memória na reconstituição do discurso.

Esse princípio nos parece bastante relevante no que tange à independência imagética dos símbolos em relação às línguas. Cremos que a escolha de símbolos claros é fundamental.

Quanto ao número de símbolos, é preciso parcimônia. Símbolos novos só devem ser incorporados quando os adotados anteriormente já tiverem sido assimilados completamente (HERBERT, 1952, p.39). E o número de novos símbolos a serem incorporados não deve ser superior a seis por vez. A improvisação de novos símbolos no momento da interpretação é muito perigosa. No caso de necessidade extrema, é preferível que sejam anotados em uma folha separada, próxima aos olhos. A ressalva quanto à incorporação dos símbolos ao glossário do intérprete é bastante coerente com o que é dito sobre a estocagem de elementos na memória, de que trataremos ainda neste capítulo.

Para reduzir o número de elementos simbólicos, o autor recomenda que um mesmo símbolo seja usado para os vários tempos de um mesmo verbo, assim como do substantivo por ele formado. A memória será capaz de lembrar a forma desejada. O mesmo símbolo deve servir igualmente para expressar os sinônimos.

Entre os símbolos incorporados ao conjunto de elementos da TN, o autor recomenda a utilização de símbolos alfabéticos, ideogramas chineses, hieróglifos, símbolos diacríticos usuais, símbolos fonéticos, monogramas, sinais de pontuação, símbolos matemáticos, símbolos musicais, sinais de trânsito, abreviações, números e as flechas, por serem conhecidas e fáceis de serem associados à ideia que expressam.

A negação pode ser expressa por um traço oblíquo, do mesmo modo que a ênfase, por um traço abaixo da palavra que se quer marcar como um superlativo, um relativo ou um absoluto.

No que tange ao encadeamento do discurso, é preciso contar com símbolos bastante definidos para articuladores como “no entanto”, “de uma parte”, “de outra parte”, etc. A utilização de números ou letras também é recomendada para as enumerações de itens.

Herbert nos oferece um exemplo com a seguinte frase: “Le délégué de la France a regretté que la Commission n’ait pas renvoyé la question au Comité de rédaction” [O representante da França lamentou que a Comissão não tenha reenviado a questão ao Comité de redação] (1952, p.50). A partir dessa frase, ele afirma que o intérprete deve ter símbolos ou abreviações para os principais países e para substantivos que são de uso frequente, como “Commission”, “question”, etc. Assim, ele propõe que sejam adotados os seguintes símbolos: F para France, Cn para Commission, o símbolo de interrogação (?) para questão, Cr para Comité de rédaction e \triangle para délégué. A TN ficaria assim representada:

“Le \triangle de la F a regretté que la Cn n’ait pas renvoyé la (?) au Cr. ”

Observa-se que a ordem dos elementos da frase foi alterada, que verbos e conectores foram suprimidos e que os símbolos são correspondentes ao essencial da informação a ser anotada, da seguinte forma:

\triangle = délégué; F = France; Cn = Commission ; ? = question ; Cr = Comité de rédaction

Mas Herbert busca simplificar ainda mais essa nota. Para isso começa afirmando que a idéia de “renvoyer”, que no contexto da enunciação simplifica-se com “envoyer”, pode ser expressa visualmente por uma flecha e a negação pode ser expressa visualmente com o acréscimo de traço oblíquo que a anula. “Regretter”, por sua vez, pode ser expresso por um símbolo de aprovação, como OK, que, por sua vez, pode ser anulado da mesma maneira. Vejamos como fica a nota:

Le \triangle de la F ~~OK~~ que la Cn ~~→~~ (?) Cr.

O processo de simplificação da nota pode ser ainda maior, com a supressão dos artigos, e com o uso da memória para lembrar que era a Comissão que poderia encaminhar ou não encaminhar, etc. Desse modo, Herbert (1952, p. 51) chega a essa nota para a frase citada acima:

F ~~OK~~ → Cr.

3.2 JEAN-FRANÇOIS ROZAN

Alguns anos mais tarde, Jean-François Rozan (1956), também pesquisador da Université de Genève – École d'Interprètes, em seu pequeno manual de TN, denominado *La prise de notes em interprétation consécutive*, texto igualmente clássico e normativo, propõe uma técnica para a TN para a IC, que retoma princípios do *Manuel de l'Interprète* (1952) de Jean Herbert. O autor afirma que não é indispensável obedecer às regras estabelecidas no manual. Porém, a não observação de tais regras no tratamento do discurso ao qual elas se referem pode não trazer exatamente um prejuízo no resultado da interpretação, mas a eficácia será menor. Segundo ele, quanto mais simples for o manual, mais o usuário vai pensar em se apoiar nele.

Assim, Rozan destaca princípios balizadores para a TN, em número de sete, que são simples de serem observados, tornando seu uso facilitado, conforme descritos a seguir (ROZAN, 1956, p.13-21).

O *primeiro princípio* e o mais importante deles, em nossa opinião, é que a *ideia* do discurso de partida deve ser restituída no discurso de chegada, ao invés da *palavra*, princípio compartilhado e defendido fortemente por Seleskovitch (1975) alguns anos mais tarde. O autor exemplifica a validade dessa afirmação, dizendo que se compararmos a tradução escrita de dez excelentes tradutores de inglês não encontraremos o mesmo texto nos dez textos, mesmo que muito bem traduzidos. Isso prova, segundo ele, que o que conta é traduzir a ideia e não a palavra. E o mesmo se aplica à interpretação, na qual o intérprete deve livrar-se da obrigação muitas vezes enganadora de ater-se à unidade lexical, que é a palavra.

Rozan argumenta ainda que as notas devem ser lidas vinte minutos ou até mesmo uma hora após a ideia ter sido enunciada, com o que não concordamos. Sobre os blocos de fala do conferencista, sabemos que está convencido que não devem ultrapassar dez minutos de duração. Em nossa prática, sinalizamos discretamente ao

orador que deve ter seu discurso restituído, quando ele está excedendo no tempo, uma vez que tal ação compromete a qualidade da interpretação e que o intérprete tem de se posicionar no compromisso com a qualidade da sua atividade. Mas, sobre as considerações feitas acerca do tempo entre a enunciação da ideia e a consulta das notas para a restituição do discurso, concordamos com Rozan quando ele afirma que se a palavra for anotada, ao invés da ideia, o intérprete correrá um risco maior de enganar-se no texto oral reproduzido. Para exemplificar essa afirmação, adaptamos um exemplo do autor para esclarecer melhor.

Digamos que a seguinte enunciação tenha sido feita: “Il y a de fortes chances pour que...”. A palavra chave aqui é “chance(s)”. Mas, se for anotada, pode-se incorrer no risco de, no momento da leitura, ter dúvida entre “chance” ou “sorte”, uma vez que no francês a palavra tem as duas acepções. Ou, ainda, haver confusão entre “é uma chance para”, “é uma sorte de” ou “por sorte”. Ao passo que, se a ideia for anotada pela palavra mais “provável”, não haverá esse risco de erro no momento da restituição do discurso. Acreditamos que a recomendação de que as notas sejam feitas em língua de chegada se justifica fortemente neste aspecto.

No *segundo princípio*, que é o das regras de abreviação, Rozan lembra a necessidade de que as palavras sejam abreviadas de forma que se escreva completamente, se houver tempo. Do contrário, abrevia-se com a escrita das primeiras letras da palavra e das últimas, ao invés de escrever o maior número de letras iniciais. Diz ainda que, se a unidade lexical tiver até quatro letras, não precisa ser abreviada. Acreditamos que o princípio da abreviação é útil na TN, mas é necessário que ele seja internalizado pelo intérprete de forma clara. Quanto à recomendação de anotar a palavra inteira, pensamos que pode conduzir o intérprete, em momentos de maior tensão na audição, a tentar anotar também orações inteiras em sua totalidade.

Quanto à indicação do gênero e dos tempos, Rozan preconiza a justaposição de indicadores à abreviação da palavra. Pensamos que, no nosso par de línguas de trabalho – francês/português – é mais fácil adotar o referencial francês, no que tange à construção gramatical, que tem menos exceções que o português. Assim, acrescentaremos um “e” para feminino, um “s” para plural, uma terminação “ai” ou “a” para futuro, uma terminação “é” ou “u” para passado, às palavras que expressam a ideia do discurso de partida. Sobre a abreviação do estilo, o autor diz que se deve abreviar

uma palavra curta, referente ao que foi dito. Ou seja, escolher sinônimas simplificadas, ao invés de um estilo mais rebuscado na TN.

O autor exemplifica (com o que traduzimos para o português): “qui ont apporté leur contribution à” [Que trouxeram sua contribuição à] com a retenção da palavra abreviada “aid” [ajud], que é mais curta. Aqui, parece-nos que a instrução se refere mais à abreviação da ideia, evidenciada no primeiro princípio, do que propriamente do estilo.

No *terceiro princípio*, Rozan trata do encadeamento das ideias e das relações entre elas no discurso, que é importante e difícil de ser restabelecido, ao mesmo tempo. Para que a ideia não seja deformada por falta de encadeamento com o que foi dito anteriormente, o autor aconselha a utilização de articuladores que expressem explicação (pois, porque, etc.), oposição (ainda que, etc.), restrição (mas, entretanto, etc.), suposição (se, etc.), referência (para...), conclusão (assim, então, etc.). Entendemos que, no caso do registro do encadeamento pela palavra, deva ser aplicado o princípio da abreviação, ou o uso da palavra mais curta.

É também sugerido por Rozan o uso dos símbolos = para igualdade e correspondência, ≠ para diferença ou ausência de correspondência e + para o acréscimo de uma informação. O uso de flechas também pode servir para indicar a relação entre as ideias e/ou seus agentes.

O *quarto* e o *quinto princípios* são agrupados pelo autor por serem mais simples de serem compreendidos. Tratam da negação e da acentuação. Em ambos os casos, é recomendado que o intérprete tome nota de forma clara, sem ambiguidades. Mas acreditamos que, no caso da negação, seja ainda mais preponderante a clareza para que se evite o risco de conduzir o discurso de chegada ao sentido inverso do de partida. Nesse caso, o uso de uma barra sobre a palavra é indicado. Pensamos que o símbolo ~ também pode ser útil pela clareza e o fato de ser curto e rápido de ser registrado. Quanto à acentuação, Rozan não se refere à acentuação gráfica, mas à importância do que é dito no discurso de partida; refere-se também ao uso de “muito” ou outros marcadores de relevância. Por exemplo: “A discussão é muito interessante”. Aqui a abreviação da palavra interessante seria sublinhada. E se fosse “A discussão é extremamente interessante”, a abreviação da palavra interessante seria feita por dois traços, acentuando o grau de importância.

O inverso também é marcado pela acentuação, nesse caso, por traços pontilhados. Por exemplo: “Uma solução que não é tão decisiva” teria a abreviação da palavra “decisiva” sublinhada por um traço pontilhado.

No *sexto princípio*, o do verticalismo, é defendida a TN na altura e não no comprimento por permitir uma melhor visualização, encadeamento e descarte do desnecessário. Nesse princípio, Rozan utiliza a superposição para mostrar a relação entre as ideias e os parênteses para os elementos indicados para especificar uma ideia, sem que sejam essenciais ao encadeamento da mesma.

Por exemplo: “... ce qui a conduit à de nouveaux investissements, surtout dans le domaine des transports” [...o que conduziu a novos investimentos, sobretudo na área dos transportes].

Notas:

$$\begin{array}{c} \text{ts} \\ \rightarrow +\text{inv} \\ \text{ort} \\ (\text{T }) \end{array}$$

A TN aqui é representada da seguinte forma:

$$\rightarrow = \overset{\text{ts}}{\text{a}} \text{ conduit}; +\text{inv} = \text{ nouveaux investissements}; (\text{T }) = \overset{\text{ort}}{\text{transports}}$$

Neste exemplo, observa-se a justaposição sobre a nota referente a “transportes”, que não é um elemento essencial da frase.

O último e *sétimo princípio*, o escalonamento, consiste em organizar as ideias e a forma a serem consultadas claramente, em complemento ao princípio anterior, do verticalismo. Os exemplos apresentados por Rozan não nos pareceram trazer um elemento novo, além do que foi dito anteriormente, que é o de facilitar a consulta das notas no momento da restituição do discurso.

Rozan (1956), assim como Herbert (1952), acredita que se deva adaptar seu método ao que possa ser de melhor uso ao intérprete, de acordo com o que lhe pareça lógico e de rápido entendimento no momento da consulta para a reprodução do discurso.

O autor destaca vinte símbolos para o auxílio da memória, agrupados e ordenados na seguinte ordem: símbolos de expressão; símbolos de movimento; símbolos de correspondência; símbolos substantivos, que exprimem palavras-conceitos.

Símbolos de expressão:

Símbolo do pensamento [:]: expressa o que se pensa;

Símbolo da palavra [“”]: como em uma citação;

Símbolo da discussão [⊙]: representa o diálogo;

Símbolo da aprovação [ok]: expressa o julgamento favorável;

Símbolos de movimento:

Flecha de orientação ou de transmissão [→]: determina o movimento de um ponto de vista a outro;

Flecha de aumento [↗]: expressa aumento, desenvolvimento e progresso;

Flecha de diminuição [↘]: expressa diminuição, declínio, decréscimo.

Símbolos de correspondência:

Símbolo de relação [/]

Símbolo de igualdade [=]

Símbolo de diferença [≠]

Símbolo de enquadramento [[]]

Símbolos de [+] e de [-]

Símbolos substantivos (exemplos):

País, nação, nacional	□
Internacional, estrangeiro	⊠
Mundial, global, universal, mundo	W(para world)
Trabalho, obra, labor, ação	w(para work)
Questão, problema	?
Membros, participantes	Ms
Comércio, relações comerciais	Tr(para trade)

Em um subcapítulo de *La prise de notes en interprétation consécutive* (1956), Rozan faz algumas ponderações sobre o que denomina “Generalidades”. Nele o autor diz que não devemos usar símbolos demais ou símbolos que expressem cada ideia. Caso contrário, o intérprete terá uma folha inteira de símbolos a ser decifrada, o discurso será reproduzido por palavras, e a atenção estará voltada para a “simbolização” ao invés de para a análise.

Segundo o autor, e estamos completamente de acordo com essa afirmação, a grande regra da IC é que o trabalho maior do intérprete é anterior à leitura das notas, pois o texto deve estar claro na sua compreensão e no seu encadeamento. As notas, então, devem servir a dois objetivos:

- a) trazer à memória em uma olhada rápida todas as ideias de um trecho do discurso e suas relações de encadeamento;
- b) permitir uma interpretação elegante, com o discurso centrado no contexto e não na palavra.

Para o autor, ler as notas não é decifrá-las, pois seria então necessário usar a estenografia. A leitura das notas deve portar sobre a forma, enquanto que a TN porta sobre o fundo. É preciso limitar o uso dos símbolos e se apoiar na estruturação do raciocínio.

3.3 HENRY VAN HOOF

Professor de interpretação em Bruxelas, Henry Van Hoof é autor de um livro didático, *Théorie et pratique de l'interprétation: avec application particulière à l'anglais et au français* (1962), no qual retoma muito do que preconizam Herbert e Rozan, acrescentando informações teóricas e práticas que são válidas ainda nos dias atuais para a IC. Esse autor não aborda especificamente o tema da TN na IC, mas, por se tratar de um renomado formador de intérpretes, acreditamos ser necessário verificar o que ele preconiza sobre o tema da interpretação.

Entre suas afirmações, diz que a IC é mais precisa do que a IS. Entretanto, não desenvolve estudos empíricos para sustentar essa premissa. Afirma que a prática da IC é uma preparação para a prática da IS e que a tomada de decisões está no centro da IC, ao passo que é quase ausente na IS, uma vez que nesta, segundo ele, o intérprete segue o encadeamento do discurso do orador.

Tal afirmação é, segundo Gile (1995), contrária ao que é ensinado nas formações de intérpretes. Entretanto, acreditamos que não se deve negá-la totalmente. Pensamos que a tomada de decisões na IS se dá de um modo muito mais rápido do que na IC, e que a atividade mental envolvida nesse processo pode apresentar mais probabilidade de erro nos julgamentos.

Quanto à atenção na IC, o autor não chega a aprofundar a questão. No entanto, discorre sobre a capacidade cognitiva do intérprete de forma semelhante ao “Modelo Flutuante”⁵, (GILE, 1995), afirmando que o profissional estabelece estruturas semânticas do discurso de chegada semelhantes às do discurso de partida, porém com menos marcas nominais definidas.

No que tange à produção do intérprete, Hoof fala de automatização de equivalentes (estruturas semânticas e/ou acepções lexicais análogas) em um processo de transcodificação, o que vai contra aos preceitos da Teoria do Sentido, que preconiza Seleskovitch (1975). Gile (1995) pensa, porém, que esse processo pode também estar presente, principalmente na IS. De nossa parte, acreditamos que ele possa igualmente se apresentar em IC, na presença de terminologia especializada e em processos mentais que envolvem a memória a longo prazo, nos quais os conhecimentos semânticos consolidados são acionados automaticamente.

3.4 DANICA SELESKOVITCH

Grande intérprete de conferência e diretora da École Supérieure d’Interprètes et de Traducteurs, Sorbonne Nouvelle – Paris III (ESIT), Seleskovitch (1921-2001) produziu relevantes contribuições teóricas para a Interpretação de Conferências. É autora de vários estudos sobre tradução e interpretação, entre eles, a Teoria Interpretativa da Tradução. Fundou, igualmente, o Centre de Recherches Traductologiques – Paris III. Foi a primeira intérprete a escrever uma tese de doutorado em ciência da tradução e interpretação (1975). Filha de mãe francesa e de pai iugoslavo, viveu na Alemanha e nos Estados Unidos. Por se destacar como intérprete, foi convidada a atuar nas conferências da Communauté Européenne du Charbon et de l’Acier (CECA), organização que deu início à união da Europa, sediada em Luxemburgo, cujos representantes falavam em quatro línguas: alemão, francês, italiano e holandês. Era conhecida por suas capacidades técnicas, seu entusiasmo e disposições naturais, que traduziam nuances de pensamentos, assim como as emoções dos oradores.

Seleskovitch escreveu sua tese de doutorado com base em sua experiência de mais de quinze anos como intérprete de conferências e como professora de teoria e técnicas de interpretação. Os objetivos que a motivaram na sua pesquisa foram três:

⁵ Modèle Flottant, no original.

investigar por que os intérpretes atuam da mesma forma, a partir das experiências bem sucedidas no mundo inteiro, independentemente das línguas de trabalho; trazer ao ensino da interpretação os resultados analisados no estudo; o terceiro motivo, não menos importante que os dois primeiros, buscar no estudo detalhado dos métodos aplicados pelos intérpretes algo que trouxesse conclusões sobre o funcionamento da linguagem. No centro do seu estudo está o questionamento sobre a TN do intérprete. Sua reflexão parte das notas, na atuação de um grupo de intérpretes observados, para tentar estabelecer um sistema. Tal proposta de pesquisa é inversa à nossa, pois procuramos pensar em uma metodologia para poder auxiliar a prática. Ainda assim, a premissa desta autora – partir da prática para o modelo – é referência para a nossa pesquisa. Verificaremos então, com um maior nível de detalhamento que nos outros autores, quais são seus pressupostos.

Sua tese divide-se em três grandes capítulos de reflexões sobre: I. A nota das palavras; II. A nota das ideias e III. As notas: forma e língua. Averiguaremos de que trata cada um em sua especificidade para entendermos como Seleskovitch tratou da TN na IC.

No primeiro capítulo, a autora analisou as palavras em duas categorias: as de significação única e as polissêmicas. Na primeira, trouxe uma reflexão sobre a distinção entre “significado” e “sentido”, conceitos que vinculou à “memória verbal” (das palavras) e à “memória não verbal” (dos sentidos). Segundo Seleskovitch (1975), o significado é da ordem do dicionário, enquanto o sentido é da ordem da exegese, formando uma dicotomia à qual o intérprete é confrontado constantemente em sua prática. Verificou os elementos: números, apelações, enumerações, e o que denomina de “palavras técnicas”. Constatou que os primeiros têm um só significado, podendo ser traduzidos inteiramente na outra língua. Ao contrário das palavras técnicas, que podem ter um conjunto de significados e só um deles deve ser traduzido. Acreditamos todavia que, ao atribuir uma única acepção aos números, Seleskovitch se esqueceu de ponderar sobre as expressões idiomáticas que os envolvem. Um exemplo de sentido figurado atribuído a um número é a expressão francesa “Faire trente-six choses à la fois” [Fazer muitas coisas ao mesmo tempo].

Na segunda categoria de palavras, as polissêmicas, Seleskovitch lembra que as notas comportam dois aspectos: ou substituem a memória verbal, inscrevendo a palavra a ser mantida ou são um “trampolim” que conduz à memória do sentido. Para

desenvolver sua análise, verificou os seguintes aspectos como: transposição do traço de significação da acepção; língua geral e vocabulário especializado; tradução literal e tradução refletida⁶; associação verbal e evocação da palavra. A autora ilustra sua análise com alguns exemplos extraídos de um *corpus*.

No segundo capítulo, que trata da nota das ideias, a autora lembra os pressupostos de Rozan (1956) e Herbert (1952), entre outros teóricos, no que tange ao fato de que uma língua não pode ser traduzida através da simples transposição do vocabulário. A ideia do que está sendo dito é o que deve ser conservado para a restituição do discurso em língua de chegada. Logo, uma análise lógica do discurso do orador é essencial, para que a TN seja feita em consequência. E o discurso só tem sentido na sua dimensão temporal e no seu encadeamento. Para o orador, ele é uma representação dos seus pensamentos; para o ouvinte, é em parte desconhecido e conhecido, ou seja, o ouvinte apreende esse discurso a partir dos seus conhecimentos. Mas o intérprete deve conservar todo o discurso, para que consiga restituí-lo em sua ideia. A concentração mental que a apreensão do discurso exige do profissional da interpretação é enorme. E as notas são um modo de concentração, com uma dupla utilidade: facilitam a concentração em todos os detalhes do discurso no momento da análise e reativam a lembrança no momento da expressão.

Para a análise do discurso a ser restituído, o papel de “lembrete” das notas é salientado por Seleskovitch, que afirma que o registro do que exprime a ideia não é nem a simples transcrição de uma palavra ouvida, nem um signo decifrável sem maior profundidade no momento da releitura. A diferença entre um signo “lembrete” e um signo que pertence a um código é grande, uma vez que o código pode ser decifrado graças ao conhecimento que se tem dele, ou seja, das relações significantes-significados que ele encerra, enquanto o signo “lembrete” não pertence a um código individual, pois é associado, em geral, ao mesmo sentido uma única vez. O signo retém um sentido inédito, uma vez que é o resultado da criação do pensamento, que se opera constantemente. A TN em IC afirma, então, a relação entre as percepções e sua compreensão.

⁶ Tradução refletida é o que Danica Seleskovitch, conforme Paul V. Hendrickx, chama de “la concentration sur la double activité, entendre parler; ou encore: audition et rétention d’une part, traduction et phonation d’autre part” (concentração na dupla atividade, ouvir e falar, ou ainda: a audição e a retenção de uma parte, a tradução e a fonação de outra). In HENDRICKX, Paul V. *Réflexions sur l’interprétation*. *Meta*, Montreal, vol. 14, 2, p.83-86, 1969.

No que diz respeito à natureza do discurso, a autora explica que, quando uma passagem argumentativa sucede uma passagem descritiva, o intérprete deve mudar o método de análise, cessando de utilizar imagens para se servir de ideias. As notas devem acompanhar essa atividade mental. Isso porquê a compreensão do discurso não é linear, o que se reflete na TN.

Sobre quantidade de notas, o relato dos intérpretes na pesquisa de Seleskovitch aponta para uma relação inversamente proporcional à da atividade mental, ou seja, quanto maior for a atividade mental na análise do discurso do orador, menor o número de notas. Se a passagem do discurso é difícil, as notas são mais concisas.

Quando o registro abusivo das palavras, a autora observa que, para se lembrar do discurso, é preciso fazer a exegese. Para tanto, a nota deve contribuir para esse processo e não se constituir em um entrave. A preocupação excessiva com a TN e o descomedimento do registro escrito serão, desta forma, prejudiciais à apreensão do sentido do que está sendo dito pelo orador.

No que diz respeito à relação entre a interpretação e a velocidade da fala, Seleskovitch especifica que o discurso espontâneo em inglês e em francês é da ordem de aproximadamente 120 a 220 palavras por minuto⁷. Tal ritmo de fala pressupõe que a velocidade do discurso está relacionada com as operações cerebrais envolvidas na enunciação no orador e na compreensão no ouvinte. Isso permite igualmente afirmar que essa velocidade garante a emissão do sentido, porém não permite a retenção de todas as palavras ditas. De onde vem a necessidade de que se entenda a ideia do que está sendo dito ao invés da retenção da palavra. A autora chama a atenção igualmente para o fato de que um conferencista que formula rapidamente o seu discurso não é necessariamente difícil de ser traduzido, uma vez que vai repetir ou reformular o que quis expressar em momentos em que o orador lento faria pausas, e que o número de palavras não está vinculado ao sentido do que está sendo dito. Segundo a autora, o essencial não é o número de notas, mas a fração da atenção destinada à anotação, comparada à que é reservada à análise do discurso. Um discurso lento demais faz com que se ouçam todas as palavras ditas, prejudicando o processo intelectual. Mas, segundo Seleskovitch, é possível para o intérprete reagir e restabelecer o equilíbrio da atenção. Sobre a segmentação do discurso de partida, Barik (apud SELESKOVITCH, 1975) diz

⁷ Em português do Brasil é da ordem de aproximadamente 120 a 150 palavras, considerando um adulto da faixa etária dos 30 anos (MARTINS, 2007).

que as pausas podem marcar fronteiras de unidades de sentido para o intérprete e o ajudam a estruturar o discurso a ser restituído. Goldman-Eisler (apud SELESKOVITCH, 1975), por sua vez, acredita que tal segmentação possa ocorrer em três modalidades: a primeira delas é a “identidade”, na qual se codifica o conjunto do segmento de discurso entre duas pausas; a segunda é a “fissão”, na qual se codifica um segmento antes que ele esteja terminado; a terceira é a “fusão”, na qual há uma codificação de um encadeamento de dois ou mais segmentos sucessivos.

No que concerne à anotação dos números, Seleskovitch observa que é preciso que sejam anotados integralmente. Mas, para ela, a compreensão do sentido no seu emprego é importante e a apreensão deles nem sempre é fácil.

Quanto à impossibilidade, na velocidade da fala, de reter ao mesmo tempo os sons, as significações verbais e o sentido de uma mensagem, Seleskovitch lembra novamente a inutilidade da estenografia no processo da TN. Ela apoia seu argumento sobre o fato de que a atenção deve ser dividida entre a apreensão do sentido e a necessidade de tomar poucas notas. E, para explicar que a TN através da estenografia seria um processo longo demais, a pesquisadora detalha o mecanismo da percepção linguística e de sua assimilação, afirmando que no manejo da língua há o manejo de três estruturas concretas, para as quais há uma significação abstrata cada vez. Tais estruturas são fonéticas, verbais e gramaticais, tendo como faces abstratas os fonemas, a significação relacionada à palavra e o sentido da mensagem. As associações decorrentes desse manejo demandam uma atividade mental para a qual a estenografia não é possível.

No que tange ao caráter não sistemático das notas, Seleskovitch, após ter salientado que conservam somente uma parte das palavras do discurso, enquanto o processo mental do intérprete armazena o sentido integral dele, afirma que as notas são em parte verbais e decifráveis e estão associadas à lembrança de seus elementos. Logo, ao procurarmos estabelecer um sistema que considere somente a parte que registra verbalmente a lembrança, deixamos de lado o mais importante, uma vez que para diminuir a parte “lembrança semântica”, aumentamos a parte verbal e há, então, um uso abusivo de palavras, ou ainda, o uso da estenografia.

Consideramos relevante nesse capítulo o aspecto individual das notas, associado à atividade mental de cada intérprete, conforme mencionado pela autora. Ela afirma que a apreensão do sentido passa pela própria experiência do ouvinte, que as

notas servem para despertar a lembrança presente nele e que, logo após terem sido usadas, o sentido se perde, assim como a lembrança detalhada do que foi apreendido: as notas passam a ser então meros rabiscos sem significação verbal. Essa afirmação evidencia que as notas devem derivar de um sistema próprio, uma vez que partem da apreensão pessoal de sentido e possuem a representatividade individual.

A autora menciona ainda o paradoxo do bom intérprete, que impressiona seu ouvinte, parecendo ter uma misteriosa capacidade de memorização verbal, enquanto, na verdade, está encobrindo o encadeamento fala-pensamento-fala. Esse profissional consegue apreender o sentido com uma grande liberdade em relação à palavra, ajustando-se, segundo Seleskovitch, formulando espontaneamente o que tem a dizer.

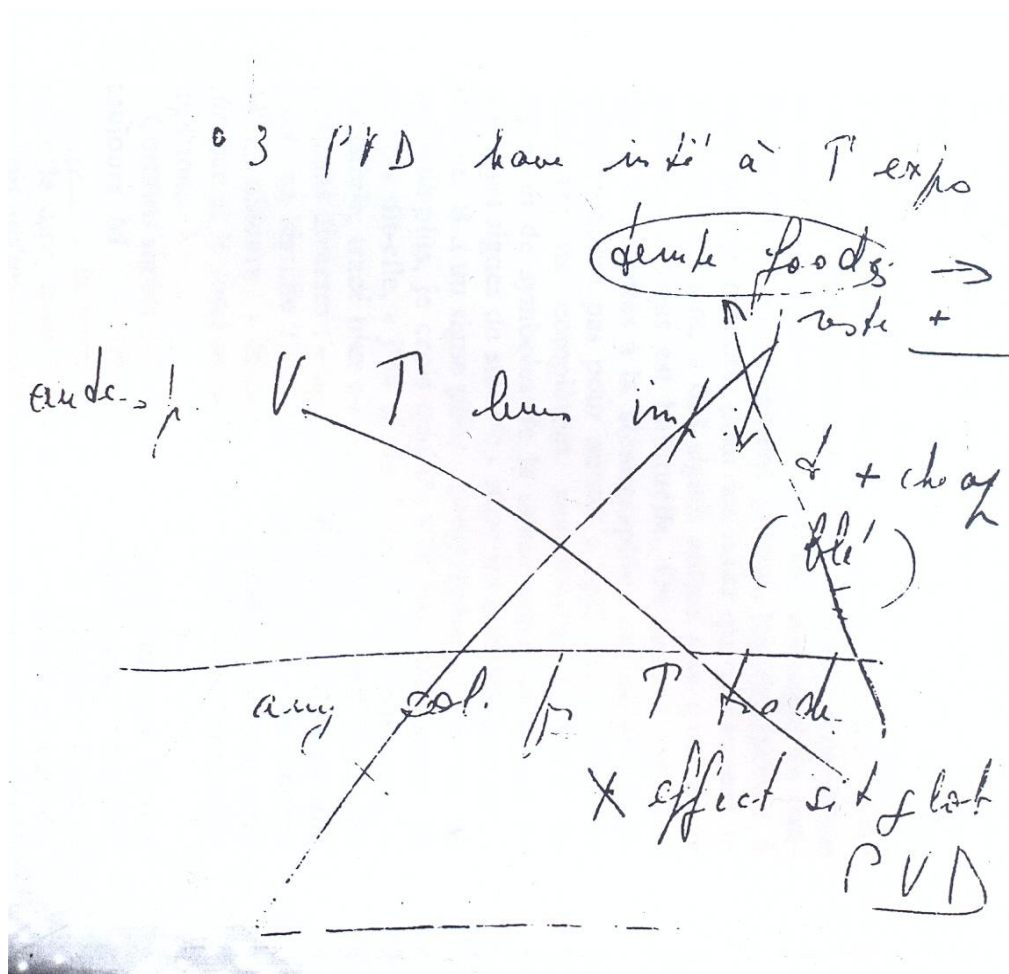
Como a apreensão do sentido ao invés da palavra do que é dito pelo palestrante está no centro da argumentação da autora, no que tange à TN, julgamos necessário entender o que para ela é esse conceito. Para tanto, verificaremos a noção de sentido, segundo Seleskovitch, ainda neste capítulo.

No terceiro e último capítulo de sua tese, a pesquisadora discorre sobre concisão e clareza, assim como sobre a escolha da língua das notas; para pensar no primeiro aspecto, Seleskovitch destaca dois momentos distintos do uso delas. O primeiro é a fixação, pela escrita, que segue à análise da ideia do que está sendo dito pelo orador; o segundo é a leitura das notas, que deve ser feita em um olhar rápido, momento que serve à nova expressão. Ou seja, as notas registram o sentido do que foi ouvido e servem para dar sentido ao que se vai dizer através do apoio que prestam à atenção.

Quanto à forma das notas, é preciso que a escrita seja rápida, mais ou menos fonética, sem um cuidado ortográfico para que a atenção não seja desviada para a TN ao invés do sentido do que está sendo dito. Assim, as notas se caracterizam por uma dupla preocupação: a rapidez do registro e a legibilidade.

Seleskovitch não indica símbolos específicos, limita-se a recomendar os sete princípios de Rozan (1956) no que tange à TN: a transposição das ideias ao invés da palavra, as regras de abreviações, os encadeamentos, a negação, a acentuação, o verticalismo e o escalonamento. Reafirma, quanto aos vinte símbolos recomendados por esse autor, que não se deve abusar do seu uso, pois corremos o risco de ter uma folha de símbolos a serem decifrados. Pode-se observar através da imagem seguinte, o que ela considera uma TN clara e breve. Seleskovitch chama a atenção para as palavras

abreviadas, que economizam tempo na TN, e para as flechas, que evitam multiplicar as anotações.



Esse exemplo, dado pela autora, que não traz transcrição da passagem anotada, pode parecer, no entanto, confuso. Mas é preciso lembrar que, para o próprio intérprete, as notas se tornam muitas vezes indecifráveis após o momento da interpretação.

Quanto à língua das notas, a autora observa na TN de intérpretes que há registros na língua de origem e na língua de chegada e, também, de palavras que não foram ditas pelo orador. Salienta que verifica uma constante para as notas verbais: uma incidência de palavras que sempre são anotadas e traduzidas e que, quando não é questão de transposição de palavra, a atividade mental envolvida no processo de apreensão do sentido é representada por uma escrita ao acaso, encontrando sua manifestação verbal na restituição. Quanto às palavras técnicas, de léxico especializado, observa que há o uso da linguagem reflexo. Pensamos que, nesse aspecto, pode haver

uma relação com o uso da memória de longo prazo, cujo funcionamento observaremos ainda neste capítulo.

Seleskovitch conclui sua tese ponderando que sua análise teve como objeto de pesquisa a TN na IC, concentrando-se no papel do ouvinte, que é o intérprete. Sua expressão e enunciação interpretativa, entretanto, foram vistas somente sob o âmbito esclarecedor do ato da interpretação.

Lembra que todo ato de compreensão repousa sobre duas premissas de base: o conhecimento da língua na qual se expressa a mensagem; o desconhecimento do ouvinte quanto à mensagem que virá. A apreensão do sentido, por sua vez, repousa sobre o fato de que o código comum entre os dois interlocutores, orador e intérprete, é a língua. Todavia, a mensagem somente é compreendida através da ligação estabelecida entre os engramas não verbais do conhecimento, ou seja, os traços deixados nos centros nervosos pelos eventos vivenciados, assim como o que se percebe da mensagem.

A interpretação da articulação sonora da língua se processa por fonemas, cujas combinações são interpretadas como significações verbais, e as combinações gramaticais das palavras são transpostas em sentido. Os sons ouvidos são assimilados e interpretados através de um sistema fonológico conhecido, assim como as combinações de fonemas em palavras o são em um sistema semântico, e as combinações das palavras em mensagens o são a partir de um saber não verbal, em constante evolução.

Seleskovitch conclui dizendo que se pode afirmar que a apreensão da mensagem equivale ao sentido desta e que toda apreensão é interpretação, então o sentido é subjetivo. E a aproximação do sentido subjetivo, apreendido pelo intérprete de conferência com o sentido do que o orador quer dizer, é a grande tarefa do profissional da IC.

Tentaremos entender a atividade mental envolvida no processo da TN na IC, no capítulo que trata das competências tradutórias. Dessa forma, reservaremos a análise de Seleskovitch sobre esse tema para o subcapítulo em questão, sobre *o foco de atenção no uso da TN na IC*. Pensamos ser igualmente importante compreender o conceito de sentido, segundo a autora, como dissemos anteriormente, o que será feito no próximo subcapítulo.

3.4.1 Sobre A Teoria do Sentido e a Máquina de Traduzir

Danica Seleskovitch, no artigo *La Théorie du Sens et la Machine à traduire*, publicado no livro *Interpréter pour Traduire* (1984), discorre sobre os estudos desenvolvidos durante 25 anos para analisar a tradução automática na esfera da Inteligência Artificial. Em pesquisas bem anteriores a esse período, quando desenvolveu os primeiros trabalhos sobre a teoria do sentido em *L'interprète dans les conférences internationales* (1968), já eram conduzidos estudos de aprofundamento dos signos linguísticos, em uma tentativa de obter o necessário para alimentar uma máquina de informações, para que ela passasse um texto de uma língua à outra, o que era totalmente ineficaz, uma vez que os blocos textuais perdiam o sentido. A autora reconhece, entretanto, que tais esforços foram empregados devido a uma necessidade crescente de gerir informações para trocas emergenciais, no âmbito da economia e do comércio. A prática tradutória atingiu o sucesso esperado para suprir a demanda crescente, que ela atribui não ao uso da Inteligência Artificial, mas à inteligência dos intérpretes em exercício e às formações, dentre as quais ela destaca as da *École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs* (ESIT), da Universidade Sorbonne Nouvelle.

Seleskovitch questiona a eficácia do que chama “máquina de traduzir”, ainda que tenham sido empreendidos estudos no campo das análises semânticas e sintáticas, que dicionários com entradas de palavras isoladas e expressões completas que alimentam a memória artificial tenham sido criados, assim como uma multiplicidade de subprogramas sintáticos e morfológicos, e que os lógicos permitam cada vez mais evitar a ambiguidade das polissemias e das homografias. Malgrado os avanços nessa área, a máquina continua sendo incapaz de traduzir no verdadeiro sentido do termo. Seleskovitch atribui a dificuldade de sucesso na tradução desse instrumento ao fato de os trabalhos terem sido calcados na tradição linguística e não na competência tradutória humana e nos conhecimentos extralinguísticos do tradutor, entre outras razões.

Com todos os esforços voltados à Linguística, muitos teóricos tentaram explicar a tradução humana, restringindo-a igualmente à análise semântica e gramatical. Seleskovitch (1984) cita os estruturalistas Jakobson, Catford e Mounin em suas tentativas de simplificar a tradução das palavras e das formas gramaticais sem conseguirem, no entanto, resolver a tradução de textos.

Seleskovitch parte então para uma pesquisa no percurso inverso das que estavam sendo feitas. Procura analisar o processo tradutório a partir da operação tradutória de base, a interpretação. Demonstra que os conhecimentos extralinguísticos e a memória desempenham um papel também importante, o que é determinante para a produção e a compreensão nas trocas verbais dos adultos. A autora afirma que “acreditar que traduzir consiste em passar diretamente de uma língua à outra postula somente saberes; dizer que traduzir consiste em passar pelo sentido postula, no entanto uma inteligência” (SELESKOVITCH, 1984, p.118).

Para fundamentar sua argumentação, a autora cita alguns princípios da teoria interpretativa associados a uma reflexão sobre os desenvolvimentos da informática daquela época, equivalentes aos resultados de pesquisa sobre a tradução humana, pela ESIT. Vamos apresentá-los a seguir de forma concisa:

1) O sentido de uma frase em situação de interlocução não pode ser deduzido de sua significação fora de uma situação: a tradução adquire formulações diferentes segundo o sentido de um mesmo enunciado, o que demonstra que a ideia do que foi dito não é determinada unicamente pela composição linguística do exprimido e que uma tradução ou interpretação preocupada unicamente com os signos linguísticos não exprimirá sua mensagem.

2) Ambiguidades e univocidade: a ambiguidade é um grande problema para a tradução automática, fundamentada na análise linguística, uma vez que esta atribui um único sentido na comunicação. Entretanto, as pesquisas demonstram que a fala é unívoca. Se pensarmos, porém, no registro da ideia através da TN, a ambiguidade representa um grande risco para a restituição do discurso.

3) A memória ajudando a compreensão: o estudo da IC e da IS mostra que a compreensão da fala não se dá através de segmentos isolados da língua. O intérprete não se fundamenta somente em significações imediatas na cadeia sonora, mas também em lembranças que não são somente semânticas. No momento da interpretação, ele entende o querer dizer de quem está falando, graças ao seu aparelho mnésico.

4) O sentido é compreendido primeiro, sendo analisado em seguida: a compreensão do discurso não aparece como o resultado de uma síntese de elementos linguísticos que devemos mínimo constituir uma proposição, como gostariam os gramáticos. Não se produz linearmente, mas por associações dos indícios semânticos das palavras com um saber preliminar, em função de uma coerência lógica.

Seleskovitch conclui seu artigo dizendo que a informática está se dando conta da diferença que fazemos entre texto e fala e que está, teoricamente, no caminho certo.

A autora estava convencida de que as pesquisas sobre Inteligência Artificial e os estudos conduzidos na ESIT mostram que a Linguística e a Tradução são campos limítrofes, porém não podem ser sobrepostos. Ela afirma igualmente que a Linguística que estuda as línguas fora de contexto encontrou problemas quando tentou aplicar em campos da comunicação, tais como a Tradução, observações sobre palavras ou frases isoladas. Ela acredita ainda que, uma vez compreendido o erro, possa unir-se a inteligência humana à rapidez de execução da máquina, para uma eficácia maior da “Máquina de Traduzir”.

3.5 MARIANNE LEDERER

Aluna de Danica Seleskovitch e posteriormente autora, juntamente com a renomada teórica, de publicações como *Pédagogie Raisonnée de l'Interprétation* (1989), Lederer (1981) retoma a ideia da compreensão centrada no “sentido” ao invés da “significação linguística” das palavras. Defende a noção de compreensão por “unidades de sentido” encadeadas, que estão no centro da atividade da interpretação. Enumera oito ações sobrepostas do intérprete na IS:

1. Audição do discurso;
2. Compreensão do discurso;
3. Integração das unidades de sentido e dos conhecimentos anteriores;
4. Enunciação a partir da memória cognitiva;
5. Restituição a partir da língua original (operação de transposição de uma língua à outra);
6. Evocação dos termos a partir da memória vocal;
7. Controle auditivo do discurso de chegada;
8. Tomada de consciência da situação ambiental.

Embora a autora não detalhe a relação entre as etapas, parece-nos claro que a primeira dentre elas seja a mais isolada e que as outras possam acontecer de maneira não tão ordenada, podendo se sobrepor umas às outras em um processo contínuo e dinâmico da atividade do intérprete para apreender, compreender e restituir o discurso do orador.

Acreditamos que essas etapas são também as do processo mental envolvido na IC, e o que distingue as duas modalidades de interpretação é o tempo de audição para a restituição do discurso, visto que os blocos de fala são de até dez minutos (podendo, mesmo não sendo o recomendado, ultrapassar esse espaço de tempo), as unidades de sentido, que são maiores na IC do que na IS, assim como o tempo de decisão e os demais processos mentais envolvidos na restituição do discurso.

Segundo a teoria interpretativa da ESIT, que tem como autoras principais Seleskovitch e Lederer, os processos cognitivos envolvidos na tradução são de ordem comunicativa e relacionam compreensão e expressão. No modelo interpretativo, porém, as fases são três:

Compreensão: envolve a apreensão do sentido do que está sendo dito pelo orador. Para que o entendimento do sentido seja possível, faz-se necessário o envolvimento de vários saberes e complementos cognitivos que vão além dos meros conhecimentos linguísticos. Tais complementos passam pela bagagem cognitiva, que é composta de todos os conhecimentos do intérprete, do contexto cognitivo, ou seja, a estocagem mnésica a partir do princípio do discurso de partida. A memória (memória imediata e memória cognitiva) tem um papel importante na compreensão. A memória imediata retém um número pequeno de palavras (em torno de sete) enquanto a memória cognitiva libera os conhecimentos linguísticos e extralinguísticos já armazenados pelo intérprete, para a construção do sentido do que está sendo ouvido. Para Lederer (1981), a compreensão do intérprete se diferencia da de um simples ouvinte, uma vez que o profissional da interpretação precisa estabelecer um efeito de sinédoque com o que está sendo ouvido, acionando os seus saberes para a construção de um sentido através do conjunto do discurso ouvido.

Desverbalização: ou o caráter não verbal do sentido. Fase intermediária entre a compreensão e a reexpressão do discurso pelo intérprete, é resultante do processo de apreensão do discurso. Seleskovitch (1975) discorre sobre o aspecto da desverbalização na compreensão do sentido, quando afirma que os processos mentais envolvidos na compreensão do discurso são revelados pela análise das notas dos intérpretes. As notas, à exceção das que registram os números ou os nomes próprios, são normalmente o registro do sentido e não do signo verbal. Para Lederer (1994, p.215), a desverbalização é a consciência do sentido apreendido. De acordo com essa concepção, a TN assume um lugar importante para a compreensão do discurso, uma vez que podemos situá-la na fase

em que o intérprete escuta, analisa, compreende e memoriza. Segundo AIS (1996), podemos reivindicar a relevância da TN na compreensão do discurso porque esta, para se realizar a contento, requer o esforço do intérprete para contemplar os elementos verbais e não verbais do mesmo. No entanto, a nosso ver, os limites deste trabalho não abarcam investigarmos a visualização da produção do sentido pelo orador para destacarmos, por exemplo, a gestualidade no contexto da ICM. Segundo Hurtado Albir (2013, p.324), o processo de desverbalização é evidenciado na IS, quando a apreensão do discurso do orador tem que ser feita muito rapidamente, uma vez que o mesmo produz um discurso da ordem de aproximadamente 150 palavras por minuto, impede o intérprete de armazenar o que ouve e de analisar as estruturas linguísticas do que está sendo ouvido. Na IC, porém, o intérprete tem um tempo maior para estabelecer o contexto cognitivo, uma vez que os blocos de fala do orador podem chegar a dez minutos.

Reexpressão: esta fase abarca a expressão, em língua de chegada, do que foi apreendido e desverbalizado para a construção do sentido. Segundo Seleskovitch (1975, p. 73), o intérprete na IS não tem o tempo necessário para que a consciência das estruturas se forme de maneira mais complexa, como na IC. Assim, na IS, o processo de reexpressão é feito de maneira espontânea, com os meios que estão ao seu alcance; na IC, ela o é de forma mais estruturada. Os meios cognitivos envolvidos nesta fase são os mesmos empregados na fase da compreensão do discurso de partida.

No nosso contexto acadêmico do sul do Brasil, como dissemos anteriormente, a IC é ainda bastante utilizada. Todavia,, reconhecemos que, em eventos de grande porte, tanto na Europa como em nosso país, a IS é mais utilizada em conferências e que, por esta razão, os estudos de Lederer, assim como os de vários outros teóricos, são mais voltados para a prática de interpretação mais empregada.

3.6 HEINZ MATYSSEK

Intérprete no período pós-guerra, o pesquisador alemão trabalhou durante anos na instrução de alunos, tendo sido professor do curso de Técnica de Anotações no Institut Für Übersetzen Und Dolmetschen da Universidade de Heidelberg. Formulou um método de tomada de notas (1989), com base no que recomendavam sobre o tema os pesquisadores Herbert (1952), Rozan (1956), Seleskovitch e Lederer (1989).

Matyssek (Hanz Matyssek, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b) contribuiu para as pesquisas sobre o tema da TN, endossando o que os referidos autores afirmaram sobre a retenção do sentido, a compreensão, a desverbalização do discurso de partida e a reexpressão do discurso de chegada. A expansão de tais pressupostos passa pela criação de um manual e de um dicionário com símbolos específicos a determinadas áreas de saber. Porém, o autor afirma que os símbolos ideais ao uso são os que o próprio intérprete criou ou associou à palavra. Ele defende o pressuposto de que se deva utilizar o mínimo de abreviações e que o símbolo substitua a palavra e seus sinônimos, servindo para ambas as línguas de trabalho envolvidas na interpretação.

Procurou expandir as técnicas preconizadas por Herbert e Rozan para a TN, através da utilização de símbolos pictóricos, em uma técnica constituída de desenhos e de símbolos conhecidos, que exerceu e continua exercendo muita influência na formação e prática de intérpretes. Preconiza uma TN que sirva para todas as línguas.

Matyssek afirma que a palavra deve ser “esquecida”, o que vem ao encontro do que apregoavam os autores supracitados, quando diziam que o sentido do que foi dito devia ser apreendido e desverbalizado pelo intérprete, ao invés da palavra. Para tanto, Matyssek (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b) orienta o intérprete na IC a:

- a) ouvir com cuidado para compreender;
- b) analisar o sentido do discurso de partida;
- c) reter um percentual de 60 a 80% do que está sendo dito pelo/da fala do palestrante;
- d) anotar um percentual de 20 a 40% do que está sendo falado pelo/da fala do palestrante;
- e) reexpressar na língua de chegada, (re)ordenando o que o orador disse/a fala do orador em uma preocupação de manter a ideia de partida, sem buscar a restituição da palavra.

Detalharemos mais adiante, ainda neste capítulo, o método de Matyssek através do autor, formador de intérpretes e também profissional da interpretação, Tito Lívio Cruz Romão (1998, 2015a, 2015b).

3.7 DANIEL GILE

Para Daniel Gile (1995), pesquisador da École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs – Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 (ESIT), a TN pode representar um auxílio para a memória através do registro de números e de nomes. Porém, após os resultados observados em um estudo realizado com estudantes de interpretação, o autor salienta que a técnica pode se revelar um risco para a atenção do intérprete nos seus primeiros anos de formação.

Gile não propõe um método específico de TN, mas apresenta análises comparativas de desempenho na formação do intérprete, com o uso da técnica, o que nos leva a pensar que não é um adepto do uso da TN na IC.

Averiguaremos o que preconiza o autor para a IC, para pensarmos a prática dessa modalidade de interpretação, assim como a da TN pelo intérprete em sua atividade, através do que ele chama de Estratégias e Táticas para a Interpretação (1995, p.129).

O pesquisador afirma que mesmo o intérprete preparado confronta-se com problemas na sua prática, seja devido ao seu despreparo ou por condições externas a ele. Recomenda ao profissional, em um texto normativo e informativo, vinte táticas que podem ser utilizadas em caso de dificuldade:

1. A reconstituição pelo contexto: através de um esforço consciente do intérprete na análise do discurso de partida, pode servir a remediar alguma perda, desde que esta não tenha sido resultado de um problema de audição.
2. A espera: Diante de um problema de compreensão, o intérprete pode aguardar, para tentar encontrar o fio da lógica do discurso. Pode também utilizar-se de fórmulas como “Como eu dizia...”. Porém, essa tática pode representar o risco, na IS, de o intérprete se atrasar em relação ao orador, na sua enunciação.
3. A mobilização do colega passivo: o auxílio do colega em cabine, na IS, quando este não está em posição de falar, mas pode ajudar no uso de um dicionário ou mesmo na apreensão da ideia do discurso do orador. Essa tática não serve, no entanto, para a IC, na qual o intérprete pode contar somente consigo mesmo.

4. A consulta de documentos em cabine: prática que pode ser de muita utilidade ao intérprete de IS, desde que não desvie demasiadamente sua atenção no esforço de audição e de restituição. Acreditamos que seja demasiado improvável que o intérprete consiga compreender, desverbalizar, reexpressar o discurso e ainda fazer consulta a um material de apoio durante a IS. Pensamos ainda que dificilmente possa ser utilizada pelo profissional da IC, uma vez que o mesmo está diante do público, na mesma sala que o orador.
5. A restituição em um nível de abstração mais elevado: trata-se da substituição de um termo por um hiperônimo; o nome de uma pessoa pela sua função, por sua nacionalidade ou um atributo; uma ideia específica por uma mais abstrata. Tal tática pode servir para sanar um provável erro na restituição do discurso mal compreendido.
6. A reprodução fonética aproximativa: pode ser, segundo Gile, um recurso a ser utilizado em caso de um nome ou palavra técnica serem mal compreendidos pelo intérprete e que ele o reproduza com um som semelhante ao que escutou, podendo ser de conhecimento dos ouvintes.
7. A omissão tática: trata-se de uma omissão consciente, para encobrir um segmento não compreendido ou esquecido pelo intérprete.
8. A interpelação dos ouvintes: segundo Gile, consiste em uma estratégia perigosa, pois muda bruscamente as regras do jogo, em caso de utilização. Mas pode ser necessária tanto no que tange ao discurso do intérprete dirigido aos ouvintes explicando-lhes que perdeu algo no discurso de partida, quanto ao dirigir-se ao orador, para pedir-lhe para falar mais lentamente, por exemplo.
9. A explicação ou a paráfrase: na ausência de conhecimento de um termo técnico ou específico, o intérprete pode utilizar o recurso da paráfrase ou da explicação.
10. A simplificação: diante de um segmento que o intérprete tem dificuldades de compreender, ou restituir, é possível simplificar o que vai ser dito, mas corre-se o risco de perdas ou omissões.
11. O discurso paralelo: tática usada somente em condições extremas, na qual é imperativo que o intérprete fale em paralelo, durante o discurso ou em um dado segmento, para explicar aos ouvintes o que não está claro no discurso

de partida. É preciso, entretanto, manter a posição do orador no discurso paralelo.

12. A “naturalização selvagem”: uma adaptação fonética ou morfológica de um termo que é conhecido em língua de chegada pelo intérprete. Acreditamos que essa estratégia tenha mais chances de sucesso do que a de aproximação fonética, especialmente para o nosso par de línguas de trabalho, uma vez que há uma grande transparência em muitas palavras entre o português e o francês. Um exemplo seria a utilização de “possibiliter”, no discurso de chegada em francês, verbo que não existe nessa língua, mas que é facilmente entendido pelos ouvintes, para “possibilitar”, em português.
13. A transcodificação: em caso de desconhecimento do termo em língua de chegada, o intérprete pode se servir de sua tradução literal.
14. O envio dos ouvintes a uma outra fonte de informações: normalmente, em conferências, há outros suportes de informações, como projeções, por exemplo. Em caso de desconhecimento do que está sendo dito ou de perda de compreensão, o intérprete pode dizer aos ouvintes que olhem o slide, onde há a informação em questão.
15. A permuta das informações na restituição: estratégia preconizada também por Seleskovitch (1975), consiste em tentar evitar a saturação da memória de curto prazo, invertendo a ordem dos elementos a serem enumerados na restituição.
16. A tomada de notas: Gile afirma que, em caso de números e de nomes, o intérprete deve anotá-los. Diz que essa estratégia é mais utilizada para o registro de números. Mas que pode se revelar custosa em termos de tempo e de desvio de atenção. Não apresenta, no entanto, bases empíricas para essa argumentação no que tange à prática do intérprete experiente na ICC. Analisa a TN somente na formação do intérprete em início de aprendizado, (GILE, 1995).
17. A modificação do espaçamento cronológico orador-intérprete: trata-se da modificação da distância cronológica entre discurso do orador e do intérprete, como recurso para não sobrecarregar sua memória, no caso da aproximação do tempo da sua fala em relação à do discurso de partida, ou de não sobrecarregar sua enunciação, no caso do distanciamento do tempo nessa

relação. Essa tática é arriscada e requer treino, uma vez que, aproximando-se do discurso do orador, o intérprete pode perder o contexto cognitivo e, no distanciamento, pode esquecer de algum elemento essencial para a apreensão do sentido e reexpressão do discurso.

18. A restituição antecipada dos primeiros segmentos da frase: em caso de muito distanciamento sintático entre línguas de partida e de chegada, o intérprete pode, para evitar a sobrecarga da memória, utilizar-se de pequenas frases neutras. Porém, corre o risco de ter de reorganizar o que foi dito, em caso de muita discrepância com o discurso de origem.
19. O fechamento do microfone: tática utilizada nos anos 1950, quando o intérprete gozava de prestígio; servia como uma espécie de protesto para melhorar rapidamente as condições técnicas de trabalho ou para sinalizar ao orador que estava falando rápido demais. Hoje, porém, essa estratégia é bastante condenada pela deontologia da profissão.
20. Pedido de esclarecimento do intérprete ao orador: essa estratégia não representa um custo, mas pode colocar em risco a credibilidade do profissional diante do público.

No uso de tais táticas, é preciso ponderar os três custos presentes: o custo em tempo e em capacidade de processamento; o de perda de informação; os efeitos psicológicos da tática.

Da mesma forma, Gile (1995) salienta que é preciso, na escolha das táticas necessárias, levar-se em conta as cinco leis gerais que as regem:

1. Lei da maximização do rendimento informacional: lei particularmente importante para a deontologia da profissão, lembra do dever do intérprete em restituir ao máximo a informação, sem perdas, inclusive de interação. Na busca da solução de um segmento problemático, por exemplo, o intérprete tem de levar em conta que, consultando um dicionário, vai desviar sua atenção da audição de um outro segmento importante ou vai criar uma lacuna de tempo na reexpressão do discurso, fazendo seu ouvinte esperar.
2. Lei do impacto máximo: defende os interesses do orador na preservação da ideia do seu discurso, assim como o direito do ouvinte em receber a mensagem em sua intenção de origem.

3. Lei do menor esforço: trata-se de fazer uma economia dos meios cognitivos empregados na interpretação. Segundo Gile, essa lei não é preconizada nas escolas de formação do intérprete, onde não se cogita um equilíbrio entre esforço mínimo e atividade de interpretação. O autor diz também não conhecer profissionais que pensem em minimizar os esforços, mas sim em assegurar a qualidade através da maximização do rendimento informacional.
4. Lei da autoproteção: lei que se opõe à de maximização do rendimento informacional e vai ao encontro da lei do menor esforço. Serve para preservar a reputação profissional do intérprete em caso de perda de compreensão do discurso e risco de brancos de memória. Gile fala dos casos em que o discurso de partida se torna impossível de ser interpretado. Utiliza o exemplo do orador que intercala no seu discurso uma passagem em outra língua, na qual seu sotaque é muito carregado ou o que o intérprete não domina. Neste caso extremo de dificuldade, o intérprete pode explicar aos ouvintes que não está apto a restituir a totalidade da informação.
5. Lei da busca da segurança: assegura ao intérprete a busca de um suporte que o auxilie. Gile diz que a TN pode ter essa utilidade na IC.

Discorrendo sobre a última lei, Gile refere a existência de metodologias para a TN na IC, tais como a preconizada por Matyssek, (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b), ou a de S. Allioni de Trieste (1989). Afirma que os símbolos devem ser conhecidos do intérprete e que o domínio deles evita o desvio da atenção da escuta para a TN. Mostra-se, entretanto, cético quanto à eficácia da TN, afirmando que nenhum estudo ainda provou que elas asseguram uma interpretação de melhor qualidade do que a que se apoia estritamente na memória do intérprete.

3.8 TITO LÍVIO CRUZ ROMÃO

Professor da Universidade Federal do Ceará, Tito Lívio Cruz Romão é também intérprete, tendo sido formado pela Ruprecht Karl-Universität Heidelberg.

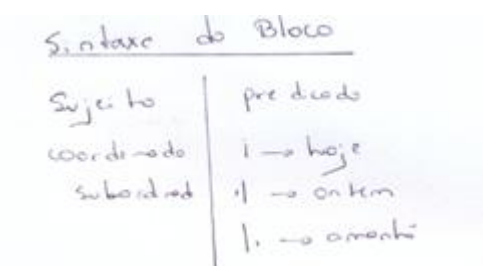
Sobre a formação do intérprete, Cruz Romão (2015b) afirma que o profissional da interpretação deve ter conhecimentos bilíngues e biculturais, mantendo-os sempre atualizados. Diz, porém, que os conhecimentos linguísticos devem ser consolidados e que não são parte da preparação para a IC, uma vez que já devem estar afirmados antes de o intérprete iniciar sua carreira. O conceito de “conhecimentos bilíngues”, para o autor, consiste em ter a língua materna extremamente solidificada e também grande domínio da língua estrangeira de trabalho. No que tange aos conhecimentos biculturais, o autor recomenda que sejam constantemente atualizados e desenvolvidos, para que se possa ter um aumento constante de vocabulário. Preconiza ao intérprete: ler muito, ouvir-se, gravar-se, não ter preconceito com temas, usar sinonímias e antonímias em abundância, ser abstrato e cartesiano ao mesmo tempo, procurar trabalhar a fonética e a fonologia das línguas. Afirma que a prática da TN requer treino.

Para a preparação das atividades profissionais, particularmente na atuação da IC, Cruz Romão sugere: a) treinar a competência cultural, por meio de artefatos culturais que tratem da “cultura” como expressão das sociedades envolvidas na IC; b) treinar a oratória e fatores congêneres; c) treinar a memória; d) treinar a sincronia de diferentes ações simultâneas; e) treinar a rapidez na expressividade linguístico-discursiva; f) treinar a técnica de TN em IC. Cruz Romão enumera exercícios que auxiliam o desenvolvimento da capacidade de retenção da memória de trabalho, de foco de atenção e de competências discursivas e de oratória, sugerindo que tais práticas façam parte da formação do intérprete em cursos para este fim. Acreditamos, todavia, que o intérprete experiente também deva se preocupar em desenvolver alguns exercícios para sua preparação, antes da IC.

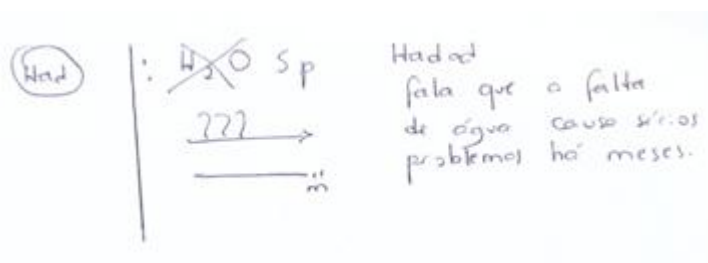
No que concerne aos fatores externos ao intérprete, Cruz Romão alerta para a necessidade de procurar se informar sobre o palestrante (sua pronúncia, seu percurso profissional), sobre o tema da palestra (às vezes, é preciso preparar um glossário) e para as condições acústicas e de instalações da sala de trabalho, antecipando-se a possíveis problemas ou situações complexas. Se o assunto for muito abstrato, o autor diz que talvez seja melhor discutir com o contratante a possibilidade de fazer-se a IS.

Cruz Romão (2015a) preconiza os princípios da técnica de TN de Heinz Matyssek (1989), afirmando que esta deve constituir uma técnica de anotações própria do intérprete, utilizando abreviações, sinais e/ou códigos que permitam anotar a menor unidade de sentido, retendo na memória a maior quantidade de informações possível. Por tanto, com base em Matyssek, Cruz Romão também propõe também uma técnica de anotação.

A técnica prevê a utilização de um bloco com espiral e sem linhas, que caiba na mão do intérprete e seja fácil de ser folheado. Do ponto de vista espacial, as notas devem ser feitas em uma barra lateral, com um espaçamento para anotações, dividindo-se a folha com uma margem mais estreita, na qual se colocam os sujeitos e os conectores. Na parte mais larga, a informação principal com verbos, complementos e adjetivos. Devem-se passar as folhas, deixando um dedo na folha em que se parou. Segue o modelo de sintaxe do bloco:






















Quanto à anotação propriamente dita, Cruz Romão sugere que, se o palestrante anunciar etapas, faça-se o número de traços correspondente, para manter-se a noção espacial. Para ele, a língua de anotação da TN deve ser a mais econômica. Em caso de diferença de estilo no discurso do orador, o autor diz que se deve reproduzir o que o palestrante acabou de falar. Pondera que se deve anotar somente o imprescindível ao auxílio da memória. Segue o exemplo da TN com símbolos restritos.



Observa-se, neste exemplo de TN, que o sujeito “Hadad” é representado à esquerda do traço divisório, de forma abreviada e circulada. Os dois pontos representam o verbo “fala”; o símbolo da água “H₂O” riscado representa a ausência; a seta com

pontos de interrogação simboliza a condução a “problemas”, em número de três para marcar a intensidade; o traço com o “m”, representando o “há meses”.

Como fonte de símbolos, Cruz Romão sugere o uso do alfabeto grego, símbolos da matemática da física e da química, siglas de países, estados, cidades, etc. O autor diz, também, que podemos buscar coleções de *emojicons* para inspiração de símbolos, mas alerta que a escolha dos símbolos deve ser a já internalizada pelo intérprete. Cruz Romão não considera o uso da estenografia passível de ser descartado, mas pensado com parcimônia. Sugere que se houver uma lista de nomes, que sejam escritos. Vejamos alguns exemplos de símbolos preconizados por Cruz Romão:

- α → trabalho
 α → trabalhador
 α → chefe
 α → ser humano
 → tomado pelo coração
 → alegria
 → tristeza
 → satisfação
 → adjetivo
 → curiosidade
 λ → liberdade
 λ → homem livre
 → pressão
 → impressão
 λ → libertador/redentor
 → compra
 → venda
 α - trabalhar (verbo no infinitivo)
 α] - (tempo passado) trabalhos
 α] - (futuro) trabalhará
 α] - (passado mais que perfeito).
 → pavor
 → preocupação
 → amizade
 → inimizade
 → curioso
 λ → prisão ou falta/privação de liberdade
 λ → indicar verbo
 λ → ser libertado
 → expressão
 → desenvolver
 → preço de compra
 → aumento do preço de compra

⊕ → pessoa de boa índole

∩ → uma escolha

∪ → escolhido

⊙ → mundo

□ → país

◻ → país desenvolvido

◻ → país em desenvolvimento

† → cenca / fe'

‡ → suposição

‡ → esperança

∩ → dúvida

∩ → saber

⊂ → Alemanha

⊂ → norte da Alemanha

⊂ → sul da Alemanha

⊂ → leste da Alemanha

⊂ → oeste da Alemanha

⊂ → centro da Alemanha

⊙ → ideia

⊗ → xenofobia

⊗ → apaixonado

< → fala

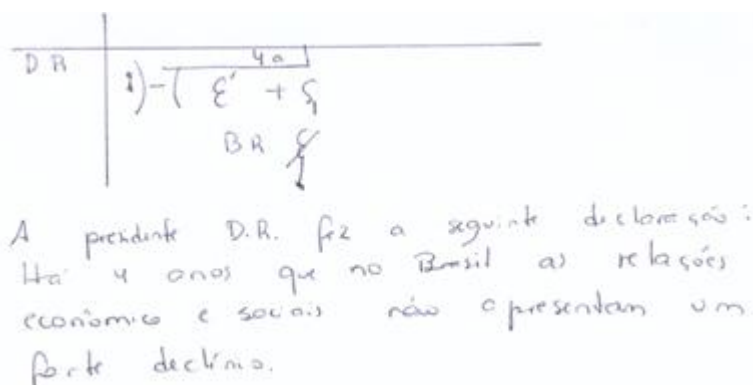
< > → debate

⊙ → audição / ouvir

⊙ → ver / olhar

⊙ → arroba em caso

O uso de símbolos deve representar o essencial para os tempos verbais, as conjunções e os advérbios, conforme o exemplo de notas:



Verificamos nesta TN que o nome de “Dilma Rousseff” abreviado por “D.R” no lado esquerdo da folha, marcando sua posição de sujeito da frase; “4 a” referindo-se a quatro anos; “BR” representando “Brasil”; “E” representando “relações econômicas”; uma espécie de “S” estilizado para representar “Sociais”; “+” para unir as duas relações; um símbolo que parece representar as duas relações, com um alongamento e um traço, parecendo representar o “não declínio”.

O autor diz ser muito importante que, na reprodução do discurso, o intérprete não mergulhe na leitura das notas. Este deve tomar o cuidado de olhar para o público. Diz igualmente que a TN é uma espécie de interpretação simultânea, com uma recodificação no momento da restituição do discurso. Afirma que o treino da técnica vai levar o intérprete a anotar o que tem receio de perder. Segundo ele, a TN vai estimular a memória a anotar o que tem risco de perda, pois apoiar-se somente no seu armazenamento representa um risco.

Cruz Romão lista as habilidades e competências necessárias ao intérprete na atualidade. Evidencia-nos a necessidade do uso da TN na IC, o que reforça nossa convicção na importância do uso de um método de anotação nessa modalidade de interpretação, uma vez que em seu discurso, demonstra o posicionamento de profissional atuante. Seu método, no entanto, apesar de ter um aspecto lúdico, traz consigo o apelo de uma certa habilidade manual e uma grande preparação prévia para que se evite uma confusão na leitura das notas, prejudicando a restituição da ideia do discurso de partida. Parece-nos imprescindível igualmente que haja um grande treino,

para que os símbolos sejam introjetados pelo intérprete, constituindo uma representação clara no momento da leitura das notas.

3.9 MARIA SANTA MONTEZ

Em uma abordagem mais atual do tema, a pesquisadora portuguesa Maria Santa Montez (2010) justifica a técnica da TN como um sistema que auxilia o intérprete a concentrar a sua atenção, reduz o discurso a uma sequência lógica de elementos cognitivos, aumenta a capacidade de memorização através de associações de ideias principais em unidades de sentido. A autora argumenta, ainda, que a TN facilita a estruturação no novo discurso a ser criado pelo intérprete, com base em idênticos elementos cognitivos.

Montez propõe uma metodologia de TN em três colunas. A sua proposta preconiza um material previamente organizado, uma anotação visualmente clara, a utilização de símbolos e abreviações de senso comum, representando assim menor esforço cognitivo e menor desvio de atenção da escuta para a TN.

A autora divide o processo de Interpretação de Conferência em três fases:

- Exegese do discurso do orador;
- Decodificação/apreensão das unidades de sentido;
- Reformulação das unidades de sentido – novo discurso.

Em sua proposta de método, o intérprete utiliza-se de um bloco de notas de formato de aproximadamente 20 x 5 cm ou 25 x 5 cm, onde deverá traçar três colunas verticais para que possa distribuir elementos imprescindíveis ao auxílio da memória, de maneira sintagmática e paradigmática, como no quadro abaixo:

▶ Grupo Nominal ou Sujeito da	Grupo Verbal	Complementos e Modificadores
--	---------------------	---

Montez (2010, p.166) apresenta o seguinte exemplo de TN:

Discurso do Orador:

“No passado mês de janeiro, reuniram-se na sede da empresa os corpos gerentes, a fim de decidirem se seria aconselhável prosseguir ou não a atual política de distribuição dos produtos informáticos na Península Ibérica, na medida em que o responsável pela distribuição propõe processos mais atualizados”.

Notas:

Corp. gerent.	•	Jan sede
	Aconselh / X	Distrib. In P.Iber.
Resp. distrib.		+ atual

Observa-se, neste exemplo de TN, que os sujeitos estão todos na coluna da esquerda, representados da seguinte forma:

Corp. gerent. = corpos gerentes [gerências no português do Brasil]; **Resp. distrib.** = responsável pela distribuição

Na coluna central, os grupos verbais assim representados:

• = reuniram-se; **Aconselh / X** = a fim de decidirem se seria aconselhável

Na coluna da direita, os complementos e modificadores:

Jan sede = No passado mês de janeiro... na sede; **Distrib.** = distribuição; **In** = informática; **P.Iber.** = Península Ibérica; **+ atual** = mais atual.

Verifica-se a utilização de palavras abreviadas e “escaloadas” como recomendam também os autores Herbert (1952), Rozan (1956) e Seleskovitch (1975), para que a TN seja rápida e sua leitura facilitada.

O método de TN preconizado por Montez, apesar de trazer uma forma de anotação muito limpa e organizada, parece-nos apresentar um complicador para a atenção: o de classificar os elementos do discurso por classes gramaticais. Esta é também a proposta de Cruz Romão, que, no entanto, não é tão cartesiana. Seria preciso testar esta metodologia para que se possa afirmar com propriedade a nossa suspeita. Questionamo-nos também, entretanto, quanto a necessidade de se ter os elementos

assim organizados para que haja a evocação da memória na leitura das notas, no momento da restituição do discurso de chegada.

3.10 ASPECTOS REITERADOS

Este trabalho, como já foi dito, tem a preocupação de instrumentalizar o intérprete na sua prática a partir da compreensão do papel da TN na IC, contribuindo assim para a qualidade da interpretação. Para tanto, recorreremos a autores que, entendemos, são referência no que tange ao papel da TN na IC. Através da contribuição que eles podem trazer ao tema, é possível realizar o objetivo do nosso trabalho, que é o de auxiliar o intérprete a partir das orientações que esses teóricos permitem elaborar.

Antes de passarmos à explicação do procedimento de análise que desenvolveremos, cotejando a prática dos intérpretes com os estudos desenvolvidos sobre o tema das notas para a IC, retomaremos o conceito de TN através de quadros explicativos que resumem o que os teóricos Herbert (1952), Rozan (1956), Hoof (1962), Seleskovitch (1975; 2001), Lederer (1981), Matyssek (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b) Gile (1995), CruzRomão (1998, 2015a, 2015b) e Montez (2010), afirmam sobre a TN na IC. Tais quadros são assim organizados:

Quadro 1: posições teóricas a respeito da *TN* na IC;

Quadro 2: competências do Intérprete na *TN* na IC;

Quadro 3: a respeito da *Memória* em relação à *TN*;

Quadro 4: restrições, por parte de alguns desses autores, em relação à *TN* na IC;

Quadro 5: orientações metodológicas.

Optamos por elaborar um quadro para cada um desses itens das posições teóricas relacionadas à TN visando uma melhor legibilidade e para permitir e favorecer um olhar comparativo sobre as posições dos autores que são referência para esta pesquisa.

1. Quadro resumido sobre posições teóricas a respeito da TN na IC

TN na IC	Herbert	Rozan	Van Hoof	Seleskovitch	Lederer	Matyssek	Gile	Cruz Romão	Montez
O autor aborda a TN?	Sim	Sim	Não aborda especificamente o tema da TN	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Posição sobre a TN	Considera a TN fator essencial para a qualidade da IC. Todo intérprete precisa do uso da TN.			Reflete sobre o sistema de TN adotado pelos intérpretes. Verifica (I) a nota das palavras, (II) das ideias e (III) as notas: forma e língua.	Considera a IC como treino para a IS. Logo, a TN tem um caráter de exercício preparatório.	Técnica de anotações que serve para todas as línguas, através da utilização de símbolos que representem a palavra e suas derivações.	Pode representar um auxílio para a memória, mas pode ser um risco para a atenção de um intérprete pouco experiente. É cético quanto ao benefício do uso da TN.	Técnica de anotações própria que faz uso de registros da menor unidade de sentido para o auxílio da memória.	Sistema que auxilia o intérprete a direcionar sua atenção. Transforma o discurso em uma sequência lógica de elementos cognitivos. Auxilia na estruturação do novo discurso baseado em elementos cognitivos idênticos.
Sobre as notas e sua leitura	Não servem para serem lidas depois da restituição do discurso.	As notas devem permitir a leitura de 20 minutos até 1 hora após a enunciação do discurso de partida.		As notas são lidas depois da restituição do discurso.					

2. **Quadro resumido sobre posições teóricas a respeito das *Competências do Intérprete na TN na IC***

	Herbert	Rozan	Van Hoof	Seleskovitch	Lederer	Matyssek	Gile	Cruz Romão	Montez
Competências do Intérprete	O intérprete deve ser capaz de compreender o discurso além da palavra; preparar o tema.	O intérprete deve ser capaz de manter a ideia do discurso de partida no discurso de chegada, indo além da palavra.	O intérprete deve ser capaz de estabelecer estruturas semânticas de discurso de chegada semelhantes às do discurso de partida. Todavia, com menos “nós” nominais definidos como no discurso do orador. Deve também poder fazer uma automatização de equivalente em processo de transcodificação.	O intérprete deve ser capaz de reter todo o discurso para que consiga restituí-lo em sua ideia. Deve ter uma grande capacidade de concentração mental.	O intérprete deve ser capaz de realizar as oito ações propostas: 1) audição e 2) compreensão do discurso; 3) integração das unidades de sentido e conhecimentos anteriores; 4) enunciação a partir da memória cognitiva; 5) restituição a partir da língua original; 6) evocação dos termos a partir da memória vocal; 7) controle auditivo do discurso de chegada; 8) tomada de consciência da situação ambiental.	O intérprete deve ser capaz de realizar as cinco etapas recomendadas: 1) ouvir atentamente para compreender; 2) analisar o discurso de partida; 3) reter 60 a 80% do discurso de partida; 4) anotar 20 a 40% do discurso de partida; 5) reexpressar no discurso de chegada o sentido do discurso de partida.	O intérprete deve ser capaz de enunciar ideia que não são suas e das quais acaba de tomar conhecimento. Deve ser capaz de dividir sua atenção em escuta, análise do discurso, TN e preparação da restituição. Deve poder restituir o discurso da melhor forma, podendo alterar somente detalhes sem importância.	O intérprete deve ter um conhecimento de mundo amplo, estar bem informado da atualidade, ser capaz de fazer uso de sinônimas e antônimas em abundância, ser abstrato e cartesiano, ter uma boa fonética e fonologia das línguas.	O intérprete deve ser capaz de executar as três fases do processo na Interpretação de Conferência: I. Exegese do discurso de partida; II. Decodificação/apreensão das unidades de sentido; III. Reformulação.

3. Quadro resumido sobre posições teóricas a respeito da Memória na TN na IC

	Herbert	Rozan	Van Hoof	Seleskovitch	Lederer	Matyssek	Gile	Cruz Romão	Montez
Memória	As notas servem como auxílio. Mas a memória é fundamental na restituição do discurso.	É preciso limitar-se no uso de símbolos e apoiar-se na estruturação do raciocínio.	Não aborda	As notas possuem dois aspectos: ou substituem a memória verbal, inscrevendo a palavra a ser retida, ou são um “trampolim” que conduz para a memória do sentido.	Não aborda	É preciso reter na memória de 60 a 80% do que está sendo dito pelo orador e anotar de 20 a 40%.	Acredita que o intérprete pode apoiar-se quase estritamente em sua memória para a sua atuação.	Deve armazenar a maior quantidade de informações possível. Mas apoiar-se somente na memória pode representar um risco.	A TN aumenta a capacidade de memorização pela associação de ideias principais em unidades de sentido.

4. Quadro resumido sobre posições teóricas a respeito das *Restrições* na TN na IC

	Herbert	Rozan	Van Hoof	Seleskovitch	Lederer	Matyssek	Gile	Cruz Romão	Montez
Restrições	Quanto ao uso da estenografia.			Quanto ao uso abusivo de palavras na TN e ao uso da estenografia.		Deve-se utilizar o mínimo de abreviações, para que a palavra seja “esquecida”.	Quanto ao fato de que a TN represente um risco para a atenção do intérprete e que comprometa o equilíbrio dos esforços empreendidos na escuta, análise do discurso e preparação da restituição.	Quanto ao uso da estenografia e à utilização de muitos símbolos.	Quanto ao uso de símbolos e abreviações que não são de senso comum, uma vez que podem representar um risco para a atenção.

5. Quadro resumido sobre posições teóricas a respeito de orientações metodológicas na TN na IC

	Herbert	Rozan	Van Hoof	Seleskovitch	Lederer	Matyssek	Gile	Cruz Romão	Montez
Metodologia	<p>Anotar desde o início;</p> <p>Usar um sistema sinóptico;</p> <p>Priorizar o registro em língua de chegada;</p> <p>Usar grafia clara e sem ambiguidades;</p> <p>Usar poucos símbolos;</p> <p>Ter critérios restritos de incorporação de novos símbolos.</p>	<p>Abreviar palavras com mais de 4 letras;</p> <p>Indicar gênero e tempos verbais pela justaposição dos indicadores à abreviação;</p> <p>Para o encadeamento do discurso, usar palavras como <i>pois</i>, <i>porque</i>, <i>todavia</i>;</p> <p>Usar: símbolos para igualdade e correspondência, diferença ou ausência de correspondência e acréscimo de informação; flechas para indicar a relação entre ideias e agentes;</p> <p>marcadores de negação e acentuação;</p> <p>verticalismo; escalonamento para expressar a relação entre ideias;</p> <p>Internalizar os vinte símbolos recomendados.</p>	<p>Não propõe um método de TN.</p>	<p>Anotar os números integralmente;</p> <p>Através de um sistema que possa ser lido rapidamente;</p> <p>Através de uma escrita rápida, mais ou menos fonética, sem zelo ortográfico.</p> <p>Não recomenda símbolos específicos.</p> <p>Limita-se a recomendar os sete princípios preconizados por Rozan, assim como os vinte símbolos por ele recomendados.</p>	<p>Não propõe um método de TN.</p>	<p>Utilizar um bloco e anotar símbolos pictóricos que remetam ao sentido do discurso de partida.</p>	<p>Anotar números e nomes.</p>	<p>Utilizar um bloco espiral sem linhas que caiba na mão do intérprete e seja fácil de ser folheado;</p> <p>Dividir a folha com uma margem mais estreita, para os sujeitos e os conectores. Na parte mais larga, colocar as informações principais, através do registro dos verbos, dos complementos e dos adjetivos;</p> <p>Passar as folhas deixando um dedo para marcar de onde o discurso deve ser restituído.</p>	<p>Utilizar material organizado, anotação visualmente clara, com símbolos conhecidos e utilizar um bloco de aproximadamente vinte por quinze centímetros com folhas divididas em três colunas contendo: I. Grupo nominal ou sujeito; II. Grupo verbal; III. Complementos e modificadores.</p>

4 O INTÉRPRETE E A *COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA*

Professor de história moderna na Universidade de Genebra, em meados do século XX, Sven Stelling-Michaud (1905-1986), responsável pelo prefácio do livro *Manuel de l'interprète* (1952), de Jean Herbert, que assina como *Administrador da Escola de Intérpretes* da referida Universidade, já nesse escrito dos anos 1950 afirma que o conhecimento de uma língua não é o bastante para ser um intérprete. Segundo ele, referindo-se ao seu tempo histórico, a complexidade crescente dos problemas envolvidos nas conferências internacionais e as tarefas do intérprete nesse contexto, não permitem que se improvise esse profissional. Sobretudo, esse autor defende que é preciso que aquele que escolhe a atividade de intérprete tenha cada vez mais **habilidades e competências**, tais como: atitudes pessoais (facilidade de elocução, resistência nervosa, etc.); qualidades intelectuais (poder de concentração, presença de espírito, boa memória, etc.); e qualidades morais (controle de si mesmo, senso de responsabilidade, etc.).

De acordo com esse ponto de vista, é preciso que o profissional da interpretação tenha uma boa cultura geral, pois dela também depende a qualidade da sua prática e é necessário que saiba do que está falando. Para tanto, é importante que esteja informado do que acontece na atualidade mundial. Para Stelling-Michaud, a referência é o âmbito da interpretação internacional, desde 1918 até os anos 1950, pelo menos, para a qual ele recomenda que o intérprete tenha uma formação geral de jurista e de economista, como instrução de base, e que conheça, inclusive, a história da diplomacia, assim como tudo o que concerne à organização internacional. Essas qualidades são preconizadas numa época, saliente-se, em que o intérprete era extremamente valorizado, mas exercia outras atividades além da interpretação e tinha outras formações. Ou seja, nessa época a interpretação era atividade secundária para “os grandes intérpretes internacionais”, profissionais independentes que exerciam outras práticas:

É significativo que os grandes intérpretes internacionais, desde 1918, não eram intérpretes permanentes, contratados como funcionários; eram intérpretes ‘independentes’, que exerciam outras atividades intelectuais, paralelamente à interpretação. (STELLING-MICHAUD, 1952, p. IV).

Para Herbert (1952, p.5), por suposto, o intérprete precisa conhecer muito bem a língua de atuação, mas, além disso, é essencial que o profissional seja capaz de absorver de maneira paciente e sem reação as ideias expressas pelo orador, num modo passivo de recepção. Por outro lado, deve ter presença de espírito para poder reconstituir o discurso em língua de chegada, em seu objetivo de comunicação. Além dessas qualidades, Herbert destaca como indispensável para o intérprete ter uma boa memória. Da posição desse autor devemos ressaltar que, quando ele se refere ao modo de ser passivo do intérprete não se trata de agir assim para absorver palavras, e sim as ideias expressas pelo orador. É nesse contexto que Herbert valoriza e destaca a boa memória como uma qualidade do intérprete.

Retomando o que preconizam Stelling-Michaud e Herbert sobre **qualidades e competências**, entendemos que Seleskovitch segue essa orientação quando afirma, no contexto da Teoria do Sentido por ela protagonizada, que o intérprete não se constitui em uma máquina de substituição de palavras, mas em um profissional que deve ser dotado de **competências múltiplas**. Entre elas, destaca-se a capacidade de apreender a ideia de um discurso, muitas vezes de âmbito especializado, para restituí-lo em seguida, com uma boa capacidade de elocução. De acordo com essa orientação, Seleskovitch dedica-se à reflexão sobre a interpretação partindo do ponto de vista de que na passagem de uma língua para a outra há uma etapa intermediária na qual intervêm mecanismos cerebrais não linguísticos. Ao estudar a relação entre as palavras do discurso que o intérprete mantém e as ideias que ele retém ao traduzi-lo, Seleskovitch distingue de forma particular a memória e dá destaque a ela na configuração da análise do discurso pelo intérprete – análise exterior à formulação linguística (SELESKOVITCH, 1975, p.10).

O que nos apresenta Hurtado Albir sobre a **competência tradutória** se inscreve em sua definição de tradução:

Pensamos que em qualquer definição da tradução é necessário incluir essa tripla caracterização: texto, ato de comunicação e atividade cognitiva do sujeito. Nesse sentido, propomos definir a tradução como *um processo interpretativo e comunicativo consistente na reformulação de um texto com os meios de outra língua, que se desenvolve em um contexto social e com uma finalidade determinada*. (HURTADO ALBIR, 2013, p.41, tradução nossa⁸)

⁸ “Pensamos que cualquier definición de la traducción tiene que incluir necesariamente esa triple caracterización: texto, acto de comunicación y actividad cognitiva de un sujeto. De ahí que proponamos definir traducción como un proceso interpretativo y comunicativo, consistente en la reformulación de un

Hurtado Albir, (2013, p.394), preside as investigações do grupo PACTE (Procés d'Aquisició de la Competència Traductora i Avaluació), vinculado ao Departament de Traducció i d'Interpretació da Universitat Autònoma de Barcelona, sobre **competência tradutória**. Esse grupo propõe o modelo holístico da competência tradutória, formulado a partir de outros modelos e estudos empíricos. O modelo holístico proposto pelo PACTE parte dos seguintes pressupostos teóricos: 1) a competência tradutória é diferente da competência bilíngue; 2) ela tem componentes linguísticos, extralinguísticos, etc.; 3) os diversos componentes da competência tradutória são de níveis diversos, abarcando conhecimentos, habilidades; conhecimentos epistêmicos, operativos, etc.; 4) as estratégias são de suma importância dentre esses componentes.

Um aspecto que deve ser ressaltado, considerando que o modelo holístico desenvolvido pelo PACTE está particularmente associado à tradução escrita (HURTADO ALBIR, 2013, p.381), é que a **competência** (conhecimentos e habilidades subjacentes) é diferenciada e tratada distintamente da **atuação**, do traduzir propriamente dito: “a competência tradutória é o sistema subjacente de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para traduzir” (HURTADO ALBIR, 2013, p.395, tradução nossa). De acordo com esse modelo, a competência tradutória é um saber operativo no qual as estratégias e os processos automatizados têm grande importância, e é concebida de acordo com quatro traços distintivos, a saber: 1) é um conhecimento especializado e, nesse sentido, nem todo o bilíngue possui esse conhecimento; 2) é um conhecimento basicamente operativo; 3) está composta por várias subcompetências, que atuam de forma relacionada; 4) o componente estratégico é de grande importância, como costuma ser quando se trata de conhecimentos operatórios (HURTADO ALBIR, 2013).

A partir desses elementos distintivos, o modelo do PACTE apresentado por Hurtado Albir (2013, p.395) descreve a competência tradutória a partir de 5 subcompetências e componentes fisiológicos, a saber:

- 1) Subcompetência bilíngue. Conhecimentos necessários para a interação das línguas de partida e de chegada, nesse sentido é uma subcompetência operatória por se tratar de um requisito para a comunicação das duas línguas,

para a compreensão na primeira e produção na segunda. Fazem parte desta subcompetência os conhecimentos pragmáticos, os conhecimentos sociolinguísticos, os conhecimentos textuais e os conhecimentos do código. Quando se trata da interpretação, parece-nos importante salientar que mesmo concebendo, por pressuposição, que os conhecimentos da língua de chegada são mais consolidados que os da língua de compreensão do discurso do orador, o intérprete deve conseguir apreender o sentido do discurso de partida facilmente, sendo capaz de gerenciar sua compreensão.

- 2) Subcompetência extralinguística. Conhecimentos sobre cultura da língua de partida e da língua de chegada e conhecimentos enciclopédicos do mundo em geral e temáticos, relativos a âmbitos específicos.
- 3) Subcompetência de conhecimentos sobre a tradução. Conhecimentos sobre os princípios que guiam a tradução e sobre aspectos profissionais. Quanto aos primeiros, os conhecimentos que orientam a tradução, dizem respeito à unidade de tradução, tipos de problemas, processos, métodos e procedimentos utilizados; sobre os conhecimentos relacionados aos aspectos profissionais, estão associados às tarefas, os destinatários, o mercado de trabalho, etc.
- 4) Subcompetência Instrumental. Conhecimentos e habilidades relacionadas com o exercício da tradução profissional. Esta subcompetência está integrada pelo conhecimento e uso de fontes de documentação e novas tecnologias. No que tange ao desenvolvimento desta subcompetência, várias são as ferramentas de auxílio ao intérprete. Ainda que ele não possa fazer uso de instrumentos de apoio no momento da IC ou da IS, pode e deve se preparar antecipadamente, através de dicionários, constituição de glossários de terminologia específica relacionada à atividade a ser desempenhada e na preparação de símbolos a serem utilizados na TN.
- 5) Subcompetência Estratégica. Refere-se a conhecimentos e procedimentos operacionais que garantem a eficácia do processo tradutório. Tem um caráter central e afeta as demais, pois como ela controla o processo tradutório é responsável por relacioná-las. Ela serve para 1) planejar o processo e elaborar o projeto tradutor, incluindo aí a definição do método a ser utilizado; 2) avaliar o processo e os resultados obtidos, levando em conta o

objetivo final; 3) ativar as subcompetências e compensar deficiências entre elas; 4) identificar problemas de tradução e aplicar procedimentos para resolvê-los.

A competência tradutória, conforme o modelo do PACTE descrito acima e segundo a apresentação de Hurtado Albir (2013), descrita a partir de cinco subcompetências, foi pensada sobretudo a partir da tradução escrita. No entanto, parece-nos que ela é pertinente para o intérprete. Isto porque a subcompetência estratégica, como parte da competência tradutória, é central para a atividade do intérprete, pois este, além dos conhecimentos culturais e linguísticos que envolvem a língua de partida e a de chegada, para o bom desempenho da sua atividade deve desenvolver a capacidade de planejamento de sua tarefa, em um movimento preventivo, assim como a capacidade de lidar com o inesperado no momento em que ele se apresenta. Ou seja, a subcompetência estratégica é fundamental e particulariza, de certo modo, a competência tradutória do intérprete porque este precisa planejar muito bem o processo de interpretação, ativando as diferentes subcompetências para, com isso, antecipar-se, tanto quando possível, aos imprevistos ou surpresas advindas da interpretação.

O modelo holístico da **competência tradutória** do PACTE é resumido e apresentado graficamente da seguinte forma:

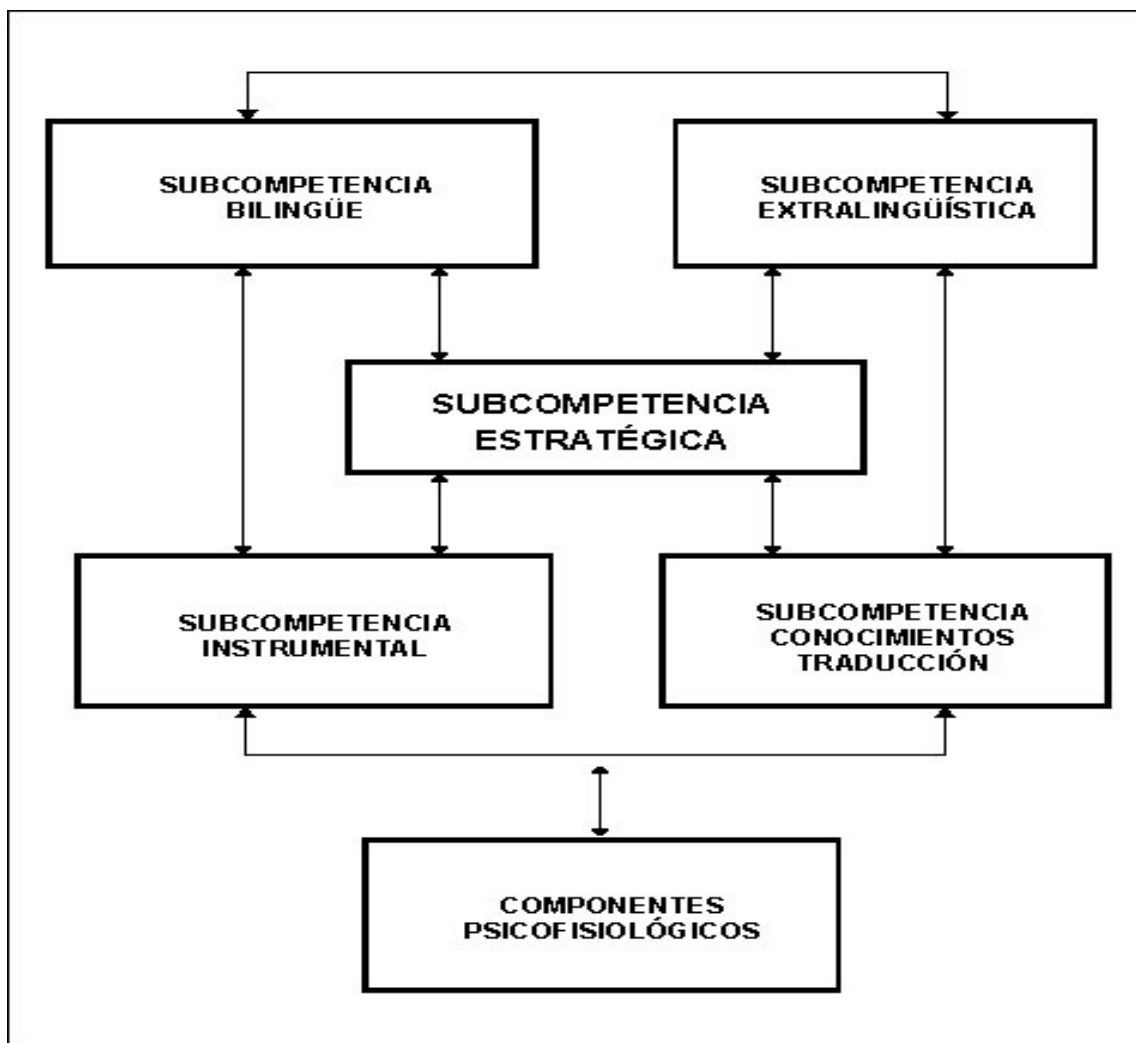


Figura 1- O modelo holístico da competência tradutória do PACTE (HURTADO ALBIR, 2013, p. 397).

Tomando como referência o modelo holístico da competência tradutória do PACTE, pode-se pensar também como a atuação e o bom desempenho do intérprete dependem de componentes psicofisiológicos. Segundo esse modelo, são componentes psicofisiológicos da competência tradutória 1) componentes cognitivos como a memória, a percepção, a atenção e a emoção; 2) atitudes psicológicas, como a curiosidade intelectual, o rigor, o espírito crítico, conhecimento das próprias capacidades, motivação, etc.; 3) habilidades, como a capacidade de análise e síntese, criatividade e raciocínio lógico.

A seguir, pensaremos especialmente nos componentes psicofisiológicos necessários ao profissional da interpretação, uma vez que a TN exige uma particular capacidade de memória, de atenção e de esforço cognitivo. Para tanto, vamos nos

concentrar na compreensão dos processos de memória, de atenção e no Modelo dos Esforços proposto por Gile (1995).

4.1 COMPONENTES PSICOFISIOLÓGICOS PRESENTES NA ICM

Os componentes psicofisiológicos que integram o modelo de competência tradutória do PACTE, classificados como recursos psicomotores, cognitivos e comportamentais, a nosso ver, também dizem respeito a habilidades que são utilizadas na interpretação – portanto, não apenas na tradução escrita. Mas, conforme o propósito desta pesquisa, alguns desses recursos requerem uma atenção especial da nossa reflexão, porque desempenham função destacada na atividade do intérprete. Nesse sentido, a seguir vamos tratar da memória de trabalho, componente psicofisiológico associado à subcompetência instrumental, uma vez que a TN é compreendida aqui como tal (subcompetência instrumental).

A memória de trabalho pode ser definida, de acordo com o modelo de referência que adotamos, como um recurso cognitivo que integra toda a atividade de interpretação. Em seguida, analisaremos os componentes necessários na ICM, a partir de uma reflexão voltada à prática da IS e dos processos de atenção no bilíngue, assim como na pesquisa sobre o foco de atenção no uso da TN na IC.

4.1.1 Memória de trabalho

Desde Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), estudiosos tentam sistematizar a memória, propondo tipos, lugares de armazenamento e modelos para classificar e entender seu funcionamento, modo de estocagem de aprendizados e de lembranças. O filósofo grego desenvolveu uma teoria da memória e da reminiscência que é parte importante da compreensão que ele elabora sobre o processo intelectual, atribuindo à memória uma concepção “como escritura na nossa placa mnemônica das impressões do mundo, como também uma forte concepção de reminiscência ou recordação, como um procedimento de leitura” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.33).

Ao longo dos tempos, vários foram as teorias e os modelos propostos, mas, segundo os estudos neurológicos atuais, ainda não é possível estabelecer um modo de medir memórias de forma direta, apenas através do seu desempenho e por testes de evocação (GREEN, apud IZQUIERDO, 1989). Podemos ilustrar isso com o que

observa Izquierdo (1989) sobre a redução da memória a modelos ou a fenômenos celulares. Conforme esse autor, fazendo referência a pesquisadores desse tema, reduzir a memória a modelos, deixando de lado a referência a processos nervosos, ou a fenômenos celulares, ignorando processos cognitivos ou comportamentais, é algo que só tem interesse histórico. Para ele, isso pode ser atribuído a vários fatores, como a impossibilidade de enquadrar a grande variedade de memórias num conjunto limitado de esquemas ou modelos, impossibilidade demonstrada pelo refinamento de técnicas e conceitos neuropsicológicos. Tampouco reduzir a complexidade da memória a mecanismos bioquímicos ou processos psicológicos únicos tem validade (IZQUIERDO, 1989, p.91). O posicionamento desse autor está baseado na seguinte concepção que ele nos apresenta sobre a memória: “Desde um ponto de vista prático, a **memória** dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se *aprendizado*. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos *presente*”. (IZQUIERDO, 1989, p.89).

Outros estudos, como o do estoniano Endel Tulving (1972), psicólogo experimentalista e neurocientista da cognição, afirmam que a memória é multiforme e dividida em categorias, pertencendo a uma estrutura, assim como as funções superiores de motricidade, linguagem, inteligência e percepção. De acordo com esses estudos, seria difícil seguir o caminho e a codificação do armazenamento da memória tamanha a complexidade dos neurônios envolvidos. Mas, num sentido modelar, o tipo de percepção do elemento armazenado determinaria a zona de armazenamento.

Para esse autor, há três tipos de memória de longo prazo, com conteúdos e processamentos diferentes:

- memória episódica: refere-se aos acontecimentos limitados a um contexto temporal-espacial, como, por exemplo, quando se busca elementos estocados para fazer a narrativa de um acontecimento ocorrido no dia em curso;
- memória semântica: armazena os fatos, os conceitos e os significados.

Tanto a memória episódica quanto a semântica se inserem na chamada memória explícita ou declarativa, que se expressa através de um sistema simbólico.

- memória procedural, que é também chamada de memória implícita e inconsciente, alimentada pela experiência do aprendizado. Diz respeito à

execução de tarefas automáticas, por condicionamento. Esta memória é também responsável pelos aprendizados motores, através de movimentos repetidos.

No que tange à memória de trabalho, também denominada memória de curto prazo, ela tem uma capacidade de retenção pequena, não estocando elementos. Trata um número de informações vindas da memória semântica, para a realização de tarefas cognitivas. É necessária, por exemplo, para manter uma conversa e realizar cálculos.

Baddeley e Hitch (1974) introduziram no conceito de memória de curto prazo a memória operativa ou memória de trabalho, sendo considerada como um sistema complexo responsável pelo controle do processamento e decisão sobre a estocagem ou não de informações durante a execução de atividades cognitivas como a aprendizagem, a compreensão e o raciocínio (BADDELEY; HITCH, 1974; BADDELEY, 1986). Através da eleição de elementos importantes, a memória de longo prazo é alimentada por ela. Portanto, de acordo com estes autores, a memória de trabalho é um sistema responsável por armazenar informações temporárias, conservando poucos itens, e também é associada ao processamento destes, processo que se dá num período de tempo relativamente curto.

Do ponto de vista da prática de um intérprete, Jean Herbert (1952, p.5), afirma que a memória do intérprete deve se encarregar de dois tipos de lembrança: a) um vasto vocabulário que deve estar à disposição em caso de necessidade; b) a imagem tão fiel e detalhada quanto possível, por um período bastante breve, do que acaba de ser dito pelo orador. O segundo tipo de lembrança, segundo o autor, deve ser esquecido rapidamente uma vez que representa um risco de sobrecarga ao cérebro do intérprete. Tal uso distingue o intérprete do ator no uso da memória, pois o profissional da tradução, ao contrário do da atuação, vai reter o máximo de informações que serão uma vez usadas e depois esquecidas.

A partir dessas considerações, o sistema de memória envolvido na prática do intérprete seja o da memória de trabalho, porque ela trata da atividade cognitiva envolvida na interpretação, gerenciando os elementos a serem armazenados ou não, tomando as decisões referentes à atenção que está voltada ao uso das línguas de trabalho, assim como da consulta às outras memórias, acionando os elementos estocados nos sistemas de longo prazo. Nesse contexto, consideramos que a TN é um auxílio externo à memória de trabalho, servindo-lhe de apoio, constituindo-se em parte

da subcompetência instrumental, quando pensamos na atividade do intérprete, que integra a competência tradutória.

4.1.2 Funcionamento da atenção dos falantes bilíngues

Na definição empregada aqui para a memória de trabalho, nos associamos, sem pretender ingressar numa discussão mais abrangente sobre ela, à posição de Engle (2010), que destaca o mecanismo da atenção vinculado ao comportamento dessa memória, porque é esse mecanismo que filtra o que será estocado quando de uma atividade como a interpretação. Com o propósito de desenvolver uma compreensão sobre esse mecanismo, procuramos entender o funcionamento da atenção nos falantes bilíngues. Para isso, retomamos o estudo de Marzecová, Asanowicz, Krivá e Wodniecka (2010) sobre este tema. Esses autores, baseados em várias pesquisas recentes, afirmam que há efeitos positivos do bilinguismo no funcionamento da atenção e que o uso regular de duas (ou mais) línguas parece melhorar alguns de seus aspectos, como a inibição da informação irrelevante e a resolução de conflitos entre respostas concorrentes.

Os autores mencionados acima são responsáveis por uma revisão teórica sobre o bilinguismo, na qual afirmam que ele pode influenciar uma gama ampla de processos de atenção, como o monitoramento de uma tarefa em um processo de alternância contínua entre duas tarefas. Além disso, referem-se à capacidade do bilíngue de inibir tarefas irrelevantes, atingindo e mantendo um estado de alerta. Entretanto, a intensificação do uso de alguns mecanismos de atenção pode apresentar efeitos colaterais negativos, como a ampliação do efeito de *priming* negativo⁹ (Treccani et al., 2009), ou uma maior variação da atenção (Colzato et al., 2008).

Nesses estudos, o sistema executivo é de particular importância para o processamento da linguagem. Teorias que respondem pelos tipos de funções da atenção (Marzecová et al., 2010), postulam que há três sistemas de atenção funcional e neuroanatomicamente separados: sistema de alerta; sistema de orientação e sistema executivo. Estes três sistemas de função subservem três funções diferentes: 1) alcance e

⁹ O *prime* negativo faz com que o tempo de reação ao alvo da atenção seja mais lento, propiciando, assim, um efeito inibidor, (cfe. <http://psicolinguistica.letas.ufmg.br/wiki/index.php/Priming> em 23/02/2014).

manutenção do estado de alerta; 2) orientação de eventos sensoriais ou mentais; 3) inibições na competição.

Nessa perspectiva, indivíduos bilíngues necessitam, para controlar dois (ou mais) sistemas de línguas, de foco de atenção na língua em uso e inibição da interferência na língua “não relevante”. No caso de conflito causado pela ativação simultânea, a resolução se opera no sistema de controle de domínio-geral que é auxiliado, principalmente, por áreas do cérebro frontal como o córtex pré-frontal e o cíngulo anterior. Nesse processo, há um compromisso constante do sistema executivo para resolver o conflito linguagem que, sob treino intensivo, permite que haja também um aumento na eficiência do sistema.

No entanto, não está ainda claro para os autores recentemente mencionados se a experiência bilíngue pode também influenciar a eficácia de outros sistemas de atenção.

Mais recentemente, Costa (2008) conduziu estudos comparando a eficiência de atenção entre jovens adultos bilíngues e monolíngues. Com o foco no sistema executivo, observou-se um padrão misto de resultados, sugerindo que a vantagem bilíngue na resolução de conflitos ainda precisa ser investigada. Apesar disso, foi possível verificar um maior efeito de alerta dos bilíngues em relação aos monolíngues.

Ainda que não haja conclusões sobre o funcionamento dos sistemas de atenção nos bilíngues, queremos salientar que, em um processo de aquisição de segunda língua, a atenção é voltada para a consciência no aprendizado, em um primeiro momento, quando a língua dois ainda não está consolidada no aprendiz (SCHMIDT, 1990). Isso reforça a necessidade de o intérprete ter amplo conhecimento das línguas de trabalho, pois, em caso de falta de domínio de um dos idiomas, a atenção seria certamente desviada para a reflexão do vocabulário para a restituição do discurso ou para a busca do entendimento do discurso do orador, prejudicando, portanto, o mecanismo de atenção vinculado à memória de trabalho.

4.1.3 O foco de atenção no uso da TN na IC

Como vimos anteriormente, a atenção do intérprete na IC é dividida em momentos distintos e simultâneos na apreensão do sentido do discurso de partida (escuta, análise e TN), assim como na restituição do discurso de chegada (leitura das

notas, evocação da memória para a reconstrução do sentido em língua de chegada e enunciação). Tais processos simultâneos necessitam do gerenciamento de tarefas e de um sistema de inibição de uma das línguas, o que, em princípio, qualquer bilíngue é capaz de fazer. No entanto, considerando-se a pequena capacidade da memória de trabalho e a possibilidade de enfrentar longos blocos de fala proferidos pelo locutor na ICM, a atividade cerebral envolvida na apreensão do sentido do discurso de partida requer o uso da memória de longo prazo de modo mais intenso nessa modalidade de interpretação. Isso ocorre devido as especificidades dessa modalidade de interpretação, no uso dos conhecimentos linguísticos e enciclopédicos armazenados na memória de longo prazo.

Segundo Seleskovitch (1975, p.169), a apreensão de um sentido repousa sobre um código comum ao orador e ao intérprete, ou seja, a língua. Porém, a mensagem somente é compreendida pelos engramas não verbais do conhecimento e o que se percebe desse código, da língua. Para exemplificar, Seleskovitch usa o seguinte exemplo: considerando-se dois indivíduos, para que uma mensagem tenha um significado para eles, entre eles, é preciso que se tenham estabelecido correlações entre palavras, frases e ideias, envolvendo uma série de circuitos neurológicos em uma intensa atividade cerebral. Nesse processo, o devir da mensagem em significação diz respeito a um conjunto de engramas que o sujeito adquiriu em experiências já vividas e internalizadas, estocadas como conhecimentos acionados na memória de longo prazo. Ainda segundo essa autora, para que a linguagem funcione, três tipos de memória estão envolvidos, trabalhando por vezes juntas ou separadamente: a dos sons, a dos significados e a dos sentidos. Pensamos que, nessa perspectiva, a TN possa servir como suporte material externo à memória e ao processo cerebral que integra esse tornar-se significado, fazer sentido, auxiliando a TN no restabelecimento da ligação entre língua e pensamento, na análise, apreensão e restituição do sentido.

Entretanto, dado o número de atividades envolvidas na IC, é preciso que se tenha em mente que a TN é um suporte e não o centro da atenção do intérprete, e que é apenas uma das atividades para a qual a atenção é dirigida no ato interpretativo.

4.1.4 O Modelo dos Esforços na Interpretação

Procurando entender as dificuldades na transmissão de informações e os elementos envolvidos no processo de interpretação de conferências, Gile (1995) formulou o Modelo dos Esforços na IC. Esse autor buscou pesquisar, a partir do que ele observou na prática do intérprete, os esforços assim como as falhas de atuação, argumentando que as pesquisas realizadas até a sua formulação eram mais centradas em más condições de trabalho.

Gile afirma que tanto na IS quanto na IC as dificuldades do intérprete existem mesmo para os profissionais mais experientes. As implicações de baixa de qualidade na IC podem ser resultantes do cansaço e de outras tensões. Para tanto, ele elenca sintomas de duas ordens, provocadores de perda de *performance* pelo intérprete:

- a. Sintomas que se revelam na forma:
 - degradação da qualidade da voz;
 - degradação da clareza da enunciação e do sotaque;
 - degradação da qualidade prosódica: pausas, entonação e ritmo;
 - degradação da qualidade linguística da interpretação: erros e descuidos de língua no plano lexical, gramatical, estilístico e pragmático.

- b. Sintomas que se revelam no fundo:
 - Omissões ou acréscimos não justificados na reconstituição do discurso.

O pesquisador observa os erros e descuidos em sua frequência e diz que é necessário verificar qual a importância qualitativa deles e tentar minimizá-los, tendo um grande cuidado, ainda, para que não sejam graves.

Gile reconhece, todavia, que problemas ambientais podem interferir na qualidade interpretativa, como, por exemplo, o volume baixo ou a má qualidade do som do discurso do orador recebido pelo intérprete. A solução para tais problemas de ordem técnica deve ser verificada junto à organização do evento e faz parte das medidas preventivas do intérprete, no zelo da qualidade do seu trabalho, inspecionar as condições de seu ambiente de atuação, antes de começar sua atuação propriamente dita.

Outros problemas podem se apresentar ao longo da atividade, por desconhecimento do vocabulário de partida, mesmo para os intérpretes mais experientes, com conhecimentos gerais vastos. Esta problemática costuma ter maior incidência em termos de linguagem específica, como o discurso jurídico e o militar.

Para melhor compreender o mecanismo dos tipos de erros produzidos e o seu contexto, Gile pesquisou, durante um ano, cinco estudantes francófonos em segundo ano de formação e constatou que os erros se apresentavam em ordem crescente de frequência e de falhas nos três elementos seguintes: apresentação, consecutiva e simultânea. Estabeleceu então a seguinte comparação:

- Apresentação: neste tipo de discurso, o orador expressa suas ideias ou emite seus conhecimentos escolhendo suas palavras e suas estruturas frasais antes e durante o seu discurso, no seu ritmo. É livre para modificar, em todo momento, o que está dizendo. Aguarda a ideia estar clara em sua mente antes de enunciá-la. Pode concentrar toda a sua atenção na formulação do discurso por ele pretendido.

- Consecutiva: nesta modalidade de interpretação, o intérprete enuncia ideias que não são suas e deve reformular informações das quais acaba de tomar conhecimento. Tem somente o tempo da intervenção do orador para preparar o seu discurso, durante o qual ele tem de dividir sua atenção entre a escuta, a análise do discurso e a TN. Pode, no entanto, estabelecer seu próprio ritmo no momento da reexpressão. Conhece o conjunto do segmento do discurso a ser interpretado, antes da reformulação. Tem a obrigação de restituir as informações compreendidas da melhor forma, podendo mudar somente aspectos menores. Na expressão do seu discurso, sua atenção é dividida entre sua enunciação, a leitura das notas e o esforço de memória por elas evocado.

- Simultânea: assim como na consecutiva, o intérprete exprime ideias que não são suas e que acaba de conhecer. Para preparar seu discurso, dispõe somente de frações de segundos e deve acompanhar o ritmo do orador. Sua unidade de sentido não vai além da frase e, contrariamente ao intérprete na consecutiva, ele deve começar sua reexpressão antes mesmo de a ideia ser concluída pelo orador. Sua atenção é extremamente dividida entre sua restituição e escuta.

Caracterizando assim essas modalidades de discurso e condições de interpretação, Gile nos mostra as dificuldades às quais os intérpretes se confrontam, tanto em IC quanto em IS. Seu estudo se deu a partir da observação de intérpretes em

formação, ou seja, não experientes. Certamente os intérpretes experientes teriam outra *performance*, minimizando os erros em relação ao grupo estudado. A partir da nossa própria experiência na interpretação, acreditamos também que a frequência de erros e descuidos não é necessariamente na ordem crescente de incidência, como a apresentada, tratando-se de um grupo de práticos experimentados. Entretanto, as dificuldades são reais e constituem um risco para a qualidade na atuação.

Para analisar a questão mais detalhadamente, o pesquisador elaborou o Modelo dos Esforços, voltado para a IS, por apresentar um maior número de operações cognitivas. Acreditamos, todavia, que, apesar de as tarefas demandadas e de o sistema de memória utilizado não serem exatamente os mesmos da IC, seu modelo analisa elementos que podem nos servir de base para pensarmos sobre o foco da atenção do intérprete e o uso da memória de trabalho na interpretação.

Segundo o autor, o modelo se articula em três esforços na interpretação:

- O esforço de escuta e análise – conjunto de atividades destinadas à percepção do discurso de partida e sua compreensão. Ele aumenta quanto maior for a densidade da informação do discurso ou a sua tecnicidade, quando as condições de escuta são dificultadas ou quando o discurso do orador se distancia da norma.
- O esforço de produção – o esforço do intérprete em dar uma forma linguística às informações a serem restituídas. O esforço aumenta durante as pausas táticas para escolher estruturas e palavras. Diminui quando há automatismo verbal.
- O esforço de memória de curto prazo – corresponde aos esforços e as operações cognitivas envolvendo a retenção dos elementos ouvidos e o seu tratamento no momento que vai da compreensão até a restituição do discurso.

De acordo com o modelo de Gile, é preciso que haja um equilíbrio entre os três esforços, pois quando um se sobressai, os outros esforços são prejudicados, o que pode trazer danos à qualidade da interpretação.

Como já havia sido mencionado, em grandes linhas, a atenção do intérprete em IC é dividida entre três movimentos na escuta: o de apreensão do discurso do orador, de análise da sua ideia e de TN do sentido do que está sendo dito. Essa atenção será então dividida em um segundo momento, o da restituição do discurso em outros três

movimentos: o de leitura das notas e evocação da memória, organização do discurso a ser restituído e enunciação.

É evidente que os esforços empreendidos em IS não são os mesmos em IC. Mas nos parece bastante claro que deve haver um equilíbrio da atenção entre escuta, análise do discurso de partida, TN e restituição do discurso de chegada.

Após verificarmos as definições de memória, atenção bilíngue, competências tradutórias requisitadas ao bilíngue e processos envolvidos em suas atividades interpretativas, podemos tecer algumas considerações.

No que tange aos sistemas de memória, o sistema de memória mais utilizado pelo intérprete em sua atuação na IC é a memória de trabalho. Este tipo de memória, que guarda as informações por um período de minutos e não cria arquivos, uma vez que provavelmente as informações serão descartadas após a interpretação, é o utilizado pelo profissional, considerando-se que em sua atividade precisa processar informações conforme a origem perceptual dos elementos a serem restituídos. Este sistema também é responsável pelo processo de decisão de envio ou não de informações aos estoques da memória de longo prazo. Este último sistema de memória, que nos parece ser também muito importante no momento da restituição do discurso pelo intérprete, servirá de banco de pesquisa no qual o profissional buscará os conhecimentos linguísticos e aprendizados consolidados. O uso desse sistema de memória para a produção do novo discurso parece ser utilizado em todos os seus aspectos, sendo antecipado inclusive pelo uso das habilidades motoras. Para essas habilidades, podemos imaginar que a TN é um tipo de aprendizado que já deve estar consolidado no momento do seu uso na interpretação, pela memória procedural, tipo de memória implícita de longo prazo responsável pela motricidade e cognição envolvida nos movimentos necessários em um contexto específico.

Quanto aos modelos de funcionamento de memória de trabalho, o modelo de Badelley e Hitch (1974) parece melhor contemplar o uso da memória na atuação do intérprete, uma vez que as informações lhe chegam de forma sensorial e há o uso de uma memória, a memória episódica, que atua como um “limbo” até que a informação seja tratada e restituída, sob novo discurso, em língua de chegada.

Quanto à competência tradutória, está claro que o intérprete precisa ter competências múltiplas, que vão além das do indivíduo bilíngue. Isto porque, considerando o modelo holístico do PACTE a subcompetência bilíngue é parte da

competência tradutória. O intérprete lança mão, segundo o mesmo modelo, de outras subcompetências como a subcompetência instrumental, na qual podemos inserir a TN. Além disso, quanto mais experiente e hábil, melhor será a equação de esforços empreendidos na interpretação e melhor será o seu foco de atenção no discurso de partida, não necessitando de desvios da atenção para suas próprias questões linguísticas e culturais.

A premissa de Gile (1995), Seleskovitch e Lederer (1984) acerca dos riscos da TN na atenção do intérprete inexperiente na IC parece ser perfeitamente plausível. Sem a consolidação do comportamento nem a aquisição completa das habilidades necessárias, o intérprete imperito, no que tange aos processos cognitivos da memória de trabalho, pode efetivamente ter prejuízos nos sistemas de atenção pela utilização da TN na IC. Entre esses prejuízos, o profissional inábil terá um desequilíbrio de esforços e desviará ou não conseguirá manter o foco, que deve, em primeiro lugar, estar voltado à compreensão do discurso de partida.

Logo, acreditamos que para que a atenção do intérprete não seja desviada no momento de sua atuação, ele deve ser experiente e possuir as múltiplas competências tradutórias preconizadas por Hurtado Albir (2013), assim como ter um comportamento consolidado através de um treinamento da sua prática de TN

5 A PRÁTICA DOS INTÉRPRETES

Nosso objeto de estudo é a TN na IC, modalidade de Interpretação de Conferência que ainda tem seu espaço no contexto das conferências que ocorrem no ambiente das universidades, em especial do sul do Brasil, atividade que demanda um grande esforço de atenção, apreensão e restituição do discurso por parte do intérprete. Nossa intenção com tal objeto de análise é a de instrumentalizar o intérprete a fim de qualificar sua prática, seu trabalho. Para tanto, partimos inicialmente do pressuposto de que as metodologias de TN existentes não eram adequadas para a TN da interpretação consecutiva do francês para o português e que seria possível propor uma metodologia de TN que auxiliasse o profissional da interpretação, que o instrumentalizasse melhor para obter uma maior qualidade na tradução oral para o referido par de línguas. De acordo com esse pressuposto inicial, a pesquisa seria desenvolvida em duas etapas principais. Primeiramente, analisaríamos os pressupostos dos autores mais significativos da área para a TN na ICM – Jean Herbert (1952), Jean-François Rozan (1956), Henry Van Hoof (1962), Danica Seleskovitch (1975), Marianne Lederer (1981), Daniel Gile (1995), Hanz Matyssek (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b), Tito Lívio Cruz Romão (1998, 2015a, 2015b) e Maria Santa Montez (2010). Em um segundo momento, verificaríamos, a partir de testes junto a intérpretes experientes, se as propostas desses autores podiam ser aplicadas satisfatoriamente ao caso específico da Interpretação de um discurso da língua francesa para a língua portuguesa. Partindo da hipótese de que as propostas de metodologia de Herbert, Rozan, Hoof, Seleskovitch, Lederer, Matyssek, Gile, Cruz Romão e Montez não eram suficientemente eficientes para atender às distintas necessidades de registros na ICM, pretendíamos propor uma metodologia de TN específica para a interpretação consecutiva do francês para o português.

Entretanto, ao verificar os estudos desenvolvidos pelos teóricos em questão, dos quais nos ocupamos no segundo capítulo deste trabalho, concluímos que nem todos propunham uma metodologia específica para a TN, mas somente Herbert (1952), Rozan (1956), Matyssek (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b), Cruz Romão (1989, 2015a, 2015b) e Montez (2010). Verificamos também que os outros autores reconheciam e recomendavam as metodologias propostas e que alguns aventavam variações ou ponderações às técnicas existentes, como no caso de Seleskovitch para as

propostas de Herbert e Rozan, Cruz Romão para a de Matyssek, e as reflexões sobre os riscos de desvio de atenção para a TN, vindas de Gile (1995).

Outra constatação imediata na primeira etapa do desenvolvimento deste trabalho foi a de que não se tratava de pensar em metodologia específica para um determinado par de línguas, pois o que já é proposto não se aplica a este ou aquele sistema linguístico ou cultural.

Além disso, vimo-nos na impossibilidade de aplicar testes a intérpretes, uma vez que as situações de atuação em ICM não são abundantes, ainda que esta tenha o seu espaço na região sul do Brasil. Decidimos, então, por uma alteração na metodologia de nossa pesquisa na tentativa de analisar a validade dos métodos existentes. Assim, aplicamos um questionário em intérpretes para verificar se, em sua atuação profissional, empregam algum tipo de tomada de notas. Em um segundo momento, testamos uma metodologia de TN, como descreveremos mais adiante, em uma atuação em ICM, na nossa própria prática, a fim de vivenciá-la e poder ter uma percepção pessoal do que havia sido estudado – no entanto, sem a pretensão de dar para essa experiência um cunho científico. Portanto, a alteração proposta foi orientada para um levantamento sobre a prática de intérpretes e o espaço da TN nessa prática. Descrevemos nossa experiência na ICM utilizando a TN, refletindo assim a contribuição do que foi investigado.

Com a realização da pesquisa junto aos intérpretes e com a reflexão sobre uma experiência de TN em IC, ainda que não tenhamos dado a esta um caráter de análise, o trabalho aponta para a validade das metodologias de TN existentes e entender se havia uma relação dialógica entre teoria e prática na Interpretação.

5.1 OS INTÉRPRETES E A SUA PRÁTICA: O QUESTIONÁRIO

A parte da análise proposta deu-se através do envio de um questionário a 21 tradutores e intérpretes que atuam predominantemente no par de línguas inglês/português. A predominância de tais línguas foi então considerada uma questão secundária, uma vez que a teoria indica que as técnicas de TN são aplicadas indistintamente a quaisquer pares de línguas. O importante para nós, nesse ponto da pesquisa, era interrogar um número significativo de intérpretes, o que a restrição ao par

português/francês não nos permitiria fazer, pois é menor o número de profissionais que atuam nesse par.

Os intérpretes foram selecionados a partir de contatos obtidos no XI Congresso Internacional da ABRAPT em setembro de 2013, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, evento que reuniu estudantes e experientes profissionais, preocupados com o estudo da Tradução para o bom desenvolvimento do seu trabalho. Como não se sabia muito acerca da prática da maioria dentre eles, havia a possibilidade de que alguns trabalhassem apenas como tradutores, não atuando em interpretações. Foi preciso, então, iniciar o questionário com uma pergunta que nos norteasse sobre a sua prática, como explicaremos a seguir.

O questionário foi elaborado tendo por base as posições dos teóricos Herbert, Rozan, Hoof, Seleskovitch, Lederer, Matyssek, Gile, Cruz Romão e Montez quanto às habilidades necessárias à atividade do intérprete, ou seja, suas competências tradutórias, a utilização da memória nos processos cognitivos de interpretação, assim como os tipos de símbolos e seu uso na TN da IC. No que tange às competências tradutórias, buscamos base não somente em nossos referenciais teóricos acima citados, mas igualmente o que Hurtado Albir (2013) considera preponderante para a prática do intérprete, conforme o modelo holístico da competência tradutória do PACTE.

Os referidos fundamentos norteadores do uso da TN serviram de suporte para o nosso trabalho, pois nos interessava saber se a prática estava dialogando com a teoria, e em que medida. O objetivo da pesquisa proposta através do referido questionário foi saber, primeiramente, se todos são intérpretes e, para os que atuam na IC, se usam a TN para essa modalidade de interpretação de conferência. Sendo o caso, quais são, em sua concepção, os requisitos básicos para a atuação do profissional nessa atividade. Em caso positivo do uso da TN, elencamos as seguintes possibilidades de registros, a fim de sondar o que é por eles utilizado: números, símbolos, abreviações, nomes próprios e frases. Uma lacuna foi aberta para que os interrogados pudessem expressar alguma outra forma de notas.

O questionário teve como suporte o Google Drive/Formulários e foi enviado via e-mail, uma vez que os participantes da pesquisa se encontravam em locais muitas vezes distantes no país, impossibilitando a averiguação via entrevista direta. A ideia foi utilizar uma forma simples de questionamento, visando obter respostas direcionadas e

ter uma boa adesão dos participantes. A seguir, antecedendo a tabulação das respostas, reproduzimos as perguntas do questionário, na ordem de aparição no formulário on-line:

Questionário Tomada de Notas na Interpretação Consecutiva

- 1) Você atua em que tipo de interpretação?
 - () Interpretação Simultânea;
 - () Interpretação Consecutiva;
 - () Interpretação Simultânea e Consecutiva.
 - () Outro:

- 2) Quais são os itens que você considera imprescindíveis para atuar na Interpretação Simultânea? (Se você atua somente na Interpretação Consecutiva, ignore esta pergunta.)
 - () Memória;
 - () Conhecimento das línguas de trabalho;
 - () Capacidade de gerenciar o estresse;
 - () Boa dicção;
 - () Conhecimentos gerais;
 - () Domínio do tema.
 - () Outro:

- 3) Quais são os itens que você considera imprescindíveis para atuar na Interpretação Consecutiva? (Se você atua somente na Interpretação Simultânea, ignore esta pergunta.)
 - () Memória;
 - () Conhecimento das línguas de trabalho;
 - () Capacidade de gerenciar o estresse;
 - () Boa dicção;
 - () Conhecimentos gerais;
 - () Domínio do tema.
 - () Outro:

- 4) Usa TN na Interpretação Consecutiva? (Se você atua somente na Interpretação Simultânea, ignore esta pergunta.)
 - () Não.
 - () números;
 - () símbolos;
 - () abreviações;
 - () nomes próprios;
 - () frases.
 - () Outro:

- 5) Gostaria de acrescentar um aspecto que não foi mencionado?
 - () Não.
 - () Outro:.....

5.1.1 Tabulação das respostas

Após termos enviado o questionário aos 21 tradutores e intérpretes, obtivemos o seguinte panorama:

- dois afirmaram não trabalhar na modalidade de IC, somente em IS e preferiram não responder ao questionário;
- um disse não atuar mais como intérprete, por isso também não respondeu ao questionário;
- dois disseram que são tradutores, não intérpretes, e escolheram não responder ao questionário;
- oito não responderam, apesar de termos enviado o questionário insistentemente (três vezes), salientando a importância da participação;
- um respondeu o questionário, mas somente às questões que diziam respeito à IS, uma vez que é apenas essa a sua área de atuação;
- sete disseram atuar em IC e responderam à pesquisa como descreveremos agora nos quadros abaixo, considerando primeiramente o que concerne somente às perguntas relativas a esta modalidade de Interpretação de Conferência.

Quadro 1: Questões relativas à IC

Intérpretes de IC	Quais são os requisitos que você considera imprescindíveis para a atuação na IC?	Elementos utilizados na TN
1	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção e domínio do tema.	Abreviações e frases. Gostaria de ter símbolos consolidados, mas ainda não conseguiu desenvolver essa habilidade.
2	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse.	Números, abreviações, nomes próprios, frases.
3		
4	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, domínio do tema.	Números, símbolos, abreviações, nomes próprios.
5	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção, domínio do tema.	Números, abreviações, nomes próprios. Meu próprio sistema e bastante gráfico. Capacidade de acompanhar o raciocínio do orador. Utilização de tecnologia em apoio à consecutiva.

6	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, conhecimentos gerais, domínio do tema.	Números, abreviações, nomes próprios.
7	Memória, capacidade de gerenciar o estresse, domínio do tema.	Números, símbolos, abreviações e nomes próprios.
8	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção, conhecimentos gerais, domínio do tema.	Números, símbolos, abreviações e nomes próprios.

Para melhor entendermos as competências tradutórias necessárias na IC, na concepção dos intérpretes interrogados, desdobraremos a tabulação das respostas e análise do quadro anterior no quadro abaixo. Salientamos que a coluna do intérprete três não está preenchida nos quadros 1, 2 e 3, uma vez que ele respondeu o questionário, mas somente às questões que diziam respeito à IS, sua área de atuação.

Quadro 2: Respostas relativas às competências necessárias ao intérprete na IC

Intérpretes	1	2	3	4	5	6	7	8
Memória	X	X		X	X	X	X	X
Conhecimento das línguas de trabalho	X	X		X	X	X		X
Capacidade de gerenciar o estresse		X		X	X		X	X
Boa dicção	X				X			X
Conhecimentos gerais	X					X		X
Domínio do tema	X			X	X	X	X	X

Capacidade de acompanhar o raciocínio do orador					X			
--	--	--	--	--	---	--	--	--

Ao verificar as respostas dos profissionais da IC, observamos que os sete que responderam ao questionário consideram o fator *Memória* como sendo imprescindível para a boa atuação do intérprete. Cabe salientar aqui que o que se entende por *memória* nesta pesquisa é a capacidade de armazenar os elementos necessários na memória de trabalho, por um curto espaço de tempo, e poder acioná-los no momento da restituição do discurso, assim como o uso de outras memórias igualmente envolvidas no momento da apreensão do discurso do orador em seu sentido e da elaboração do novo discurso, como a memória a longo prazo, que armazena os conhecimentos linguísticos e culturais necessários à prática da IC. Logo, quando se fala de *memória*, pensa-se em simplificar todos os movimentos de consulta ao estoque de arquivos mentais envolvidos entre a compreensão do sentido do discurso ouvido e sua restituição ao público ouvinte.

Quanto ao *Conhecimento das línguas de trabalho*, seis entre sete pesquisados acham que é um fator importante na IC. Essa mesma proporção aparece no item *Domínio do tema*. Portanto, podemos dizer que depois da memória, esses dois elementos assinalados, que integram, respectivamente, a subcompetência bilíngue e a subcompetência extralinguística, conforme o modelo holístico da competência tradutória do PACTE, são bastante relevantes para o conjunto de intérpretes, para a sua prática.

Ainda sobre o que os intérpretes informaram ser mais relevante na prática, a *Capacidade de gerenciar o estresse* é considerada por eles um elemento importante, uma vez que cinco entre os sete intérpretes julgaram ser uma competência importante na IC. Já os itens *Boa dicção* e *Conhecimentos gerais* aparecem como necessários para somente três entre os sete interrogados.

Para melhor visualizarmos o que os profissionais da interpretação respondem sobre que notações utilizam na TN, organizamos o seguinte quadro, conforme o que os sete dos intérpretes que afirmaram atuar em IC responderam à pesquisa:

Quadro 3: Notações utilizadas TN

Intérprete	1	2	3	4	5	6	7	8
Números		X		X	X	X	X	X
Abreviações	X	X		X	X	X	X	X
Nomes próprios		X		X	X	X	X	X
Frases	X	X						
Símbolos				X			X	X
Outros					Meu próprio sistema, bastante gráfico			

O quadro acima evidencia que os sete intérpretes que disseram atuar em IC consideram importante o uso da TN, uma vez que todos manifestam utilizar algum modo de anotação nesta modalidade de interpretação.

Para uma visão mais ampla do que responderam os intérpretes, comparamos os requisitos que eles consideram necessários às práticas da IS e IC, quando se trata de intérprete que atua nas duas modalidades e juntamos a resposta do intérprete que respondeu atuar somente na IS. Nesse sentido, o quadro a seguir apresenta respostas de oito intérpretes e não mais de sete, como nos anteriores.

Quadro 4: Comparação entre os requisitos necessários à IS e a IC

Intérprete	Requisitos imprescindíveis na IS	Requisitos imprescindíveis na IC
1	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção e domínio do tema.	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, boa dicção, conhecimentos gerais, domínio do tema.
2	Conhecimento das línguas de trabalho e capacidade de gerenciar o estresse.	Memória, conhecimento das línguas de trabalho e capacidade de gerenciar o estresse.
3	Conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção, conhecimentos gerais e domínio do tema.	
4	Conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse e domínio do tema.	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, domínio do tema.
5	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção e domínio do tema.	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção, domínio do tema e capacidade de acompanhar o raciocínio do orador.
	Conhecimento das línguas de trabalho,	Memória, conhecimento das línguas de

6	conhecimentos gerais, domínio do tema e rapidez de raciocínio.	trabalho, conhecimentos gerais, domínio do tema.
7	Conhecimento das línguas de trabalho, conhecimentos gerais e domínio do tema.	Memória, capacidade de gerenciar o estresse, domínio do tema.
8	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção, conhecimentos gerais e domínio do tema.	Memória, conhecimento das línguas de trabalho, capacidade de gerenciar o estresse, boa dicção, conhecimentos gerais e domínio do tema.

Comparando o que cada intérprete considera importante como competência para as duas modalidades de interpretação de conferências, verificamos que:

- Intérprete 1: Considera as duas modalidades diferentes em requisitos no que tange ao domínio do estresse somente para a IS, assim como a necessidade de que o profissional tenha conhecimentos gerais somente para a IC. Pensamos que esta diferença se deva ao fato de o interrogado considerar a IS uma modalidade mais difícil de ser realizada, uma vez que o intérprete tem de reproduzir um discurso cujo sentido ele conhece menos do que na IC, modalidade em que os blocos de fala podem permitir uma compreensão mais ampla do que está sendo dito pelo orador e na qual o acionamento de conhecimentos gerais é mais necessário na IC, pela mesma razão.

- Intérpretes 2, 4, 6 e 7: distinguem as duas modalidades de interpretação no que tange ao uso da memória.

- Intérprete 5: acrescenta uma outra competência tradutória que considera imprescindível à IC, a *Capacidade de acompanhar o raciocínio do orador*. Tal observação nos parece bastante pertinente, uma vez que sabemos que o discurso do orador é proferido em blocos de fala bem maiores do que na IS e que os mesmos devem ser restituídos em sua ideia.

- Intérprete 6: como já foi dito, considera o uso da memória necessário apenas à IC. Porém, acrescenta um novo item imprescindível à prática da IS – a *Rapidez de raciocínio*. Essa ponderação também nos parece relevante, uma vez que o discurso restituído é feito quase ao mesmo tempo que o discurso ouvido, exigindo do intérprete a apreensão imediata no que está sendo dito, acionando rapidamente os seus conhecimentos para a tradução oral, nesta modalidade de interpretação de conferência.

- Intérprete 7: salienta, como já referido, a necessidade do uso da memória para a IC. Distingue igualmente as duas práticas, no que tange à necessidade do conhecimento das línguas de trabalho somente para a IS e não para a IC. Ficamos igualmente surpresa com a observação do requisito referente ao gerenciamento do

estresse somente para a modalidade de IC. Imaginamos que a intérprete considere este tipo de interpretação mais tensa de ser realizada do que a IS, certamente porque há um bloco de fala relativamente longo a ser compreendido, desverbalizado e restituído na IC.

- Intérprete 8: considera os mesmos requisitos necessários a ambas as modalidades de interpretação, inclusive no que tange ao uso da memória.

Sentimos, entretanto, a necessidade de termos questionado os intérpretes mais detalhadamente, para compreendermos alguns pontos que não ficaram claros em suas respostas, como, por exemplo, quando um dos intérpretes se refere ao uso das tecnologias como auxílio à IC (em que momento elas entram no processo de TN). Infelizmente não foi possível escutá-los em uma conversa mais direcionada à experiência e aos conhecimentos de cada um, o que teria permitido fazer ponderações melhores e mais específicas.

5.2 COMPARANDO A TEORIA E A PRÁTICA DOS INTÉRPRETES

Para chegar a um comparativo entre a teoria e a prática, a fim de compreendermos em que medida os intérpretes se aproximam do que os teóricos preconizam, nosso trabalho seguiu uma série de etapas: retomada do referencial teórico no primeiro capítulo, destinado primeiramente a definir os tipos de Tradução (escrita e oral), partindo de ambos os conceitos, passando pelo seu histórico, até chegar à definição de ICM, tipo de interpretação que está no centro do nosso estudo; investigação das competências tradutórias preconizadas por Hurtado Albir para a prática do intérprete assim como o que recomendam os intérpretes que desenvolvem o tema da TN; estudo da Teoria do Sentido de Seleskovitch (2002) e dos componentes psicofisiológicos necessários à interpretação no que tange à memória de trabalho, ao funcionamento da atenção nos bilíngues e ao foco da atenção no uso da TN na IC através de uma breve análise na formação do intérprete; apresentação do Modelo dos Esforços de Gile (1995); a TN na IC do ponto de vista dos teóricos Herbert (1952), Rozan (1956), Hoof (1962), Seleskovitch (1975), Lederer (1981), Matyssek (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b), Gile (1995), Cruz Romão (1998, 2015a, 2015b) e Montez (2010) e, por fim, neste capítulo, o que os intérpretes vem fazendo em sua prática.

Partiremos primeiramente das noções de competências tradutórias necessárias à IC, incluindo os aspectos que fazem referência à memória para chegarmos ao que tange à metodologia da TN e suas restrições.

Quanto às noções de competências tradutórias utilizadas no questionário, baseamo-nos no Modelo Holístico de Hurtado Albir (2013) na relação com os elementos em nossa pesquisa respectivos, da seguinte forma:

- Subcompetência bilíngue → Conhecimento das línguas de trabalho;
- Subcompetência extralinguística → Conhecimentos gerais e Domínio do tema.
- Componentes fisiológicos → Boa dicção;
- Componentes psicofisiológicos → Capacidade de acompanhar o raciocínio do orador (esta habilidade é incluída em nossa pesquisa por uma das intérpretes interrogadas).
- Componentes cognitivos → Memória
- Atitudes psicológicas → Capacidade de gerenciar o estresse.

Verificamos que os conhecimentos das *línguas de trabalho* e o *domínio do tema* estão referidos como competências principais necessárias para a maioria dos intérpretes na prática da IC. Tais habilidades fazem parte do que Hurtado Albir define como subcompetência bilíngue, quando afirma que o profissional da tradução deve ter conhecimento das línguas de partida e de chegada; subcompetência extralinguística, quando recomenda que, para atuar na interpretação, é preciso que tenha conhecimentos sobre as culturas envolvidas no discurso do orador e no discurso a ser restituído, assim como conhecimentos enciclopédicos e temáticos que concernem à área específica da IC. Herbert (1952) pondera também que o intérprete deve preparar o tema tratado na interpretação. Cruz Romão (1998, 2015a, 2015b), sobre as mesmas competências, afirma que o intérprete deve ter um conhecimento de mundo amplo, estar bem informado da atualidade, ser capaz de fazer uso de sinonímias e antonímias em abundância. É preciso observar, todavia, que apenas três dos intérpretes interrogados sobre a prática da IC manifestaram considerar importante que o intérprete tenha *conhecimentos gerais*. A intérprete que atua somente na IS também reconhece a necessidade desta competência para a sua atuação. Consideramos o índice de reconhecimento da necessidade desta competência bastante baixo por parte dos profissionais questionados.

No que tange à boa dicção, três dos intérpretes veem esta habilidade como necessária à IC. Tal aptidão é recomendada por Cruz Romão, quando afirma que o profissional da interpretação deve ter uma boa fonética e fonologia das línguas.

A capacidade de acompanhar o raciocínio do orador, habilidade acrescentada por uma das intérpretes às competências tradutórias consideradas como imprescindíveis à prática da IC, faz parte do que Hurtado Albir (2013) considera como um componente psicofisiológico. Sobre este aspecto das habilidades requisitadas ao intérprete, Herbert (1952) e Rozan (1956) dizem ser necessário compreender o discurso além da palavra. Rozan pondera ainda que o número de símbolos empregados na TN deve ser limitado e que o intérprete precisa se apoiar na estruturação do raciocínio. Para Seleskovitch (1975), o profissional da interpretação deve ser capaz de reter o discurso do orador em sua totalidade, restituindo-o em sua ideia. Espera-se do intérprete, deste modo, que tenha uma grande capacidade de concentração mental. Cruz Romão (2015b) pondera, ainda, que o intérprete precisa ser “abstrato e cartesiano”. Acreditamos que, com tal afirmação, Cruz Romão se refira à capacidade do intérprete de reconstruir o discurso, conforme o *querer dizer* do orador.

No que diz respeito à memória, todos os intérpretes reconhecem que ela está envolvida nos processos cognitivos da IC. Quanto aos teóricos, Herbert (1952) afirma que as notas são um auxílio, mas que a memória tem um papel preponderante na restituição do discurso. Para Seleskovitch (1975), as notas possuem dois aspectos: o primeiro é o de substituir a memória verbal, inscrevendo a palavra a ser retida; o segundo é o de ser um instrumento de recondução à memória do sentido. Para Cruz Romão (2015a), porém, o intérprete deve armazenar a maior quantidade de informações possível, mas apoiar-se somente na memória pode representar um risco. Montez (2010), de sua parte, acredita que a TN aumenta a capacidade de memorização pela associação de ideias principais em unidades de sentido. Contrariamente ao posicionamento dos outros intérpretes quanto ao recurso de utilização da TN e de acordo, porém, com o papel da memória na IC, Gile (1995) acredita que o intérprete pode se apoiar quase estritamente na memória no exercício do seu trabalho.

Quanto às atitudes psicológicas necessárias ao intérprete no momento da IC, incluímos somente a *capacidade de gerenciar o estresse* por acreditar que é de senso comum entre os profissionais da interpretação que a atividade é tensa e que demanda muito equilíbrio emocional para que a situação não se degrade nos momentos de maior

demanda cognitiva ou gerenciamento de situações mais complicadas, que possam se apresentar. Dos sete intérpretes que praticam a IC, cinco disseram ser uma habilidade imprescindível ao profissional da tradução, enquanto sete dos oito profissionais (incluindo agora o que atua somente na IS) afirmam que a capacidade é necessária à prática da IS. Os teóricos que estudamos não discorrem especificamente sobre essa competência, mas sabemos que a atividade de interpretação demanda muitas habilidades concomitantes e que o intérprete fica exposto ao julgamento do público e do orador na sua atuação. Logo, parece-nos igualmente ser um consenso que se trata de uma atuação em condições de tensão, na qual é preciso manter um equilíbrio psicológico para o bom desempenho do ato interpretativo.

Uma vez comparado o que respondem os intérpretes questionados em sua prática com as recomendações dos teóricos sobre as competências necessárias ao intérprete na IC, salientamos que temos absoluta consciência de que há inúmeras outras competências necessárias para o exercício da atividade de interpretação de conferência ser considerada satisfatória como, por exemplo, competências linguísticas ou extralinguísticas, que compreendem a capacidade de lidar com regionalismos, sotaques acentuados ou até mesmo inserção de citações em uma terceira ou quarta língua, que o intérprete deve ter ao menos como passivas. Listamos em nossa pesquisa apenas algumas delas, a fim de tornar o questionário simples de ser respondido e nos fornecer um panorama do que os intérpretes acreditam e praticam.

Passaremos a seguir ao comparativo do que os intérpretes fazem em termos de TN com o que os teóricos recomendam sobre o tema, assim como suas restrições quanto ao uso e às notas. Quanto ao registro dos *Números e Nomes próprios*, seis entre sete intérpretes que praticam a IC dizem adotar esse tipo de notas. A recomendação desse registro é preconizada por Seleskovitch (1975) assim como por Gile (1995), que considera que tomar notas pode representar um risco para a atenção e que não há estudos que comprovem a eficácia da TN para uma boa *performance* da IC, mas que tal registro é importante.

No que se refere ao registro da TN através da *abreviação de palavras*, todos os sete intérpretes pesquisados dizem usar esse tipo de anotação. Não sabemos, todavia, se há um critério de corte das palavras estabelecido por eles. Sobre esse aspecto, Rozan (1956) afirma ser importante abreviar as palavras sempre que a unidade lexical tiver mais do que quatro letras. Sugere que a abreviação contenha as primeiras letras.

Dois dos sete participantes afirmam usar o registro através de *frases*. Sabemos que tal estratégia é uma preocupação em manter a palavra e não o sentido e que tal sistema de TN representa um grande risco para a atenção na apreensão do discurso; logo, não é um modo recomendado pelos teóricos que discorrem sobre o tema da TN.

No que diz respeito ao registro por *símbolos*, apenas três dos sete intérpretes dizem fazer uso desse tipo de notas. Entretanto, não temos conhecimento dos símbolos empregados por eles, uma vez que optamos por não detalhar a pesquisa neste aspecto.

Em nosso trabalho, verificamos que, entre os teóricos aqui relacionados que tratam do tema da TN, somente Herbert (1952), Rozan (1956), Matyssek (1989, apud CRUZ ROMÃO, 1998, 2015a, 2015b) e Cruz Romão (1998, 2015a, 2015b) sugerem símbolos específicos para a TN, enquanto Montez (2010) pondera que sejam utilizados somente os de uso e compreensão comum para que a TN não represente um risco para a atenção.

Ainda no que se refere às restrições dos teóricos, Herbert (1952), Seleskovitch (1975) e Cruz Romão (2015a) desaconselham fortemente o uso da estenografia, lembrando que a prática do intérprete em nada tem relação com a do estenógrafo e que tal metodologia comprometeria a atenção do intérprete, assim como a retenção de um discurso que seria registrado em sua totalidade ao invés do sentido. Ou seja, uma anotação que impossibilitaria o desenvolvimento dos processos cognitivos envolvidos na interpretação.

Todos os autores citados fazem referência aos cuidados com o uso abusivo de notas na TN, assim como à inserção de novos símbolos ao glossário simbólico do intérprete, à exceção de Gile, que recomenda somente a anotação de números e nomes próprios, manifestando certo ceticismo quanto ao auxílio da TN na IC. Este autor previne que ela pode representar um risco para a atenção do intérprete e assim comprometer o equilíbrio dos esforços empreendidos na escuta, análise do discurso e preparação da restituição. Sobretudo no caso dos intérpretes menos experientes.

Pensamos ser pertinente comentar a resposta de um dos intérpretes, que afirmou usar o registro de frases e manifestou o desejo de utilizar símbolos na TN com as palavras que seguem: “Gostaria de ter símbolos consolidados, mas ainda não consegui desenvolver esta habilidade”. Tal expressão evidencia a responsabilidade do intérprete em não utilizar um modo de TN para o qual ainda não se sente habilitado, demonstrando sua preocupação. Tal atitude também é evidenciada por Stelling-Michaud

nos anos 1950, no prefácio do *Manuel de l'Interprète* de Herbert (1952), quando se refere às habilidades e competências demandadas ao intérprete, classificando-a como uma qualidade moral, uma vez que expressa o senso de responsabilidade com o trabalho.

Um outro intérprete fez menção ao fato de achar o uso das tecnologias importante para a o apoio à IC. Não sabemos exatamente em que medida ela as utiliza, mas imaginamos que seja como uma estratégia instrumental, elencada por Hurtado Albir (2013), como preparação à IC e não como um apoio durante a interpretação.

Após termos verificado em que medida a prática dialoga com a teoria, ficamos surpresa ao observar que, contrariamente ao que se pensávamos em um primeiro momento, os intérpretes já fazem uso da TN na IC; muitos praticam o que preconizam os teóricos. As questões que surgem desses resultados são: esses intérpretes estão intencionalmente utilizando a teoria em sua prática? Ou atuam da mesma forma a partir de experiências bem sucedidas, o que constitui um dos três objetivos motivadores da tese de Seleskovitch (1975)?

Para obter respostas para essas questões, seria necessário desenvolver uma pesquisa mais direcionada à prática e à formação do intérprete, a fim de poder entender tal processo. No entanto, o que obtivemos com as respostas ao questionário parece satisfatório por demonstrar a presença e a importância da TN na prática da interpretação e atende, no escopo deste trabalho, o que pretendíamos averiguar para poder cotejar a prática com a teoria e encaminhar, a partir disso, conclusões sobre o nosso tema. Agora, ainda nesse processo de relacionar a teoria com a prática, passamos a descrever uma experiência em interpretação, na qual utilizamos um sistema de notação, empregamos a TN visando qualificar nossa atuação.

5.3 A TN EM UMA ATUAÇÃO EM ICM: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Como parte da reflexão sobre o objeto da nossa pesquisa, a TN na IC, decidimos, como anunciado, verificar em nossa própria prática o estudo das metodologias preconizadas pelos teóricos investigados aqui, a fim de poder ter a dimensão do intérprete no uso da TN em uma situação autêntica. A possibilidade de atuar na IC apresentou-se no momento ideal para essa reflexão, uma vez que já havíamos pesquisado os referenciais teóricos contemplados por nossa pesquisa e seria

então a oportunidade de vivenciá-la. Com essa atividade, não temos a pretensão de validar cientificamente as conclusões às quais chegamos. No entanto, no âmbito deste trabalho, parece-nos oportuno e válido, na atuação como intérprete, lançar mão do que as nossas pesquisas proporcionaram.

Antes de passar ao relato da experiência, seguido de sua análise, gostaríamos de fazer uma breve observação oriunda de nossa trajetória profissional e acadêmica, para situar o lugar do qual os nossos questionamentos partiram, bem como a nossa preocupação de instrumentalizar o intérprete na IC.

Percebemos, ao longo dos anos de nossa trajetória, a importância do trabalho de tradução e interpretação, o que nos fez a prática dessas atividades como uma ponte entre saberes e um público alvo interessado, porém impossibilitado de ter acesso a eles por seus próprios meios. Sempre que solicitados, procuramos estar disponíveis, pois somos nós, tradutores e intérpretes de francês, profissionais menos numerosos.

Entretanto, quando se solicita o trabalho de um intérprete, percebe-se a dificuldade em encontrar um profissional que se disponha a aceitar a tarefa. A nosso ver, essa negativa vem do fato de que os profissionais da tradução em geral, embora alguns muito qualificados linguisticamente, temem a prática da Interpretação, sobretudo da consecutiva. Sabemos, de fato e como procuramos demonstrar, que a interpretação requer outras competências além dos conhecimentos linguísticos, como capacidade de memorização e saberes diversos e intuitivos. Acreditamos que as competências solicitadas para a prática da interpretação justificam, em parte, a dificuldade de encontrar profissionais disponíveis para essa tarefa.

Antes de passarmos ao relato da experiência do uso da metodologia de TN na ICM, gostaríamos de ressaltar que é a partir da experiência profissional que adquirimos os conhecimentos mais expressivos até aqui sobre a ICM e os recursos que podem auxiliar essa prática. Nesse sentido, podemos afirmar por experiência própria, com 15 anos de atuação, descontínua, na interpretação do par de línguas francês/português, que a TN é uma subcompetência instrumental de extrema relevância e deveria, a nosso ver, ocupar lugar de destaque na formação do profissional da interpretação no Brasil.

5.3.1 Relato da experiência do uso da metodologia de TN na IC

A experiência de IC que vamos relatar aqui ocorreu no segundo semestre de 2014, a partir de um convite pela Faculdade de Educação da UFRGS, local em que ocorreu essa atividade. Os conferencistas eram dois, ambos franceses, e a área de estudo era a História da Matemática.

Havia um grande acesso às informações sobre os teóricos, sua trajetória profissional e a textos por eles publicados, uma vez que tenho uma relação profissional bastante intensa com a equipe organizadora do evento e que esta tem um comportamento muito ético e engajado, não só com os alunos e conferencistas, mas igualmente com o trabalho do intérprete. Dessa forma, foi possível preparar o glossário relativo à terminologia da área de estudo, tanto em língua de partida quanto em língua de chegada. Também foi possível saber antecipadamente como as conferências se desenrolariam e ter, inclusive, informações sobre a forma de discursar dos oradores, assim como uma boa noção dos seus comportamentos. O acesso a essas informações permitiu uma boa preparação para a IC.

Sabemos que nem sempre os intérpretes trabalham em condições de tanta organização e previsão dos eventos nos quais vão atuar. As condições de trabalho nos beneficiaram e diminuíram os elementos de estresse relativos à atividade. Trabalhamos sozinha, sem o auxílio de um colega. A atividade começou às 9h, com intervalo das 12h às 14h, seguindo até às 16h30. Além desse intervalo, havia pausas na interpretação, evitando, assim, que o trabalho fosse contínuo. Ou seja, essas condições nos colocaram numa posição privilegiada no que se refere à subcompetência estratégica, preconizada por Hurtado Albir (2013), que diz respeito aos conhecimentos e procedimentos operacionais que garantem a eficácia do processo tradutório. Vale repetir sobre essa subcompetência que ela tem um caráter central e repercute nas demais, uma vez que ela controla o processo tradutório. Isto porque ela permite, por exemplo, planejar o processo e elaborar o projeto tradutor.

Na parte da manhã, o evento se desenvolveu como uma espécie de mesa redonda, em uma sala de aula, tendo por público alunos, professores e coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da referida Instituição, assim como dos conferencistas franceses. Algumas pessoas interagiam em francês com os professores convidados, demonstrando conhecimentos variáveis do idioma e excluindo, por vezes,

os que não tinham o entendimento da língua francesa. Tal prática tornava os turnos de fala em determinadas situações intermitentes e desorganizados, necessitando retomadas e momentos de intervenção da parte da organizadora da conferência.

Em um primeiro momento, os professores franceses falaram de seu percurso profissional e fizeram um panorama histórico do ensino da Matemática na França, assim como das condições de ensino e do lugar da disciplina na atualidade em seu país. Após, os professores brasileiros fizeram um breve histórico e contextualizaram a matemática nas escolas públicas da atualidade. Em seguida, alunos apresentaram trabalhos e projetos de pesquisa desenvolvidos em escolas e os professores franceses deram seus pareceres sobre o tema.

Na parte da tarde, o evento aconteceu de maneira mais formal, tendo um aspecto de curso magistral, no espaço de um anfiteatro. O público era maior e mais diversificado, estendendo-se a alunos da graduação igualmente, e só podia intervir em momentos determinados pela organizadora, que fazia suas intervenções em português e em francês. Como se tratava de uma interpretação de conferência, ficamos também no palco, juntamente com os conferencistas. Não havia microfone e os oradores usavam o projetor para sua apresentação, servindo-se de *slides* em francês.

5.3.2 A utilização da metodologia de TN na IC

Cerca de dois meses antes do convite para atuar na IC, no mês de maio de 2014, havíamos participado de um minicurso intitulado *Aspectos teórico-práticos da Interpretação de Conferências*, conduzido pelo Dr. Tito Lívio Cruz Romão, professor da Universidade Federal do Ceará, que veio falar da sua formação em Heidelberg, de seu percurso profissional, da atividade do intérprete, assim como da conduta do profissional desta área. E, como etapa principal do curso, o teórico e intérprete, já mencionado no subcapítulo destinado aos fundamentos teóricos da TN, demonstrou a sua metodologia de anotação, desenvolvida a partir do que preconiza Matyssek, na escola alemã de estudos da interpretação. Como tínhamos participado desta formação tão recentemente, julgamos pertinente testar a metodologia do professor Cruz Romão na primeira ocasião possível de atuação em IC.

Principiamos na utilização dessa metodologia preparando um bloco sem linhas, que coubesse na palma da mão, como o recomendado. Deparamo-nos, então, com a

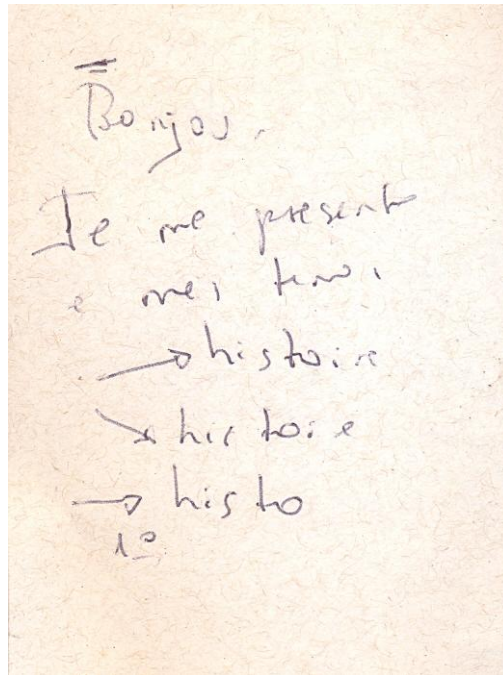
primeira dificuldade: a da necessidade do bloco ser pequeno e flexível, dado o tamanho da nossa mão. Apesar de o bloco ter muitas folhas, pensamos em ter mais de um bloco, para o caso de o primeiro se esgotar.

Como preceitos fundamentais do método, fizemos um treinamento de símbolos possíveis para a terminologia que já conhecíamos, pensando em dividir o bloco, como recomenda Cruz Romão (2015a), com um traço vertical deixando uma margem esquerda mais estreita, onde seriam colocados os sujeitos e os conectores. A parte direita, após o traço, seria reservada para a informação principal, com os verbos, complementos e adjetivos. Porém, visto o tamanho do bloco, pequeno e proporcional à nossa mão, percebemos que seria um complicador dividir a folha, uma vez que a escrita seria reduzida e difícil de ser lida. A ideia de dividir a folha estruturando os elementos do discurso foi então abandonada.

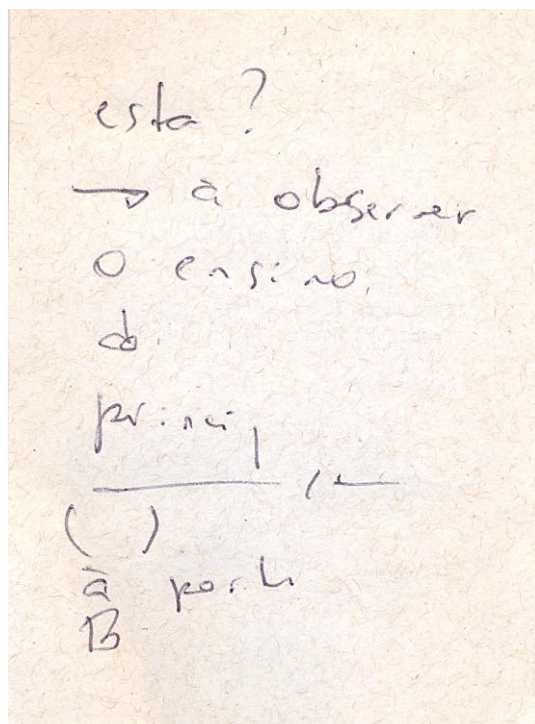
Passamos a descrever agora, como pode ser observado nas imagens subsequentes, a forma tomada pela TN nessa IC, trazendo para essa descrição aspectos observados a partir de outros autores como Herbert (1952) e Rozan (1956).

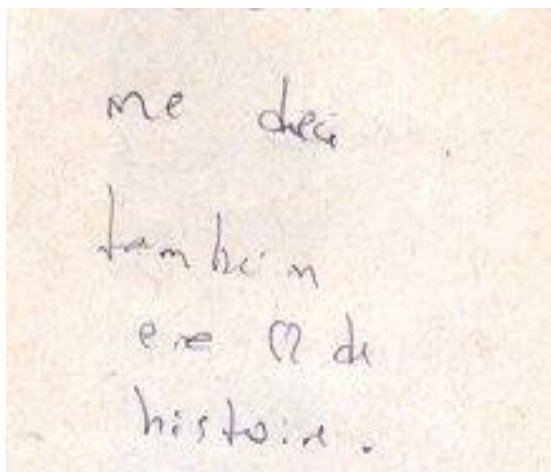
Realizamos a TN desde o começo do discurso, já na conversa informal entre os oradores, como recomenda Herbert, uma vez que mesmo em tom de conversa informal as informações iniciais podem ser importantes para a apreensão do sentido e para o encadeamento da ideia do que será dito na sequência.

- A presença das duas línguas de trabalho na TN contraria o que recomenda Herbert (1952) quando diz que as notas devem ser feitas prioritariamente em língua de chegada. Porém, a experiência corrobora o que acreditávamos quanto ao registro mais fácil de ser feito, desde que o intérprete consiga circular igualmente nas duas línguas.

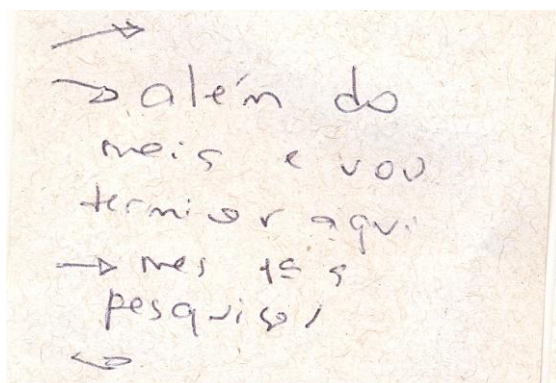


- A utilização de símbolos conhecidos, tais como “?” para interrogação, “→” para indicar um movimento, “()” para indicar um adendo ao que está sendo dito e um coração, para indicar a motivação afetiva que o orador revelava pela profissão. Tais símbolos são sugeridos por Herbert (1952), Rozan (1956), Cruz Romão (2015a) e Montez (2010), quando afirmam que devemos utilizar registros conhecidos.

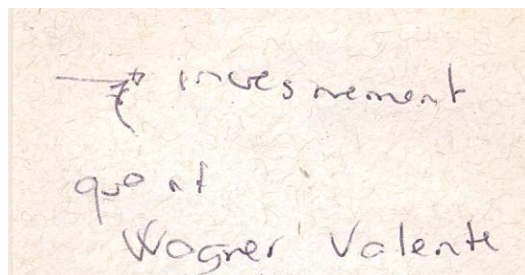




- A abreviação de palavras mais longas e a escrita integral das palavras mais curtas, que têm em torno de quatro letras, recomendação feita por Rozan (1956).
- A escrita rápida, sem zelo ortográfico, recomendada por Seleskovitch (1975), para evitar a perda de tempo e o desvio da atenção para as notas.
- A escrita clara, para facilitar a leitura rápida, recomendada por todos os teóricos estudados.
- O uso de palavras como: *pois, porque, todavia, ainda que, mas, se* para marcar o encadeamento das ideias no discurso.



- O registro de nomes próprios, como preconiza Gile (1995).



Uma vez feita a preparação para a IC, o que se viu na prática foi a emersão natural e aplicação da recomendação do conjunto de teóricos estudados, em um processo inconsciente, mas legítimo. Vale constatar que muitas das recomendações dos autores estudados não são excludentes, podendo ser aplicadas ao método escolhido. Também ressaltamos o fato de que nós havíamos estudado longamente os teóricos da interpretação, tendo absorvido suas recomendações.

Verificou-se, no entanto, no conjunto e na forma das notas, a ausência de:

- divisão de folha, marcando de um lado com um traço vertical os sujeitos e os conectores. Na parte ao lado, após o traço, os verbos, complementos e adjetivos, como aconselha Cruz Romão (2015a).
- Divisão da folha em colunas, com folhas divididas em três colunas contendo: I. Grupo nominal ou sujeito; II. Grupo verbal; III. Complementos e modificadores, como estabelece a metodologia de Montez (2010).
- Verticalismo e escalonamento, fatores recomendados por Rozan (1956), para marcar o encadeamento das ideias no discurso de partida.
- Mais símbolos que tenham uma representação clara ou que simbolizem algo facilmente identificável pelo intérprete, como sugere Cruz Romão (2015a), haja vista que houve um único registro imagético feito, o do coração.
- Escrita de palavras mais longas inteiras, o que não é recomendado por nenhum dos teóricos.

Concluimos que a TN da IC relatada aqui representa uma falta de clareza espacial no registro. Pensamos que este fator se deve essencialmente a uma preocupação com o espaço limitado na folha e à dificuldade de leitura das notas, não a uma falta de treino. Tal preocupação se justifica no temor de perda de tempo e déficit de atenção no momento da leitura das notas.

Lendo as notas, percebe-se igualmente a ausência de uma divisão frasal clara do discurso do orador, entre sujeito, verbo, adjetivos e conectores, preconizada por Cruz

Romão (2015a) e Montez (2010). Nesse sentido, entendemos que a ausência de registro dos elementos frasais de forma organizada, da maneira como descrevemos aqui, pode ser indicativo, sobretudo, de uma falta de treino do uso de uma técnica específica, mais do que a desautorização dessa técnica e do que ela preconiza. Além disso, a partir dos resultados obtidos na interpretação, podemos questionar se é realmente necessário que a TN seja feita neste nível de reflexão. Ou seja, a aplicação de uma determinada metodologia pode ser feita em parte, e não em sua totalidade. Por fim, não nos parece equivocado ou despropositado pensar que a divisão dos elementos frasais pode representar um risco de desvio da atenção, mesmo para os intérpretes mais experientes. Essas são observações oriundas da interpretação, que trazemos aqui como contribuição para o debate sobre a importância e a dimensão da TN, de acordo com uma técnica ou metodologia já estruturada, durante a atuação do intérprete.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos aqui, no âmbito das considerações finais, a descrição do objetivo motor deste estudo: o interesse genuíno de auxiliar o intérprete na sua prática do ato interpretativo. Para alcançar esse objetivo, pensamos em verificar a validade de um instrumento que figura como uma estratégia instrumental do intérprete: a TN na IC. Isso foi feito de acordo com hipóteses iniciais como a) a necessidade de uma metodologia de TN específica para o par de línguas francês/português; b) a eficácia de propostas metodológicas de TN existentes; c) a proposição de uma metodologia de TN para o par de línguas mencionado. Além disso, também partimos do pressuposto de que a TN na IC não era usualmente utilizada pela maioria dos intérpretes como instrumento de auxílio à memória de trabalho.

Ao analisar estudos de teóricos que se dedicaram à IC e nela à TN, constatamos que eles não tratavam de especificidade de línguas, o que nos levou a concluir que esse aspecto não era relevante, que não era necessário desenvolver uma metodologia de TN para o par de línguas francês/português, com o qual atuamos como intérprete. Além disso, nem todos teóricos estudados propunham um método de TN. Portanto, além de não ser necessário o desenvolvimento de um método de TN específico para determinado par de línguas, concluímos que as contribuições teóricas disponíveis podem ser aproveitadas pelos profissionais da interpretação de qualquer par de línguas, não sendo necessário dar a essas contribuições uma formulação metodológica específica, hipótese com a qual trabalhávamos inicialmente.

Também concluímos, a partir da nossa investigação sobre as contribuições teóricas que elegemos investigar, que ainda são válidos e reconhecidos, na medida em que são como que reproduzidos em estudos mais recentes, pressupostos de autores originários, como Herbert e Rozan. A nosso ver, isso configura e legitima um campo de estudo, em âmbito disciplinar que é o da Interpretação, dedicado para a IC e nele o papel de destaque que tem a TN. Compreensão que se afirma mesmo quando encontramos entre esses teóricos quem se posiciona de modo cético em relação à eficácia da TN na IC, como nos pareceu ser o caso de Gile.

Partimos de um estudo sobre a contribuição de teóricos da interpretação. Nesse sentido, guardadas as devidas proporções, nosso movimento foi inverso ao desenvolvido por Danica Seleskovitch, essa importante autora que, ao estudar a prática

dos intérpretes, partindo dessa prática, construiu uma teoria sobre ela. Este trabalho seguiu outra direção, no sentido de investigar a atualidade de contribuições como a dessa autora, para verificar, a partir da teoria, a prática dos intérpretes. Isso foi feito numa escala possível, considerando o escopo e o desenvolvimento desta pesquisa, através da aplicação de um questionário enviado para 21 intérpretes brasileiros e respondido por 7 deles, questionário esse, reiteramos, pensado conforme os estudos sobre as contribuições teóricas contempladas aqui. As respostas permitiram-nos constatar que os intérpretes que atuam na IC utilizam a TN na sua prática; que ao fazê-lo estão, essencialmente, de acordo com o que preconizam sobre a TN os teóricos por nos pesquisados; e que esses mesmos intérpretes reconhecem a capacidade de memorização como uma competência tradutória. Fizemos isso aplicando um questionário para 21 intérpretes brasileiros.

Ou seja, a partir dessa pequena amostragem concluímos que os intérpretes reconhecem a necessidade da TN na IC e a praticam, em grande medida, de acordo com o que recomendam os teóricos. No entanto, essa conclusão não nos permite afirmar que os intérpretes investigados através do questionário praticam a tomada de notas de acordo com o que preconizam os teóricos porque os estudaram ou porque em sua formação receberam orientação ou foram preparados para a TN. O escopo do questionário não nos permite tais afirmações. Apesar disso, acreditamos que é legítimo concluir que há uma formulação espontânea, a partir da prática da interpretação, de uma “metodologia” de TN.

Desse modo, deparamo-nos, em certa medida, com o que motivou o percurso da pesquisa de Danica Seleskovitch (1975): a repetição de práticas semelhantes por parte dos intérpretes por causa do sucesso ou contribuição dessas práticas para a interpretação, particularmente a TN. Isso também nos permite concluir que para entendermos melhor o processo individual desse grupo de intérpretes e podermos fazer considerações mais detalhadas acerca da eficácia metodológica por eles empregada, é necessário aprofundar nossas pesquisas. Isso pressupõe direcioná-las, por exemplo, para a investigação sobre a formação do intérprete, para saber em que medida essa formação reconhece a necessidade de prepará-lo para dificuldades oriundas de sua atuação na IC. Estamos nos referindo a dificuldades que repercutem em iniciativas, por parte do intérprete, como a de adotar a TN na sua atuação em ICM.

Para chegar às conclusões que vamos listar a seguir, associamos à pesquisa sobre pressupostos teóricos da IC e ao questionário aplicado a um grupo de intérpretes, o relato de uma experiência que protagonizamos utilizando a TN na IC. De acordo com esse procedimento, concluímos que:

- não é necessário haver uma metodologia específica às línguas de trabalho, uma vez que a TN é realizada a partir de um sistema sinóptico, empregando símbolos comuns a todos os sistemas linguísticos;
- tanto a língua de partida quanto a língua de chegada podem ser usadas na TN, desde que o intérprete tenha amplos conhecimentos de ambas as línguas, uma vez que uma pode ser mais prática para certos registros;
- é importante ter um material previamente preparado para a TN, que seja adaptado anatomicamente ao intérprete;
- é preciso que a TN seja feita desde o começo do discurso do orador, ainda que sua fala tenha um tom de informalidade para que o encadeamento do raciocínio não se perca;
- é preciso anotar números e nomes próprios;
- é preciso abreviar palavras de forma a não gerar ambiguidades;
- é aconselhável que não se tenha um rigor com a forma das notas, evitando assim o desvio da atenção da escuta para elas;
- é necessário que as notas sejam claras e fáceis de serem lidas rapidamente;
- é preciso treinar os símbolos a serem utilizados;
- é importante anotar as palavras que mostram o encadeamento do discurso, como: *pois, então, todavia, etc.*;
- não é possível comprovar a necessidade ou eficácia do registro separando os elementos frasais em sujeito, verbo, adjetivos, uma vez que optamos pelo bloco adequado ao nosso tamanho de mão e que a divisão da folha implicaria a redução do tamanho da escrita, representando assim um risco para a compreensão da leitura;
- não é possível utilizar unicamente e totalmente uma única metodologia, uma vez que é no conjunto das metodologias de TN que encontramos os pressupostos que devem ser incorporados à prática do intérprete.

Feitas estas considerações, ficou claro que não há necessidade de se propor uma nova metodologia para a TN para o par de línguas francês/português. Primeiramente, como já foi dito, pelo fato de que não é relevante haver uma metodologia específica às línguas de trabalho. E, também, porque as metodologias existentes parecem ser satisfatórias à TN na ICM.

A seguir, junto a essas conclusões, entemos necessário reiterar as recomendações que são comuns e específicas aos métodos para a TN na ICM, e fazemos isso porque nos parece pertinente pensá-las, também, como conclusões deste trabalho:

- é necessário escolher um bloco para a TN que seja confortável de ser manuseado;
- o registro das notas deve ser feito desde o princípio do discurso;
- o registro das notas deve ser feito a partir da apreensão da ideia;
- a abreviação para ser clara, deve ser feita a partir das primeiras letras, se a palavra não for pequena e possa ser anotada inteiramente;
- devemos usar poucas notas, em um esforço de reter a maior parte das informações na memória de trabalho e no raciocínio;
- devemos valorizar a anotação de palavras conectoras, palavras que permitam o correto encadeamento do discurso na língua de chegada;
- devemos utilizar notas que permitam a antecipação do plano espacial, com a marcação de traços, quando o orador anuncia o plano do seu discurso;
- utilizar a anotação de números e de nomes próprios;
- utilizar símbolos autoexplicativos ou de uso comum;
- o intérprete deve estar identificado com a metodologia adotada, o que pode ser constatado nas adequações que ele deve fazer, preconizadas por teóricos estudados, sem desrespeitar os preceitos de base.

Apesar dos estudos sobre o cérebro ainda nos oferecerem uma comprovação frágil sobre a memória e os processos neurológicos no bilinguismo, ou por causa disso, podemos concluir, a respeito das atividades mentais envolvidas no ato tradutório, que os processos cognitivos envolvidos na interpretação estão contemplados em noções sobre as competências tradutórias como as reunidas no modelo do PACTE. Ainda nessa perspectiva, percebe-se que os intérpretes, assim como os teóricos, reconhecem o papel

da TN no auxílio da memória na IC. Ou seja, essa prática ressalta a importância da memória como subcompetência instrumental e da necessidade de encontrar estratégias e recursos que auxiliem durante a interpretação. Todavia, é preciso ter em mente que a TN é uma estratégia instrumental, da qual o intérprete deve fazer uso. Mas que continua sendo no seu próprio raciocínio e memórias (de longo e curto prazo) aquilo no que o profissional tem que se apoiar, na maior parte do tempo.

Sobre as metodologias de TN existentes, também concluímos, não há uma justificativa que desabone a eficácia de uma ou outra, já recomendadas, nem que fundamente a criação de uma nova. Porém, há necessidade de que o intérprete se prepare muito bem, como em outras habilidades estratégicas e extralinguísticas, para que faça o melhor uso do método de anotação que vai adotar.

E, para concluir estas considerações, fica evidenciado que é preciso que o intérprete esteja preparado em todos os aspectos. Mas que a melhor metodologia de TN é aquela da qual ele se sente treinado e seguro para o uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIS, Ángela Collados. La comunicación no verbal y la didáctica de la interpretación. <http://interpreters.free.fr/reading/paralinguisticinfluenceonmeaning.pdf>. 1996. Acesso em: 04 março 2015.

BADDELEY, A.; ANDERSON, M.C.; EYSENCK, M.W. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BADDELEY, A. D. **Working Memory**. UK: Claredon Press, 1986.

BADDELEY, A. D.; HITCH, G.J. Working memory. In: BOWER, G.A. (Ed.). **Recent advances in learning and motivation**. New York: Academic Press, 1974, v.8, p.47-90.

BUENO, Eduardo. **Brasil Uma História**. Cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

COLZATO, L.S.; VAN DEN WILDENBERG, W.; HOMMEL, B. Losing the big picture: How religion controls visual attention. *Plos One*. v.3, n.11, 2008.

COSTA A., HERNÁNDEZ M., SEBASTIAN-GALLÉS N. Bilingualism aids conflict resolution: evidence from the ANT task. *Cognition*. 106, 59-86.10.1016/j.cognition.2006.12.013. 2008.

CRUZ ROMÃO, Tito Lívio. *Aspectos Históricos e Práticos de Interpretação*. **Rev. de Letras**, v.1/2, n.20 – Jan/Dez. 1998.

_____. A tomada de notas em interpretação consecutiva: algumas considerações históricas. **TradTerm**, v.4, p.281-300, São Paulo, março 2015a.

_____. Formação de intérpretes de línguas orais: algumas técnicas e estratégias básicas de ensino. No prelo, 2015b.

ENGLE, R. W. Role of working-memory capacity in cognitive control. **Current Anthropology**. v.51, n.1, p.17-26, June, 2010.

ESQUIVEL, Laura. **Malinche**. Buenos Aires, Suma Editorial, 2006.

GILE, Daniel. **Regards sur la recherche en interprétation de conférence**. Lille: Presses Universitaires, 1995.

GILE, Daniel, *Le modèle d'efforts et l'équilibre d'interprétation en interprétation simultanée*. **Meta: journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal**, v. 30, n. 1, mars 1985, p. 44-48. <http://id.erudit.org/iderudit/002893ar>

HENDRICKX, Paul V. Réflexions sur l'interprétation. *Meta*, Montreal, vol. 14, 2, p.83-86, 1969.

- HERBERT, Jean. **Manuel de l'interprète**. Genève: Université de Genève, 1952.
- HERÓDOTO. **História**. Tradução portuguesa de Mário da Gama Kury, 2ª ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.
- HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y Traductología**. Introducción a la Traductología. 6ª Ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2013.
- IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estud. av.**, São Paulo , v. 3, n. 6, Aug. 1989 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006>.
- JIMÉNEZ, Amparo. **La traducción a la vista**. Un análisis descriptivo. 1999. 439 f. (Tese em Tradução e Comunicação) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Jaume I, Castellon, 1999.
- LEDERER, Marianne. **La traduction simultanée**. Paris: Minard, 1981.
- _____. **La traduction aujourd'hui**. Le modèle Interprétatif. Paris: Hachette, 1994.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita. **Signótica**, Goiânia, v.9, n.1 – Jan/Dez. 1997.
- MARTINS, Vanessa de Oliveira. **Variação da fluência da fala em falantes do português brasileiro**: quatro estudos. 2007. 132 f. (Tese em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MARZECOVÁ, A.; ASANOWICZ, D.; KRIVÁ, L.; WODNIECKA, Z. The effects of bilingualism on efficiency and lateralization of attentional networks. **Bilingualism: Language and Cognition**, v.16, Cambridge University Press, p.608-623, 2010.
- MONTEZ, Maria Santa. Método de tomada de notas em três colunas para interpretação de conferência consecutiva. **Babilônia**: Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução. nº 08/09, p.163-172, 2010.
- NEUNZIG, Wilhelm. **Sobre la investigación empírica en traductología**: cuestiones epistémicas y metodológicas. Treball de recerca - Universitat Autònoma de Barcelona Facultat de Traducció i Interpretació, 1999.
- NORD, Christiane. Las funciones comunicativas en el proceso de traducción : un modelo cuatrifuncional. **Núcleo**, v.22, n.27, p.239-255, 2010.
- PAGURA, Reynaldo José. **A interpretação de conferências no Brasil**: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros. 2010. 232 f. (Tese em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROZAN, Jean-François. **La prise de notes en interprétation consécutive**. Genève : Université de Genève, 1956.

SCHMIDT, Richard W. The Role of Consciousness in Second Language Learning. **Applied Linguistics**. The University of Hawaii at Manoa, Vol. 11, No. 2, Oxford University Press, 1990.

SELESKOVITCH, Danica. **Langage, langues et mémoire**. Étude de la prise de notes em interprétation consécutive. Paris: Minard, 1975.

_____. *L'interprète dans les conférences internationales*. Problèmes de langage et de communication, Paris, Minard, 1968.

SELESKOVICH, Danica. LEDERER, Marianne. **Interpréter pour traduire**. Collection Traductologie, 1. Paris: Didier Érudiction, 1984.

SELESKOVICH, Danica. LEDERER, Marianne. **Pédagogie raisonnée de l'interprétation**. Collection Traductologie, 4. Paris, Didier Érudiction, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. **Remate de males**, Campinas, v.26, n.1, p.31-45, jan./jun.2006.

STELLING-MICHAUD, Sven. Préface. In: HERBERT, Jean, **Manuel de l'interprète**, Genève: Université de Genève, 1952. p.I-VI.

TRECCANI, Barbara. Spatial negative priming in bilingualism. **Psychonomic Bulletin & Review**, 2009, 16 (2), 320-327.

TULVING., E. Episodic and semantic memory. In TULVING., E.; DONALDSON, W. (Eds.). **Organization of Memory**. New York: Academic Press, 1972. p. 381-402.

VAN HOOFF, Henry. **Théorie et pratique de l'interprétation**, avec application particulière à l'anglais et au français. Munique: Max Hueber, 1962.